



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 77

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 29 de outubro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Cláudio Almeida)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Agenda da Reunião:

[Interpeção ao Governo Regional sobre "Que estratégia para o Serviço Regional de Saúde?"](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Após as intervenções do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) e do Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*), o debate prosseguiu com a participação das Sras. Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*) e Zuraida Soares (*BE*) e dos Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), Ricardo Cabral (*PS*), Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), José Ávila (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Para um protesto usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

O plenário prosseguiu com a [sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre "funcionamento do sistema educativo regional"](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Para o efeito usaram da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), as Sras. Deputadas Catarina Moniz Furtado (*PS*), Zuraída Soares (*BE*) e Judite Parreira (*PSD*) e os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Lúcio Rodrigues (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) para responder às questões formuladas.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Começamos esta manhã de trabalho com o ponto 2 da nossa Agenda:

Interpeção ao Governo Regional sobre "Que estratégia para o Serviço Regional de Saúde?", apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos foi os que utilizámos ontem, também, na interpeção.

O interpelante, o PS e o Governo Regional têm 32 minutos;

O PSD, 24 minutos;

O CDS-PP, 13 minutos;

O BE e o PPM têm 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(O Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Deputado Cláudio Almeida)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Promovemos esta interpelação sobre o Serviço Regional de Saúde porque existem problemas sérios e urgentes, reconhecidos por todas as forças políticas e setores sociais. Problemas que se avolumam e cuja gravidade, por envolver o sofrimento humano, não pode ser medida, e exigem o nosso esforço e a nossa atenção. Neste sentido esta é uma discussão da máxima urgência.

Sendo, contudo, uma discussão urgente, não a vou transformar numa discussão de urgências. Poderíamos estar aqui certamente algumas horas só a enumerar problemas, casos e descontentamentos de profissionais e utentes do Serviço Regional de Saúde, que merecem sem dúvida uma solução rápida e eficaz. Mas não é para encontrar essas soluções imediatas e de curto prazo que O PCP promove este debate.

Poderíamos ficar aqui a desfiar, como um longo e monótono rosário, todas as desgraças e padecimentos dos utentes do SRS, as queixas e descontentamentos de quem lá trabalha, na esperança de com isso conseguir “fazer notícia” e, quem sabe, obter ganhos políticos, mas esse seria um exercício fútil. **Não nos arrogamos a capacidade milagreira de tocar na mão do SRS e ordenar-lhe: “levanta-te e funciona, Serviço Regional de Saúde!”**, com a esperança de que os seus problemas, como por milagre, se solucionassem.

Pensamos que não basta enumerar os sintomas para curar uma doença e, da mesma forma, estamos muito mais interessados em discutir a raiz das dificuldades do SRS do que em enunciar-lhe os problemas resultantes de opções políticas erradas.

Achamos que a magnitude da questão, quando abordada de forma abrangente e estratégica, exige que se convoquem a reflexão e os contributos de todas as bancadas deste Parlamento e de todos os setores da sociedade açoriana, particularmente dos profissionais de saúde. Este é um problema em que ninguém é detentor de toda a verdade e de todas as soluções. É, também, com a necessária humildade democrática que trazemos aqui esta questão, as nossas ideias e propostas para um debate aberto e franco, do qual possam emergir perspetivas que apontem para as soluções de fundo.

É esse o sentido e o objetivo da nossa interpelação e esperamos que seja nesse sentido que o debate se desenrole.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Achamos que os problemas do Serviço Regional de Saúde têm uma raiz muito mais profunda do que a habitual e redutora visão de curto prazo dos sucessivos Governos Regionais. **E pensamos que, operativamente, podemos agrupar esses problemas em torno de duas questões fundamentais:**

- **Temos um Serviço Regional de Saúde orientado para o tratamento da doença e não para a promoção da saúde;**
- **Temos um Serviço Regional de Saúde gerido “à vista”, sem estratégia e sem planeamento adequado.**

Começemos, então, por analisar o primeiro dos grandes problemas estratégicos. O SRS orientado para a doença e não para a saúde.

De facto, o grosso da despesa e dos investimentos do SRS relacionam-se diretamente com os custos de funcionamento dos serviços de tratamento hospitalar e pré-hospitalar e não com as ações de promoção de estilos de vida saudáveis, prevenção, rastreio, medicina familiar e de proximidade.

Há razões históricas para esta situação, que não esquecemos, e que têm a ver com um desenvolvimento rápido e vigoroso do SRS no pós 25 de Abril em que a prioridade foi – e muito bem! – a de criar cuidados médicos onde eles praticamente não existiam, ou não existiam de todo e, a de abranger toda a população das ilhas dos Açores.

Mas, os aspetos relacionados com a medicina preventiva acabaram, em boa parte, por ficar sempre como o “parente pobre” do sistema, perante a dimensão da exigência sobre a parte dos cuidados médicos.

Não se nega que existem, e bem, campanhas de sensibilização, rastreios de patologias específicas dirigidos à população em geral, mas esse esforço, que consideramos pequeno, acaba por ver os seus efeitos limitados por dois fatores: as carências crónicas e graves em termos de medicina geral e familiar, pedra de toque da medicina preventiva e, por outro lado, o facto de a política de saúde ainda não ser considerada de maneira suficientemente transversal.

É que não basta atribuir verbas a programas para prevenir certas patologias ou para estimular estilos de vida saudáveis. É preciso que a consideração da saúde dos açorianos atravesse toda a ação dos poderes públicos, em matérias tão importantes e estruturais como, por exemplo, o planeamento urbano, a mobilidade, os transportes, os níveis de motorização e os estilos de vida sedentários; o acesso e o custo de produtos alimentares saudáveis; mas também a segurança no trabalho, as condições laborais, a própria segurança no emprego (tendo em conta a sua relação direta, estudada, com a incidência de doenças relacionadas com o stress) e, um indicador que é central para os níveis de saúde da população, que é o rendimento disponível e os níveis socioeconómicos da população. E basta olhar para os planos de saúde de alguns países e regiões da Europa para verificarem como este último indicador é cuidadosamente considerado.

Não estando naturalmente ao alcance da Região transformar a seu gosto todos estas questões, é preciso que os indicadores que lhes dizem respeito sejam considerados no diagnóstico de Saúde da Região e que a atuação dos poderes públicos leve em conta que, as transformações operadas em qualquer uma destas áreas terão forçosamente efeitos a jusante, sobre a qualidade da saúde dos açorianos.

O facto de termos um SRS orientado para o tratamento da doença, e não para a promoção da saúde, resulta não apenas em níveis de saúde medíocres, como a

saturação das estruturas de tratamento, do que decorre um avolumar substancial da despesa pública associada.

Tudo isto resulta em que tenhamos um SRS reativo, em vez de preventivo, mais caro, menos eficaz, onde as unidades hospitalares adquiriram uma primazia desmesurada em termos da afetação de recursos, sem que com isso se consigam atingir, de forma satisfatória, os objetivos de melhoria das condições de saúde do povo açoriano.

É preciso romper com o círculo vicioso da doença-despesa e transitar gradualmente para o círculo virtuoso do investimento-ganhos de saúde-poupanças, que só a reorientação para um sistema de medicina preventiva pode trazer no médio prazo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

A segunda das questões estratégicas fundamentais que enumerei, relaciona-se com o Planeamento do SRS, dentro do qual se incluem também naturalmente as questões do financiamento, mas na qual se vai muito para lá disso.

Em primeiro lugar, queremos reconhecer os méritos do Plano Regional de Saúde 2014-2016, atualmente em vigor. É um documento bem estruturado, apoiado – e bem – em indicadores quantitativos, com ambição e objetivos concretos e realistas na maior parte dos casos. Agora, este justo reconhecimento de méritos não nos impede, antes nos obriga a apontar-lhes as insuficiências.

E a primeira delas, que parecendo formal não é, relaciona-se com a pequena dignidade legislativa que o Governo Regional lhe dá, reduzindo à inferioridade hierárquica de Resolução do Conselho de Governo. Pensamos que um documento desta importância deveria ...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Não gostou!

,... ser discutido e aprovado neste Parlamento, através de um Decreto Legislativo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado! Estou abismado com essa conclusão!

O Orador: É que, desta forma, o Governo Regional não só reduz o âmbito da sua discussão como verdadeiramente menoriza o Plano Regional de Saúde, reduzindo-o ao nível de um qualquer regulamento ou adjudicação de contrato.

Esta não é uma mera questão formal na medida em que é sintomática do que acontece na realidade: O Plano existe, mas o Plano é subalternizado, esquecido, atropelado até. O Plano planifica mas o Plano não manda. Manda a discricionariedade da tutela!

O que tem caracterizado, na prática, a ação dos Governo Regionais na gestão do SRS tem sido a constante intromissão política no plano técnico, as decisões, por vezes com grandes implicações na gestão, em termos de alocação de meios, criação e extinção de unidades, tomadas de forma casuística, sem estarem solidamente fundamentadas em indicadores quantificados.

Todos conhecemos os exemplos de como, perante um descontentamento local com alguma carência de saúde, logo aparece um esforço Secretário Regional da Saúde, a mandar contratar a qualquer preço, a investir, a adquirir, ou o que seja, para silenciar rapidamente os protestos.

Isto conduz não a um sistema coerente e eficaz, mas sim a uma manta de retalhos, com duplicações e carências de meios e recursos, caro, ineficaz, que gera desigualdades sociais e geográficas no acesso e, na prática, ingerível. Se planificamos – e precisamos de planificar – é necessário que não se viole ou altere o que está planificado ao sabor das conveniências político-eleitorais do momento.

O outro grande problema de fundo do planeamento da Saúde nos Açores, que também se relaciona com a questão formal que referi, é a sua excessiva centralização. Ao contrário do que defende o Plano Regional de Saúde 2014-2016 planear não é apenas a: *“racionalização na utilização de recursos escassos com vista a atingir os objetivos fixados, em ordem à redução dos problemas de saúde considerados como prioritários, ...*

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor diz isso desde 2006!

O Orador: ... *e implicando a coordenação de esforços provenientes dos vários sectores sócio económicos...*”, mas também – e numa dimensão porventura

muito mais profunda, porque diretamente relacionada com a sua utilidade e eficácia – construir uma visão e objetivos unificadores, que possam envolver e congregar os esforços de todos os intervenientes, poderes públicos, trabalhadores do SRS e cidadãos, ...

Deputados Berto Messias (PS) e Artur Lima (CDS-PP): Uma aposta ganha!

O Orador: ... com vista à sua transformação e melhoria.

Ao contrário, o que assistimos na Região são sobretudo decisões de cima para baixo, pouco ou nada compreendidas pelo público a quem se destinam, tomadas sem o seu conhecimento e participação, gerando descontentamentos e mesmo grande alarme e insegurança em relação aos meios e respostas de saúde disponíveis. Esta situação também não contribui para um clima laboral favorável e que convide à fixação dos profissionais de que desesperadamente necessitamos. É urgente inverter este paradigma da planificação de cima para baixo, de implementar o necessário trabalho de equipa e da procura incessante de participação pública.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Outra grande questão, ainda dentro do âmbito do **planeamento do SRS, prende-se com a estrutura e articulação das unidades de saúde.**

Deve reconhecer-se a existência de algumas medidas positivas, embora avulsas, no Plano de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que o Governo apresentou em 2013, como a fusão das administrações hospitalares, que não foi posta em prática.

No entanto, e como afirmámos na altura, acabou este Plano de Reestruturação por não ser mais do que um plano de redução de custos com a prestação de cuidados de saúde, que deixou de fora as grandes incongruências e contradições, geradoras de enormes ineficiências, que existem na estrutura do SRS.

Importa relevar que **continua a não existir uma estrutura regional de coordenação entre as unidades de saúde. Cooperação, voluntária, vinda do zelo e empenhamento dos seus dirigentes, sim, existe. Uma estrutura de coordenação regional, eficaz, participada e com poderes efetivos para gerir**

e alocar recursos, não. O Conselho de Coordenação do SRS, previsto no Plano de Reestruturação, se efetivamente já existe, não produziu qualquer atividade de que se tenha conhecimento.

Também a natureza jurídica das unidades hospitalares merece reflexão. O modelo de hospitais EPE serviu para desorçamentar dívida, serviu sim senhor, durante uns tempos. Mas não serve em termos de gestão de recursos humanos e materiais, ao criar barreiras artificiais, regimes diferenciados e desiguais entre trabalhadores, e ao dificultar a necessária coordenação. Necessitamos de um modelo organizacional que, permitindo uma gestão corrente autónoma, esteja integrada num sistema coerente e centralizado.

Mas também continua por clarificar o papel da Sudaçor, que para além de veículo dos “ativos tóxicos” do SRS, pouca utilidade mais parece ter. O papel e a autonomia das unidades de saúde de ilha é subvalorizado na prática, através das instruções “vindas de cima”, que viciam uma estrutura que até poderia ter aspetos positivos.

Portanto, pensamos que também a estrutura do SRS e os seus modos de articulação e coordenação deverão ser repensados, com uma preocupação de distinguir o que existe de positivo no modelo do atual do que precisa urgentemente de ser transformado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Este diagnóstico que acabei de apresentar seria um mero exercício académico e de retórica se não fosse acompanhado das perspetivas, das propostas, que possam apontar para as soluções que o SRS necessita. Pois, passo então, de seguida, a apresentar algumas propostas estratégicas para a transformação do SRS.

Temos plena noção de que as nossas propostas, por si só, não resolverão todos os problemas do sistema. São, sabemo-lo, apenas um contributo. Mas estamos convictos de que são um contributo positivo, que apontam a direção certa para superarmos as dificuldades e problemas permanentes do Serviço de Saúde Açoriano.

É preciso inverter o ciclo vicioso da doença e da despesa e colocar a medicina preventiva, familiar e de proximidade no centro da atenção do Serviço Regional de Saúde

A reorientação para a Medicina Preventiva surge assim naturalmente como a primeira prioridade, o primeiro grande paradigma a que urge dar resposta para conseguir melhorar os níveis de saúde da população e conseguir, no médio prazo, que os ganhos de saúde se convertam também em efetivas poupanças na vertente de tratamento.

Esta transição é necessariamente gradual e aponta para objetivos de médio e longo prazo. Mas tal não pode ser razão para não a colocar como a primeira prioridade e objetivo final do SRS.

O investimento público na prevenção e na medicina familiar e de proximidade deve ser a prioridade O acompanhamento médico preventivo, os rastreios de patologias específicas, as campanhas de informação e sensibilização, dentro e fora do meio escolar, o alargamento do Plano Regional de Vacinação, a medicina de proximidade têm de ser encaradas como a parte prioritária das tarefas do Serviço Regional de Saúde, sem com isso pôr em causa a necessária prestação de cuidados de saúde. O acrescido esforço de investimento nesta área tem de ser assumido politicamente como um compromisso com o futuro da saúde dos açorianos que no médio prazo trará também poupanças advindas dos ganhos de saúde curativa.

É necessário reforçar a rede local de atendimento de saúde, como forma de aproximar os cidadãos dos cuidados de saúde e prevenção. É possível criar uma rede de locais de atendimento, realização de consultas e tratamentos ao nível de Freguesia, reforçando os locais que já existem e criando novos, procurando uma melhor cobertura territorial das unidades de saúde, mas também garantindo o transporte gratuito dos doentes não urgentes, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde.

A Planificação e a participação dos agentes e sujeitos do SRS têm de ser os mecanismos essenciais do sistema.

Consideramos necessário avançar com a criação dos Conselhos de Saúde de nível Local, de Ilha e Regional: Tratam-se de organismos de participação das populações, profissionais, outros agentes do SRS, bem como outras instituições e entidades públicas, como Juntas de Freguesia; Escolas, IPSS's, Municípios e Conselhos de Ilha, de acordo com o nível de abrangência; com funções de acompanhamento do Perfil de Saúde e das metas do Plano de Saúde Local, de Ilha ou Regional, definição das áreas prioritárias para a prevenção e das carências de meios para o tratamento, acompanhamento e consulta da gestão dos meios de saúde locais, de ilha ou regionais;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isto é uma interpelação ou uma intervenção? Onde está a interpelação?

O Orador: É necessário repensar a estrutura orgânica do SRS, nomeadamente mantendo e valorizando as Unidades de Saúde de Ilha e o seu papel, terminando as Parcerias Público Privadas (PPP), à medida que o serviço público dê cabal resposta e com uma clarificação e separação de utilização dos meios, e o fim do modelo de gestão “Hospital Empresa” EPE, reduzindo a Saudaçor ao papel de central de compras, com um efetivo combate ao desperdício, avançando com a unificação das administrações hospitalares e com medidas de coordenação de meios entre as unidades de saúde.

A Elaboração do Plano Regional de Saúde deve ser feita de baixo para cima, ao contrário do que acontece atualmente. Com base na densificação dos perfis de saúde locais, e escutando as preocupações e perspetivas dos Conselhos Locais de Saúde, será possível elaborar uma planificação em diferentes níveis, local e de ilha, integradas no Plano Regional de Saúde, que deve ser discutido e aprovado pelo Parlamento Regional, num horizonte plurianual. **A participação pública será o garante de uma melhor compreensão, envolvimento e participação de toda a comunidade na criação de uma melhor saúde para todos.**

O Perfil de Saúde da Região tem de ser o instrumento de base para a definição das prioridades e investimentos em Saúde na Região. As decisões sobre alocação de meios e realização de investimentos têm de estar integradas

numa lógica assente em dados quantitativos atualizados e fiáveis. É necessário densificar o Perfil de Saúde da Região com mais detalhe, até ao nível de ilha e mesmo Municipal, como forma de abarcar a diversidade de perfis de saúde da população açoriana.

Quanto à Rede de Observatórios de Saúde de Ilha nos Açores: Estes observatórios, já incluídos no Plano Regional de Saúde, têm de ser dinamizados, de forma a poderem recolher, processar e divulgar a informação necessária para a atualização permanente dos Perfis de Saúde de Ilha e acompanhamento das metas definidas no Plano Regional de Saúde;

A valorização dos profissionais do Serviço Regional de Saúde e do seu papel enquanto agentes ativos de promoção da saúde e de proteção das populações tem de ser outra área prioritária.

Os profissionais do Serviço Regional de Saúde, médicos, enfermeiros, auxiliares, assistentes operacionais e assistentes técnicos são o mais importante ativo do SRS, pelas suas capacidades e competências, mas também pelo seu profundo conhecimento das populações e dos seus problemas e necessidades de saúde, como ainda pelo papel ativo que desempenham na prevenção e promoção da saúde na nossa Região. É, assim, essencial que estes trabalhadores sejam valorizados, desde logo do ponto de vista salarial e de condições laborais, mas também da sua formação e incentivo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: É necessário suprir as carências de diversos profissionais, nomeadamente de médicos e de enfermagem, em várias áreas e unidades da nossa Região, mas com a devida prioridade para os profissionais de medicina geral e familiar e de proximidade, num esforço planeado, de forma a poder dar resposta às necessidades das populações.

É necessário melhorar os incentivos à fixação e formação médica, bem como incentivar modalidades de itinerância intrarregional.

É necessário desenvolver mecanismos de gestão centralizada do pessoal no respeito pelos direitos dos trabalhadores e favorecendo os regimes de contratação coletiva.

É urgente criar uma nova filosofia de financiamento. Os problemas do SRS, bem como as transformações que se pretendem levar a cabo, são inseparáveis da questão dos meios disponíveis e do financiamento, que tem de passar a ser a alavanca do aumento da qualidade e deixar de ser o grande estrangulamento do sistema.

É necessário que as unidades de saúde sejam libertas de custos relacionados com o endividamento, que devem ser assumidos integralmente pela Região.

O financiamento futuro, assegurado em quadro plurianual, tem de cobrir integralmente as despesas previstas e os investimentos planificados.

Devem ser abolidas as taxas moderadoras em todos os atos do Serviço Regional de Saúde porque cria barreiras socioeconómicas, inibidoras e injustas, no acesso aos cuidados de saúde, sem trazer qualquer benefício financeiro apreciável à sustentabilidade do SRS, que os utentes já financiam por via dos seus impostos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Poderíamos resumir ...

Deputado André Bradford (PS): Resuma, resuma!

O Orador: ... as nossas propostas em três palavras: prevenção, planificação e participação, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Uau!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto faz lembrar as PPP!

O Orador: ... os três eixos fundamentais de um novo paradigma para o Serviço Regional de Saúde.

A construção de um Serviço Regional de Saúde, público, sustentável, com qualidade, que dê segurança e contribua para a melhoria dos níveis de saúde, exige, assim, que se abandonem as velhas conceções e práticas de casuísmo, falta de estratégias de fundo e centralização dos processos de decisão. Exige que aja com base numa visão estratégica, de médio e longo prazo. Exige que se envolvam todos os agentes e utentes, toda a comunidade, no processo de

construção da saúde coletiva, não só a imediata, os cuidados com quem deles precisa, mas também a nossa saúde no futuro.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou então agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ontem o senhor não foi aí abaixo!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Começo por felicitar o PCP por esta interpelação, principalmente pela forma construtiva como a fez.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como é que sabia que era construtiva? Foi-lhe dado conhecimento!

O Orador: A mesma destaca a importância do contributo de todos para o desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde, através de ideias e propostas concretas.

Esta interpelação é também feliz porque acontece num momento de viragem do Serviço Regional de Saúde.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Após dois anos de reestruturação e organização dos serviços ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: ... é hoje possível começar a notar uma melhoria na qualidade assistencial ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia um pouco de silêncio.

O Orador: ... e na resposta dos serviços aos Açorianos.

Srs. Deputados basta ler a intervenção que foi publicada no Diário Insular, de manhã.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora o Diário Insular serve!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: É uma viragem concretizada num conjunto de medidas que permitirão resolver muitos dos problemas que até agora nos inquietaram, como as listas de espera cirúrgicas, o acesso a consultas de medicina geral ou os cuidados continuados integrados.

Além disso, Srs. Deputados, enquanto um Sr. Deputado fala, um membro do Governo pode reescrever o seu discurso, se assim o entender.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estamos a ver! Está tudo direitinho. Não há nada riscado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Isso!

O Orador: Mas começemos pelos dados estatísticos, que são claros nesta matéria.

No que respeita aos recursos humanos, nos hospitais, nos últimos cinco anos, o número de médicos cresceu 15%, os enfermeiros aumentaram 12%, os técnicos de diagnóstico e terapêutica 19%.

Nas unidades de saúde, também nos últimos cinco anos, o número de médicos aumentou 10%, os enfermeiros 7,6% e os técnicos de diagnóstico e terapêutica passaram a ser mais 12%.

Este crescimento é visível na atividade assistencial que, apenas num ano, de 2012 para 2013, viu o número de consultas nos três hospitais da Região aumentar cerca de 13%. Se considerarmos os últimos cinco anos, o aumento foi de cerca de 36%.

Também as unidades de saúde, no conjunto da Região, aumentaram em cerca de 6% o número de consultas prestadas nos últimos dois anos.

Nos últimos dois anos, no conjunto dos Centros de Saúde, as consultas de nutrição aumentaram cerca 30% e as consultas de saúde oral registaram um crescimento de 21%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Falso!

O Orador: Do mesmo modo, no campo da prevenção existem dados que expressam de forma inequívoca a ação dos serviços e dos profissionais de saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A qualidade piorou! Vai piorar mais!

O Orador: O Centro de Oncologia dos Açores já atingiu os 80 mil rastreios. Além dos números, estes dados representam o esforço e a dedicação de milhares de profissionais de várias áreas e refletem também o seu contributo para o Serviço Regional de Saúde.

Mas há muitas outras medidas que contribuem para a viragem que se está a operar no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os reembolsos!

O Orador: Por exemplo, a entrada em funcionamento da sala de pequena cirurgia no Hospital do Divino Espírito Santo vai permitir que as cerca de 500 pequenas cirurgias que estão em lista de espera fiquem totalmente resolvidas no espaço de três meses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é patético!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, mais importante que este dado, é o facto dessa sala passar a ser um recurso disponível de forma permanente, o que permite não só a não existência de listas de espera para pequenas cirurgias, como também a passagem para o regime de ambulatório de outras cirurgias em diversas especialidades.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: No ciclo das medidas que visam combater as listas de espera cirúrgicas iremos construir mais duas salas de cirurgia de ambulatório no Hospital Divino Espírito Santo no primeiro semestre de 2015 e teremos já em novembro o início de funcionamento do programa de gestão integrada de listas de espera cirúrgicas.

Este programa vai permitir a emissão dos vales-saúde para 2014 e assim abranger cerca de duas centenas de Açorianos em lista de espera.

Algumas das medidas já estão a produzir efeitos. O Hospital da Horta, por exemplo, já registou uma redução de cerca de metade da lista de espera cirúrgica na especialidade de Ortopedia e prevê deixar de ter lista de espera cirúrgica no espaço de um ano.

Deputado Luís Garcia (PSD): Redução administrativa!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): E a reumatologia?

O Orador: O Hospital da Terceira também já diminuiu os doentes em espera para uma cirurgia em várias especialidades, designadamente Cirurgia Geral, Estomatologia e Otorrino, com reduções entre 21 e os 52%, de agosto de 2013 para agosto de 2014.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Quem está fazendo as consultas de reumatologia?

O Orador: Outra preocupação são os médicos de família, sobretudo nas ilhas de S. Miguel e Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda?

O Orador: Neste caso, também a situação tende a melhorar. No caso de S. Miguel, há necessidade de 32 novos médicos, mas, neste momento, existem 22 internos em medicina geral e familiar, o que quer dizer que, no prazo de dois a três anos, serão necessários apenas 10 a 12 médicos que contamos conseguir com recurso aos incentivos disponíveis e ao aumento temporário das listas de utentes por médico.

No caso da Terceira a situação é melhor. No momento, faltam 14 médicos, mas existem 13 internos que vão praticamente suprir as necessidades, ficando a faltar um ou outro para suprir situações de reforma, que conseguiremos através dos incentivos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi por aí que o senhor conseguiu! O senhor quer trazer amigos! Mercenários!

O Orador: Entretanto, estamos a criar cada vez mais mecanismos para dar resposta a quem não tem médico, como é o caso do Serviço de Atendimento Complementar criado pela Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel, no centro da cidade de Ponta Delgada.

Este serviço, em funcionamento desde a semana passada, disponibiliza diariamente 64 consultas complementares para utentes sem médico de família, ou seja, mais de 1.200 consultas por mês.

Estamos também a alargar a rede de cuidados continuados integrados aproveitando as capacidades dos centros de saúde, que passam assim a ter uma

nova e importante função no alargamento da rede de cuidados continuados com uma resposta em proximidade com os utentes e os seus familiares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga isso com convicção! O senhor não acredita nisso!

O Orador: Em paralelo, reforçam-se as equipas de cuidados domiciliários, que já existem em praticamente todos os centros de saúde e que prestam um relevante apoio aos doentes e familiares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há 30 anos!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo: Nem sempre este processo tem sido fácil. Por vezes algumas medidas podem até ser impopulares, mas são medidas que são necessárias para que se consiga uma maior justiça no acesso à saúde.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Justiça? O senhor sabe o que é que quer dizer justiça?

O Orador: Para que mais pessoas possam conseguir consultas, tratamentos, prevenção e não apenas algumas.

São medidas que permitem que mais Açorianos possam usufruir de um bom Serviço Regional de Saúde público.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também temos provado com estas medidas que tem sido possível dar melhores respostas, sem aumentar os custos do sistema.

Está agora claro que não é apenas com mais dinheiro que se conseguem resolver os problemas da saúde, nem atingir melhores resultados.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: E, ao contrário do que se dizia, estamos nós Açorianos a conseguir resolver os problemas que, em determinados momentos, criaram alguns constrangimentos no funcionamento dos serviços.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Essa fase está ultrapassada e os fantasmas que pairavam sobre a responsabilidade de decisão do Serviço Regional de Saúde também estão ultrapassados.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Por outras palavras, estamos a conseguir um Serviço Regional de Saúde dos Açores com uma melhor resposta, com mais políticas de apoio social aos Açorianos, honrando ao mesmo tempo a nossa Autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de quinze minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental.

Regressamos às onze horas e cinco minutos.

(Eram 10 horas e 47 minutos)

Presidente: Vamos dar início ao debate.

(Eram 11 horas e 16 minutos)

Estava inscrito o Sr. Deputado José San-Bento.

Tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Quando se questiona a estratégia para o Serviço Regional de Saúde, como oportunamente faz o PCP ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oportunamente!

O Orador: ... e o PS participa, participa sempre com gosto e com grande estímulo nestes debates, tem que ficar absolutamente claro quais são os objetivos que estão em causa e para nós isso é ainda mais válido num momento em que o País atravessa e com uma governação que está a destruir o Serviço Nacional de Saúde.

(Risos do Deputado Artur Lima)

É bom que fique claro que os nossos objetivos são a criação de um Serviço Regional de Saúde público, que seja universal, que seja geral, que seja tendencialmente gratuito e que também tenha padrões de qualidade, de excelência.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: São estes o objetivos do PS e é face a esses objetivos que nós temos definido as nossas estratégias para o setor.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, um Serviço Regional de Saúde público que assegure o bem precioso da igualdade de todos perante a saúde, ricos ou pobres, fortes ou fracos, todos têm, as mesmas oportunidades quando a doença e a má sorte bate à porta. São estas as grandes conquistas da esquerda progressista durante muitos anos de luta e que o PS hoje, considera-se nos Açores e no País, o verdadeiro e único intérprete desses valores.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Um sistema que sendo universal exige estratégias que permitam a construção de infraestruturas em todas as nossas nove ilhas, em todos os nossos dezanove concelhos, que são as portas de entrada dos açorianos para o sistema, depois sendo encaminhados de acordo com as suas reais necessidades. Sendo um sistema geral tem a capacidade de ocorrer nem que seja desde a indisposição momentânea até ao mais complexo quadro de multipatologias, um sistema que tenha a capacidade terapêutica e as respostas terapêuticas para acudir a isso.

Sendo um sistema tendencialmente gratuito é um sistema que tem que continuar a merecer um enorme esforço de investimento como o Governo tem feito. Ao contrário do desinvestimento ano após ano no País, nos Açores todos os anos o PS reforça o investimento na saúde o que é um claríssimo indicador da prioridade que o Sistema Regional de Saúde tem para o PS.

Ainda agora na Proposta do Plano para 2015, nós vamos ter um reforço de quinze milhões de euros, face ao ano atual, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema é a falta de médicos!

O Orador: ... são mais 5%, no total. Em relação a 2011 nós temos mais oitenta e um milhões de euros, face àquilo que estava orçamentado em 2011 e face àquilo que está orçamentado em 2015.

É um enorme esforço financeiro que tem dado resultados que também têm sido ignorados pela oposição, nomeadamente o equilíbrio entre custos e proveitos que as unidades hospitalares já obtiveram em 2013 e são também indicadores da maior importância para aquilo que é o que nós desejamos e sempre afirmamos, a sustentabilidade financeira do Serviço Regional de Saúde.

Sendo também um serviço com padrões de qualidade de excelência, significa que nós queremos os melhores técnicos...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como é que é possível?

O Orador: ... a melhor formação, os melhores meios de diagnóstico complementar e também aquilo que são as mais avançadas terapias. É nisso que o PS tem trabalhado ao longo da sua governação ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e continuará a trabalhar.

Isso exige uma visão reformista, dinâmica, da própria estrutura e dos processos do Serviço Regional de Saúde.

Por isso, Sr. Deputado Aníbal Pires, nós rejeitamos o imobilismo e a visão muito fechada que o PCP tem demonstrado neste setor.

O senhor hoje introduziu aqui algumas propostas que merecem ser ponderadas, outras, sinceramente, já estão a ser implementadas, mas de qualquer forma fica aqui o registo do esforço do PCP, embora mantendo uma visão que me parece

um pouco fechada, ao ter apresentado propostas que certamente merecerão a nossa ponderação. Como sempre dissemos, Sr. Deputado, nós queremos uma boa oposição, porque uma boa oposição fará de nós uma melhor maioria e teremos também um melhor Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso é que nós fizemos um grande esforço naquilo que aprovámos em setembro passado, a reestruturação do Serviço Regional de Saúde. Um trabalho que envolveu muitos técnicos, muitas pessoas, muitos setores, mas que infelizmente a generalidade dos partidos da oposição rejeitaram e não tiveram coragem.

Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, terminando a minha intervenção gostava só de dizer-lhe que não vale a pena (e o senhor de certa forma caiu, infelizmente, na minha opinião um pouco nesta tendência) generalizarmos aspetos pontuais e problemas singulares do sistema e daí fazer uma generalização em relação a um sistema que não seja bom e o nosso Sistema Regional de Saúde é muito bom e será cada vez melhor. É nesse sentido que nós temos trabalhado.

Também não vale a pena ignorarmos quando se acusa que há uma falta de cobertura de médicos de família em alguns concelhos das ilhas mais populosas, isso é verdade, não vale a pena nós ignorarmos o efeito que a falta de especialistas em medicina geral e familiar tem para essa cobertura, ou seja, isso decorre objetivamente de uma escassez a nível nacional e até internacional, não resulta de insensibilidade do Governo nem de desorganização ou de incompetência das administrações hospitalares. É bom que isso fique claro.

O mesmo poderá dizer-se em relação às listas de espera, nós melhorámos 17% da produtividade do ano passado, acumulámos mais listas de espera, é verdade, estamos a referenciar mais doentes, estamos a prestar melhores cuidados e melhor acessibilidade do sistema, mas a verdade é que não podemos ignorar o efeito que a falta de médicos anestesistas tem nesse problema muito grave nas listas de espera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Isso é desculpa! É falso! Seja sério!

O Orador: Isso é verdade, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Está mais do que comprovado e portanto nós não podemos fazer esse debate, recorrendo a essa demagogia primária que como se vê aqui o CDS-PP já está a antecipar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Para terminar, Sr. Deputado, à sua pergunta “Qual a estratégia para o Serviço Regional de Saúde?”, o PS responde que a nossa estratégia só pode ser uma: mais e melhor saúde para todos os açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Demagogo é o senhor!

O Orador: É esse o compromisso do PS e em nosso entender é essa a prática do Governo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A sua intervenção é um insulto aos doentes!

Deputado José San-Bento (PS): Tenha dignidade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Analisar o Serviço Regional de Saúde é uma tarefa, naturalmente, complexa, até pela sua própria dimensão, mas eu gostaria de focar-me naquilo que no nosso entender e neste momento é o maior do Serviço Regional de Saúde: a acessibilidade dos açorianos aos cuidados de saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça! Ouça!

O Orador: Acessibilidade em vários níveis: acessibilidade ao nível dos cuidados primários de saúde. Metade da população da Ilha Terceira não tem médico de família, ...

Deputado José San-Bento (PS): Porquê?

O Orador: ... 25 a 30% da população da Ilha de São Miguel não tem médico de família, ...

Deputado José San-Bento (PS): Porquê? Diga lá porquê!

O Orador: ... sem que ao contrário do que pretende o Sr. Deputado José San-Bento afirmar, de que a nível nacional se destrói o Serviço Nacional de Saúde e aqui se constrói, mas o que é certo é que o que marca a diferença, é que enquanto este Governo espera que os médicos de medicina geral e familiar caiam do céu, nós achamos que perante a escassez de médicos de medicina geral e familiar, é necessário ter a coragem de introduzir novas formas de organização.

Apresentámos já, por diversas vezes, uma proposta no sentido de em S. Miguel e na Ilha Terceira se caminhar no sentido de organização de unidades de saúde familiares.

Essas sim não destruíram o Serviço Nacional de Saúde. Permitiram que mais 700 mil portugueses tivessem a cobertura na área dos cuidados primários; pudessem fazer prevenção das neoplasias, dos cancros; pudessem fazer prevenção na área da saúde materno-infantil. Isso não é destruição! Isso é construção e marca bem a diferença do nosso posicionamento.

O Sr. Secretário em vez de exigir que as unidades de saúde em cada uma das nossas ilhas, nomeadamente em S. Miguel e Terceira, reforcem a sua capacidade e a sua idoneidade em termos formativos, está à espera que cheguem novos médicos de medicina geral e familiar.

Não Sr. Secretário! Nós não podemos ter uma atitude passiva perante os açorianos que não têm acesso aos cuidados primários. Temos que caminhar de forma corajosa para novas formas de organização e ser inovadores nas iniciativas, coisa que o senhor não consegue ser.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em segundo lugar a acessibilidade também se verifica no que diz respeito aos cuidados diferenciados, mormente nas ilhas sem hospital. O senhor introduziu uma legislação que bloqueou a deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital e também à Ilha do Faial, que embora tendo hospital vivia muito da deslocação de médicos especialistas a essas unidades de saúde.

Há doentes há meses, há mais de um ano que têm patologias crónicas e que deviam ser observados por esses especialistas e não são, ou então Sr. Secretário, não sei se com a sua concordância estão a ser observados por outros, que não têm idoneidade técnica para o fazer e cometem os erros que todos nós conhecemos.

Sr. Secretário, a insuficiência de cobertura nesta área, diga-me uma coisa, foi bem patente num caso dramático que nós tivemos oportunidade de constatar a semana passada.

Deputado André Bradford (PS): Sr. Deputado, não faça isso! Fica feio!

O Orador: Não quero referir-me às questões técnicas que estiveram envolvidas nessa decisão. A mim não me compete avaliá-las, todos nós cometemos os nossos erros.

Agora, isso é bem um exemplo da insuficiência de cuidados que os cidadãos açorianos, residentes em ilhas sem hospital, estão neste momento a sofrer e que a si deviam sinceramente preocupá-lo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, mas o Serviço Regional de Saúde vive também um problema de acessibilidade aos meios complementares de diagnóstico. Nós tivemos oportunidade de chamá-lo à Comissão em janeiro de 2014.

V. Exa. esteve na Comissão em março de 2014, dois meses após, certamente em função da sua indisponibilidade para lá estar mais cedo e recusou uma proposta que nós apresentámos em Comissão, está no relatório, de que deviam estabelecer-se relações contratuais, fora do horário normal de trabalho, para

fazer face às quatro mil requisições que o Hospital de Ponta Delgada tinha devolvido.

O senhor recusou. Agora diz que o Hospital de Ponta Delgada vai estabelecer as convenções e vai resolver esse problema, ou seja, a sua incapacidade de planeamento é total. O senhor reage de forma casuística e em cima do joelho.

Quer que lhe dê mais um exemplo? Eu reconheço e subscrevo em nome do PSD, o facto do bloco operatório ou da sala para pequenas cirurgias no Hospital de Ponta Delgada ser uma medida positiva. Mas sabe quantos meses depois é que o senhor dá resposta aos cidadãos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande, depois do senhor ter ordenado o encerramento das salas onde se faziam pequenas cirurgias nesses centros de saúde? Onze meses depois!

Deputado José San-Bento (PS): Não tinha condições!

O Orador: Oh, Sr. Secretário, não é assim que se governa! Governar é preciso prever e o senhor não sabe prever, porque para encerrar essas unidades o senhor tinha que ter dado uma resposta imediata aos cidadãos e deu nove meses depois!

Sr. Secretário, o Serviço Regional de Saúde é bom para quem tem acesso a ele. O problema são os milhares que não têm acesso ao Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está!

O Orador: Esse é que é o problema, Sr. Secretário e nós nos Açores somos tratados muitas das vezes por uma saúde regionalizada que é da inteira responsabilidade do Governo que V. Exa. faz parte e do Partido Socialista que suporta o Governo de que o senhor faz parte, somos tratados, dizia, muitas das vezes, como portugueses de segunda.

Deputado André Bradford (PS): E que o senhor queria que fosse Lisboa!

O Orador: O Serviço Regional de Saúde que está a ser destruído neste momento, segundo as palavras do Sr. Deputado José San-Bento, proporciona aos cidadãos portugueses, em média, quatro meses de espera por uma cirurgia, nos Açores são três anos. Eu gostaria de pertencer a um serviço nacional desses que está a ser destruído, porque era atendido em quatro meses e não em três anos.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Ai pois queria!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É preciso não ter vergonha!

O Orador: O Serviço Nacional de Saúde que, nas palavras do Sr. Deputado José San-Bento, está a ser destruído pelo atual Governo, é aquele que proporcionou, pela criação de unidades de saúde familiares, a cobertura de mais setecentos mil cidadãos sem médicos de família.

Eu gostava de fazer parte desse Serviço Nacional de Saúde para ser atendido em tempo real e não esperar por aquilo que agora o senhor designa de consulta complementar para mistificar aquilo que eram as consultas abertas e que fazem com que os cidadãos por uma consulta aberta estejam cinco meses à espera como acontece no posto de saúde dos Fenais da Ajuda, da Lomba da Maia, na Ilha de S. Miguel.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é uma vergonha!

O Orador: Eu gostava de fazer parte de um Serviço Nacional de Saúde, que diz o Sr. Deputado José San-Bento, está a ser destruído para ser atendido atempadamente.

Deputado André Bradford (PS): Eu sei que gostava!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Esses postos de saúde já estavam todos fechados à chave se tivéssemos esse Serviço Nacional de Saúde!

O Orador: Gostava, Sr. Deputado.

Tudo o que é destruição é tudo aquilo ao qual o Sr. Secretário muitas das vezes tem necessidade de recorrer, porque até para a elaboração de um plano de resposta aos vírus Ébola, o senhor chamou o Diretor Geral de Saúde para cá vir, para dizer como é que se fazia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

O Orador: ... para substituir o papelinho que o seu anterior Diretor Regional de Saúde tinha elaborado e que não tinha qualquer tipo de competência técnica lá inscrita.

Mas afinal aqueles que os senhores acusam de destruir são aqueles que lhes vêm ensinar como se faz!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde está o seu Diretor Regional de Saúde?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, eu ficaria neste momento por aqui, sem deixar de lhe dizer que entre 2012 e 2013, é certo, o número de cirurgias aumentou, mas o número de doentes também aumentou, em espera, porque as salas do bloco operatório continuam todas elas fechadas à tarde.

Em 2014, os últimos dados que possuo: comparando o primeiro quadrimestre de 2014 com o primeiro quadrimestre de 2013, as listas de espera cirúrgicas aumentaram 14% no Hospital de Ponta Delgada, onde 80% dos doentes residem em espera, mas a lista de espera para consulta aumentou 32.1%. Isto são notícias oficiais contidas naquele jornal que também V. Exa. conhece, que é o jornal oficial do Hospital do Divino Espírito Santo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O pasquim!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, mais uma vez o senhor chega atrasado. Anunciou para março a criação de um plano de gestão integrada para a recuperação de doentes em espera cirúrgica, agora em novembro.

Mas para nós, Sr. Secretário, quero marcar outra diferença: no nosso entender essa não é a solução final. Esse é um instrumento que possibilitará, isso sim, a potenciação e a coordenação entre os diferentes hospitais e a resolução da espera desses doentes em produção cirúrgica adicional, fora do horário normal de trabalho, ...

Deputado André Bradford (PS): Claro! Estamos percebendo!

O Orador: ... depois do esgotamento dos recursos que neste momento estão esgotados das unidades de saúde, de modo a que não se espere três anos por uma cirurgia, mas sim quatro meses.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem agora a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos muito preocupados que, por exemplo, em S. Jorge os médicos de família que estão já na reforma e os que para lá caminham não vislumbrem substitutos num futuro próximo.

Senhor Secretário Regional da Saúde,

De que forma está o governo regional a preparar-se para esta diminuição de médicos de família?

Apesar do despacho n.º 2022/2014, publicado no passado dia 27 de outubro, o facto é que acréscimo financeiro oferecido não tem surtido o efeito esperado para a fixação desses profissionais.

A rara deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital e a escassez de meios complementares de diagnóstico são fatores que influenciam a apetência e a fixação de médicos de medicina geral nas ilhas sem hospital.

Que medidas está o Governo Regional prever implementar para incentivar a fixação de médicos nas ilhas sem hospital, uma vez que já se percebeu que o que está a fazer não está a contribuir para a fixação desses médicos?

Sras. e Srs. Deputados,

O Sr. Secretário da Saúde, há uns dias no estrangeiro, falava em promover o turismo de saúde.

Como é que o Governo Regional pretende promover algo que nem os próprios açorianos no seu dia a dia sentem ter, ou seja, não temos um serviço de saúde que responda às nossas necessidades mais básicas e recorrentes.

O Senhor Secretário vai tirar-nos os médicos que ainda temos para os dar aos estrangeiros?

O Senhor Secretário sabe que há muitos Açorianos que não têm médico de família?

O Senhor Secretário sabe que para conseguir uma consulta de especialidade é uma odisseia ao alcance de poucos?

O Senhor Secretário sabe que os Açorianos esperam e desesperam para fazer alguns tipos de exames complementares de diagnóstico?

Com os estrangeiros à mistura eles vão passar-nos à frente e vamos ter que esperar mais tempo para fazer os exames complementares de diagnóstico?

O Senhor Secretário talvez não saiba que quem não tem dinheiro para ir à medicina privada procura, em desespero, o Serviço de Urgência dos hospitais para conseguir uma consulta com um médico especialista!

Com isto, o funcionamento do Serviço Regional de Saúde está subvertido e este Governo do Partido Socialista nunca foi capaz de inverter.

Com este Governo, há uma diminuição acentuada na deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital.

Há doentes que aguardam há mais de um ano por uma consulta de especialidade e neste momento as populações sentem que estão a morrer à míngua, porque os especialistas vão às ilhas sem hospital de uma forma muito reduzida e os hospitais não têm chamado os doentes para as consultas de especialidade.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Saúde:

A grande novidade sobre a deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital, anunciada por estes dias com honras de televisão, é trazer os doentes ao hospital, e mais, à laia de quem não tem cão caça com gato, o Sr. Secretário anuncia que as consultas de especialidade podem ser dadas por médicos de família, e ainda afirma que os médicos especialista poderão ser consultores dos médicos de família, como quem diz que não são necessários nem fazem cá falta!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Quem sabe se não poderão, mesmo, estar num *call centre* qualquer.

Já agora Sr. Secretário:

Se o Sr. tiver a infeliz fatalidade de necessitar de uma cirurgia o Sr. aceita ser anestesiado por um médico de família e operado por outro médico de família, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... com certeza com os respetivos médicos especialistas consultores à distância de um click?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Muito obrigado, fico a aguardar as respostas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Esta minha primeira intervenção é para dirigir-me ao Sr. Deputado Luís Maurício e dizer-lhe que muito sinceramente não esperava uma intervenção desta natureza que acabou de fazer.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Porquê?

O Orador: O senhor aqui, acabou de elogiar o Serviço Nacional de Saúde e acabou por denegrir os profissionais e o Serviço Regional de Saúde que nós temos há mais de trinta anos e que não podemos de modo algum deixar que isso seja posto em causa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor sabe fazer melhor do que isso!

O Orador: Não esperava isto de si, Sr. Deputado, esse elogio e essa situação que aqui se passou que deve ficar registado para memória futura.

Gostaria também de dizer que, passando esta fase, estou de acordo com a abordagem que faz, de que temos uma dificuldade na acessibilidade aos cuidados de saúde, sobretudo aos cuidados das Unidades de Saúde Ilha, da medicina geral e familiar, como temos também algumas dificuldades no acesso às unidades e às especialidades hospitalares, mas isso está demonstrado que ao longo dos anos as situações têm sido encontradas, aumentam-se os recursos humanos, aumenta-se a diferenciação dos recursos humanos, aumentam-se os recursos técnicos e tecnológicos e logicamente no Serviço Regional de Saúde trabalha-se bem, trabalha-se melhor e produz-se mais. Já está mais do que demonstrado que esta é uma verdade.

Não é o suficiente? Não é o suficiente.

Queremos mais? Queremos mais.

Queremos melhorar a produtividade? Com certeza que queremos, mas temos todos que nos juntar no sentido de que o estímulo que devemos dar aos profissionais de saúde que aqui desempenham a sua atividade, seja o suficiente para que tenhamos capacidade de desenvolver mais e melhor o Serviço Regional de Saúde.

Diria que da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, o objetivo da intervenção, que aponta aqui um conjunto de estratégias e que lança uma pergunta, “Que estratégia?”, de facto, deu aqui algumas propostas, mas gostaria de dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que algumas das estratégias que aqui pôs, são competências que já estão plasmadas na carreira dos médicos de medicina geral e familiar, como também da nova carreira de enfermagem de medicina comunitária.

É preciso é que essa dinâmica seja introduzida nas respetivas unidades de saúde, de modo a que se possa aumentar a rentabilidade e também melhorar os cuidados de saúde, não só no aspeto essencialmente preventivo, mas também no aspeto curativo.

Mas como o grande tema deste debate é essencialmente “Que estratégia para o Serviço Regional de Saúde?” eu então lanço a seguinte questão à câmara: então se é uma estratégia para o Serviço Regional de Saúde, é preciso que todos aqui

assumamos e tenhamos a coragem e dizer se estamos de acordo que o Serviço Regional de Saúde deve manter e melhorar as suas características. Se sim, então a pergunta que se impõe: como mantê-lo sustentável?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Aqui está lançado o desafio e espero que todos de uma forma generalizada apresentem propostas objetivas, propostas exequíveis e sustentáveis.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Confesso que me interrogo sobre a legitimidade desta intervenção, depois de ouvir o Sr. Deputado José San-Bento afirmar que o PS é o verdadeiro e único intérprete de tudo e mais alguma coisa.

Deputado José San-Bento (PS): Não é de tudo e mais alguma coisa!

Deputado André Bradford (PS): Só das coisas boas!

A Oradora: Quer dizer que a oposição não é necessária para nada, nem a boa, nem a má, porque os senhores são os intérpretes únicos e verdadeiros.

Deputado José San-Bento (PS): A senhora não tem mais nada para dizer!

A Oradora: De qualquer maneira como a Sra. Presidente me deu a palavra eu vou então começar por interpelar o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Partindo do título geral desta interpelação “Sistema Regional de Saúde, que estratégias?”, no fundo, para o seu futuro e uma vez que para identificar estratégias é necessário, como aliás disse o proponente, ir à raiz ou às raízes dos problemas, para que as estratégias possam responder exatamente a esses problemas, eu queria colocar-lhe a seguinte questão, Sr. Secretário Regional: os

sucessivos Orçamentos de Estado, em particular o de 2014 e o de 2015, que tenho aqui à minha frente, obrigam a contratos programa entre as administrações regionais de saúde e os hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde (está lá, nos sucessivos orçamentos e neste é *copy/paste*, de 2014 para 2015).

Esta obrigatoriedade Sr. Secretário Regional, levanta algumas questões, até porque segundo a Lei de Bases de Saúde, o Serviço Nacional de Saúde compreende todos os serviços de saúde, tutelados pelo Ministério da Saúde, ou seja, o nosso Serviço Regional de Saúde, está excluído do Serviço Nacional de Saúde, na medida em que não é tutelado pelo Ministério da Saúde.

Deputado Manuel Pereira (PS): Ainda bem!

A Oradora: Sendo assim e tendo o BE-Açores, uma posição diferente da que está instituída na Lei de Bases que acabei de dizer, porque na realidade trata-se de um sistema, não Nacional de Saúde, mas continental de saúde, porque nacional tem que incluir as regiões autónomas, e portanto os Açores também, nós que temos uma posição de princípio concetual diferente, desta que está instituída na Lei de Bases da Saúde, gostaríamos de ouvir sobre esta mesma posição o Secretário Regional da Saúde da Região Autónoma dos Açores.

O que é que pensa sobre aquilo que está instituído na Lei de Bases da Saúde e também a seguir sobre os tais contratos programa a que os sucessivos Orçamentos de Estado, nomeadamente os dois últimos, obrigam.

Isto não quer dizer que o BE não defenda acerrimamente o Sistema Regional de Saúde e a sua autonomia, já o dissemos várias vezes e portanto ninguém pode confundir esta posição claríssima da nossa parte.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Mas nós temos que pensar que a articulação entre o Sistema Regional de Saúde e o Sistema Nacional de Saúde, tem que começar a ser feita de uma maneira diferente do ponto de vista institucional, porque a penalização a que o Sistema Regional de Saúde é sujeito, nomeadamente (e quando falamos em Sistema Regional de Saúde estamos a falar de todos os açorianos e de todas as açorianas que dele necessitam, e que a ele necessitam de recorrer) há aqui

uma penalização que é insustentável sobretudo num estado unitário com regiões autónomas.

Gostaria de o ouvir falar sobre isto, porque isto também é uma das raízes do problema.

Por outro lado, e saindo mais da esfera concetual para uma esfera mais concreta e prática.

No atual enquadramento legal definido como disse, pelos sucessivos Orçamentos de Estado, a Administração Regional dos Açores é obrigada a fazer contratos programa com os hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde. Pergunta concreta: qual é a natureza destes contratos programa? Que encargos financeiros trazem para a Região, estes contratos programa e se tem a quantificação anual feita, para poder-nos aqui dar conta?

Portanto, anualmente, quanto é que do ponto de vista financeiro estes contratos programa a que o Serviço Regional de Saúde está obrigado, pelos Orçamentos de Estado, custam? Custam aos açorianos e açorianas, porque não há contratos programa de borla, Sr. Secretário. Têm um custo, de certeza, têm um peso financeiro.

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Tem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ouça!

A Oradora: A questão é: se têm um peso financeiro, qual é esse peso, quantificado, ao ano, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas ele não sabe!

A Oradora: ... porque este também é outro problema e tem que se ir à raiz dele e a raiz também está aqui.

Para já é esta a pergunta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Estamos aqui na interpelação ao Governo, do PCP “Estratégias para o Serviço Regional de Saúde”.

Uma das estratégias que o Governo Regional implementou foi a reestruturação do SRS. Essa reestruturação é imperiosa para garantir a sustentabilidade funcional e manter a qualidade e a segurança dos cuidados prestados aos açorianos e açorianas.

O GPPS entende que devemos levar a cabo transformações que reforçam a importância do Sistema Regional de Saúde e a capacidade de criar oportunidades diferenciais na estrutura e na prestação de bens e serviços e requer uma abordagem sistemática das políticas públicas e uma perene atenção à sua formulação.

O GRA tem o desígnio de atenuar os riscos e proteger as populações contra os danos, as enfermidades e as deficiências, e, ao mesmo tempo, através das suas políticas diminuir as disparidades e a exclusão.

Os recursos são limitados, todavia, o GRA tem disponibilizado sempre uma verba muito considerável para a Saúde, nos últimos anos tem sempre aumentado o financiamento, um verdadeiro sinal da prioridade estabelecida pela governação regional para a RAA.

Em suma, o GRA tem tido uma atenção especial à área da saúde no arquipélago.

Vamos falar sobre Infraestruturas da Região.

A estratégia que o Governo Regional tem tido nos últimos anos é a construção de novas infraestruturas de grande qualidade. É uma realidade.

Para falar, o novo Hospital da Terceira, o Bloco C do Hospital da Horta, o Centro de Saúde da Graciosa, o Centro da Saúde Madalena, recentemente inaugurado, obras no Centro de Saúde de Vila do Porto e agora, o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada que vai trazer qualidade, segurança e uma melhor acessibilidade de todas as pessoas de S. Miguel. Ainda, também, obras no Centro de Saúde do Corvo.

O aumento dos profissionais de saúde nas instituições públicas tem acontecido nos últimos anos. O Governo Regional tem feito um esforço para fixar profissionais de saúde nas nossas instituições.

O aumento das consultas e dos meios auxiliares de diagnóstico é uma realidade indelmentável, basta consultar as estatísticas e os indicadores apresentados.

Os indicadores dos últimos anos têm demonstrado a evolução, o progresso e o aumento da qualidade de prestação dos cuidados de saúde aos açorianos.

A Produtividade:

A produtividade tem aumentado consideravelmente nos últimos anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As taxas moderadoras têm aumentado!

O Orador: Tem sido feito um esforço de grande mais-valia para que a reestruturação da saúde aconteça com sustentabilidade e sem perda da qualidade da prestação dos cuidados de saúde na RAA.

Todos os dias, nos Hospitais e nos Centros de Saúde da RAA são executados tratamentos de patologias distintas, com grande qualidade a muitos açorianos.

O esforço para rentabilizar os serviços, os profissionais e os equipamentos públicos tem sido incrementado.

Se nada fosse feito podíamos agora ter mais problemas.

Não podíamos fazer o que o PSD queria fazer, que era transferir a solução para o Governo da República. Nós aqui temos que ter a capacidade para resolver.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

Deputado Luís Maurício (PSD): Falso!

O Orador: O objetivo tem sido, garantir a sustentabilidade, sempre pensando nos doentes.

O reforço de mais 15 ME para a Saúde no próximo orçamento é mais um sinal da prioridade do GRA para a Saúde dos açorianos e das pessoas que optaram por viver nas nove ilhas dos Açores.

O espírito de contenção deve continuar para dar continuidade ao equilíbrio financeiro e para o aumento das capacidades do Serviço Regional da Saúde.

Sr. Secretário:

O GPPS entende que a Inspeção de Saúde dos Açores deve ter uma ação mais intensa, na fiscalização dos procedimentos na Saúde da RAA.

Há necessidade de detetar atos menos corretos que se traduzem, numa desmotivação dos profissionais que atuam de forma certa e eticamente sem atropelos.

As distrações executadas pelos profissionais prevaricadores provocam injustiças entre colegas e são motivo de perda de qualidade e de segurança nos tratamentos às pessoas.

A interpelação que o GPPS faz ao Sr. Secretário é a seguinte:

O GPPS questiona, no âmbito da Interpelação agora em discussão, o Senhor Secretário Regional da Saúde se haverá intenção do GRA em reforçar as verbas para a Inspeção Regional de Saúde com o intuito de atuar com mais intensidade na RAA?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobretudo nos hospitais, onde o senhor está proibido de atuar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membross do Governo:

Antes, porém, uma referência à intervenção do Sr. Deputado Domingos Cunha. Sr. Deputado, o Sr. Deputado antes de falar de saúde e de acusar os outros, devia começar por explicar os seis milhões de euros, da informatização do Serviço Regional de Saúde. Era só esse aparte.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

A Graciosa tem sido notícia pelos piores motivos quando se fala do acesso e da prestação de cuidados de saúde.

Não há pior indicador para um serviço público do que a falta de confiança, e hoje, na ilha Graciosa, verifica-se uma enorme falta de confiança no Serviço Regional de Saúde.

São cada vez mais os graciosenses que desesperam na sua relação com o Serviço Regional de Saúde e o caso que na passada semana foi tornado público e que levou já a um pedido formal de investigação à Ordem dos Médicos, não é, infelizmente, um caso isolado.

A Saúde na Graciosa está mergulhada na confusão. Desde logo não se compreende como pode estar a funcionar a administração da Unidade de Saúde de Ilha se não tem administradores!

Se recentemente um dos vogais do conselho de administração se reformou e a presidente daquele órgão não está a exercer funções quem, afinal é que toma as decisões?

Na Graciosa são cada vez mais as queixas e é cada vez maior o sofrimento das pessoas. Construiu-se um novo centro de Saúde para responder às pessoas mas os serviços estão piores!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde,

O caso tornado público na passada semana de uma cidadã que é vítima do avolumar de problemas na saúde da ilha Graciosa, não é, infelizmente, caso único. Posso dar-lhe outros exemplos: como o caso do idoso que aguarda uma ecografia há já dois anos e que não encontra resposta no Serviço Regional de Saúde. Ou o caso de uma criança que tinha requisição para pediatria quando essa especialidade fosse à Graciosa. Sabe o que se passou com uma informação de possível asma de esforço dessa criança? Perderam a requisição e não chamaram a doente para a consulta. A criança continua à espera da consulta.

Quando foi denunciado o caso da cidadã que padece em S. Miguel houve alguém que também fez questão de, numa rede social, manifestar o seu testemunho ...

Deputado José San-Bento (PS): Ouça, Sr. Deputado!

O Orador: ... de um caso que segundo esse cidadão foi igual ao da cidadã que está na Ilha de S. Miguel e também aconteceu na ilha Graciosa.

Mas deixe-me ainda dar conta do caso da doente oncológica que foi submetida a cirurgia e que tem dificuldades de equilíbrio, que ainda sofreu uma grave depressão e que nas deslocações para fora da ilha não lhe é autorizado acompanhante, mas deste caso Vossa Excelência já tem conhecimento por uma exposição que lhe foi dirigida pela utente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o que tem a dizer a isto?

O Orador: Ou o caso de uma idosa, diabética, com uma pensão de 250 euros em que lhe estão a ser recusadas receitas médicas quando só a insulina custa 40 euros, e perante a passividade da pseudo administração da unidade de saúde.

Deputado André Bradford (PS): E quem recusa?

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é que é grave. Isso o senhor não diz!

O Orador: Ó senhor, estamos a falar de assuntos sérios! Estamos a falar de assuntos sérios!

O que dizer do caso da criança de 5 anos que levou cinco meses seguidos a ir à urgência sempre com diagnóstico de infeção respiratória, encharcado em antibióticos durante cinco meses e apenas depois da mãe da criança pagar à sua custa a deslocação à Terceira ficou a saber o problema eram crises de asma.

Mas Sr. Secretário Regional, diga-me com sinceridade. Acha normal que na passada semana estivessem 150 graciosenses a aguardar para fazer uma colonoscopia, ou seja, 3,5% da população da Graciosa? E que numa semana se tenha deslocado à Graciosa um especialista para fazer aquele exame das 8 da manhã às 2 da manhã do dia seguinte. Será este o futuro do serviço tutelado por Vossa Excelência?

Acha normal que se contrate um médico que depois não faz urgências tendo já sido necessário vir um médico para as urgências ao fim de semana?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso que o senhor quer? Deslocações!

O Orador: Será este o Serviço Regional de Saúde que evoluiu? Ou é este o serviço de saúde que bateu no fundo e em que cada vez menos pessoas acreditam?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado José San-Bento, vai responder a isso!

O Orador: Podia ainda falar das deslocações de especialistas em que não vai um psiquiatra à Graciosa desde julho de 2013, não há pneumologia desde novembro de 2013 e ginecologia também desde julho de 2013.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso? O senhor vai responder a isso!

O Orador: Para terminar, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde que se deixe de desculpas. Que meta mãos à obra, assumas as consequências do estado a que isto chegou, faça os inquéritos que tiver de fazer. Mas trate de resolver de uma vez por todas os graves problemas que se verificam no centro de Saúde da Graciosa.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Bem-vindo Sr. Deputado João Costa ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obrigado!

O Orador: ... e quero fazer-lhe um esclarecimento: não fiz nenhuma acusação. Não fiz nenhuma acusação e particularmente ao Sr. Deputado Luís Maurício, apenas expressei estranheza pela forma como ele fez a sua intervenção.

Mas respondendo à pergunta que o senhor me faz, contrariamente àquilo que o senhor não faz nesta câmara quando nós lhe perguntamos algumas coisas, eu vou dizer-lhe a história dos seis milhões, vou contar-lhe a história dos seis milhões para que o senhor fique descansado e esta câmara fique descansada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É melhor não contar!

O Orador: Posso dizer-lhe que o processo de informatização do Serviço Regional de Saúde, adjudicado à INDRA, cumpriu todos os requisitos legais,

teve um visto prévio do Tribunal de Contas, teve todos os procedimentos autorizados.

A INDRA é uma entidade de reconhecida experiência na área informática ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falida!

O Orador: ... e isso direi que basta recordar aos senhores que já visitaram a estação de rastreio de satélite de Santa Maria, que lá está uma placa que diz INDRA e que está associado a este projeto, provavelmente porque é idónea neste sistema.

O Orador: Direi que a INDRA tem a responsabilidade da informatização de 735 centros de saúde; 27 áreas hospitalares; 7 687.399 cidadãos abrangidos o que corresponde a 95% da população e tem 32 milhões de cidadãos que partilham esta solução. Não é uma entidade qualquer.

Mas vamos passar à questão posta pelo Sr. Deputado João Costa.

Sim senhor, é bom dizer que também nessa altura foram envolvidos 150 profissionais do Serviço Regional de Saúde para tratar este projeto, das várias áreas e das várias categorias.

Vou dizer-lhe, vai ficar com o valor exato dos seis milhões (vou dar-lhe o valor exato):...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já temos da comissão de inquérito?

O Orador: ... seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, cento e onze euros e noventa e oito cêntimos; um milhão, duzentos e sessenta e quatro, zero trinta, dezanove cêntimos, para *hardware*; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as multas?

O Orador: ... dois milhões, cento e quarenta e dois mil, trezentos e quarenta e seis, dezoito, para *data center*; novecentos e oitenta e cinco, cinquenta e dois, sessenta e oito para consultadoria; e multas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esqueceram-se foi de ligar o botão *on*!

O Orador: Calma! Calma! Tenha calma!

... setecentos e noventa euros de multas aplicadas.

Esta é a fase do processo que eu conheço.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E onde é que está o sistema informático?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): De grande sucesso!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, para que fique esclarecido de uma vez por todas, e penso que deve ter ficado esclarecido, está aqui a justificação desta situação.

Portanto, da minha parte está respondido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que está o botão para ligar?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Apenas uma breve intervenção para recusar as afirmações feitas e a mim atribuídas pelo Sr. Deputado Domingos Cunha.

Eu não denegri ...

Deputado André Bradford (PS): Faz isso sempre!

O Orador: ... nenhum profissional da Região Autónoma dos Açores. O que eu elogiei foram duas formas de organização existentes a nível nacional, que não são elogiadas por mim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ainda recentemente, num relatório elaborado por peritos de saúde, um dos quais responsável pela reestruturação da política de saúde americana, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Último lugar da CEE!

O Orador: ... na vigência da atual presidência do presidente americano Obama, entregue à Gulbenkian, no âmbito da comemoração dos 35 anos do Serviço Nacional de Saúde, elogiava essa forma de organização e sugeria a replicação dessas estruturas.

Portanto, Sr. Deputado Domingos Cunha, aquilo que eu aqui fiz foi exemplificar, elogiando, duas formas de organização, uma no âmbito dos cuidados primários de saúde, as unidades de saúde familiares e outra no âmbito dos cuidados diferenciados no que à recuperação de listas de espera diz respeito, nomeadamente um SIGIC, embora não tenha expresso essa designação, mas exprimi de forma metodológica o que esse programa

desenvolve e por conseguinte queria recusar que não denegri nenhum profissional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, elogiei, isso sim, duas formas de organização a nível nacional, que no meu entender, e não só, como acabei de referir, por organismos e peritos internacionais, seriam úteis aplicar na Região.

Peço-lhe desculpa, pela consideração pessoal que por si tenho, que não é sério dizer o que o senhor disse a meu respeito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Julguei que já não estava cá!

(*) Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, relativamente às questões que me colocou, em primeiro lugar é importante frisar que a questão da acessibilidade dos açorianos ao Serviço Regional de Saúde, não é uma preocupação exclusiva sua, é uma preocupação, penso, que de todos os membros desta câmara e do próprio Governo Regional e que não pode ser sequer transmitida a ideia ou a mensagem de que nada foi feito ao longo dos últimos anos sobre esta matéria. Tal como disse no discurso que fiz há pouco, na intervenção que fiz há pouco, de ano para ano tem vindo a aumentar a acessibilidade dos açorianos ao seu Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como?

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor vive noutro mundo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor tem ir à Graciosa, vestir a bata branca e voltar a usar o estetoscópio!

O Orador: Temos garantido melhores respostas, mais consultas, mais cirurgias. Os números assim o demostram.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A única pessoa que diz isso é o Sr. Deputado José San-Bento!

O Orador: Temos vindo a aumentar os serviços aos açorianos.

Sobre este aspeto o PSD não é a única entidade a querer resolver esta questão. Todos nós estamos preocupados com ela e temos vindo a trabalhar sobre isso. Não há aqui uma inação do Governo, ou dos anteriores governos sobre esta matéria.

O Sr. Deputado diz e pede de uma forma muito clara que sejamos inovadores naquilo que é a resposta a esta situação.

Sr. Deputado, ainda a semana passada abrimos um serviço em S. Miguel, um serviço de atendimento complementar para tentar resolver de uma forma mais coerente a situação dos açorianos sem médico de família na Região. Foi uma medida que foi tomada. Em relação à questão dos USF, já tivemos oportunidade anteriormente aqui neste Plenário de debatê-las. O senhor sabe tão bem como eu que é um modelo que tem as suas virtudes e é um modelo que tem os seus problemas.

É um modelo que certamente naquilo que é a dispersão geográfica da RAA, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Cuidado para não denegrir os profissionais da Região! Veja lá o que vai dizer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até as nossas receitas e vinhetas vêm do continente por incompetência sua!

O Orador: ... não iria ter o seu devido fundamento porque neste momento temos que resolver a situação da ilha de S. Miguel e a situação da Ilha Terceira. Mas quando fala do Serviço Nacional de Saúde, eu percebo que será importante e é bonito dizermos que mais 700 portugueses tiveram acesso a médico de família, mas é importante também dizer que existem muitos portugueses que não têm acesso a médico de família. Continuam a existir pessoas no Serviço Nacional de Saúde que não têm acesso ao seu médico de família e o Serviço

Nacional de Saúde tem exatamente o mesmo problema que o Serviço Regional de Saúde sobre esta matéria.

Quando o Sr. Deputado diz que governar é prever, relativamente à questão da pequena cirurgia do Hospital de Ponta Delgada, obviamente que o Governo previu a solução. O Hospital de Ponta Delgada informou-nos que havia uma sala de pequena cirurgia na consulta externa que o senhor conhece tão bem quanto eu.

Agora, nós não podemos prever o imprevisto ou prever alguma situação que por via de alterações funcionais ou de alterações de conceção sobre aquele espaço, pudessem levar à não utilização daquele espaço por parte dos profissionais.

Essa situação só foi levantada pelos profissionais após a decisão do Governo de transferir as pequenas cirurgias para aquele espaço, ou seja, até então não haveria problemas na utilização desse espaço.

Passou a haver problemas na utilização desse espaço e o Governo em vez de cruzar os braços de uma forma muito clara deu instruções ao Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, para construir a sala de pequena cirurgia com todas as condições possíveis e com todas as condições exigíveis para a realização das pequenas cirurgias.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Foi isso que foi feito e foi isso que foi inaugurado. Levou nove meses. Pois, construir uma sala de pequena cirurgia de raiz não é algo que se faça em um, dois meses, principalmente para garantir todas as condições de segurança.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Foi feito, foi resolvido e a partir de agora o Hospital de Ponta Delgada, ao contrário do que existia, tem uma sala de pequena cirurgia que irá resolver não só os problemas da pequena cirurgia do hospital.

Provavelmente terá oportunidade de visitar essa sala, como algumas cirurgias que poderão lá ser feitas em regime de ambulatório, ou seja, foi um problema que foi identificado, foi um problema que foi resolvido de base.

Nós não andamos a resolver os problemas com remendos ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com um penso!

O Orador: ... ou a resolver os problemas para que a opinião pública rapidamente fique satisfeita. Não.

De base foi resolvido o problema das pequenas cirurgias em S. Miguel e nos próximos anos não só este Governo mas todos os governos que irão suceder-se irão beneficiar desse investimento.

Relativamente à questão do plano do Ébola, Sr. Deputado, é grave a forma com que o faz, as acusações que faz, de nós termos de ter pedido ao Diretor Geral de Saúde, para vir à Região sobre esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O ex-Diretor Regional de onde é?

O Orador: Como sabe é um assunto de extrema gravidade e além disso o plano de contingência é um plano de contingência nacional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde anda aquele Sr. Diretor Regional que foi demitido?

O Orador: De forma muito clara só para responder rapidamente à sua questão e à sua interpelação que eu acho que foi infeliz, se assim não o fosse o seu Ministro da Saúde não me teria nomeado a mim Secretário Regional da Saúde para fazer parte do Comité Nacional que vai lidar com este problema.

Por isso, isto é um problema nacional e obviamente a participação do Sr. Diretor Geral da Saúde na Região, é e deve ser um esforço de concertação entre o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde.

Relativamente às questões levantadas pela Sra. Deputada Ana Espínola. Em primeiro lugar os incentivos aos médicos, Sra. Deputada, já permitiram que uma médica encontrasse interesse em instalar-se em S. Jorge, como sabe. A médica que foi para S. Jorge foi também no âmbito daquilo que era o incentivo que lhe estava a ser proposto.

Foi por isso que essa médica resolveu concorrer ao concurso que foi aberto pela Unidade de Saúde de Ilha.

Por isso não é lícito da sua parte, nem honesto da sua parte dizer que os incentivos não serviram para nada.

Infelizmente, como nós sabemos a médica saiu de S. Jorge, mas não por uma questão dos incentivos. Como todos sabemos não foi por uma questão de precisar ou não precisar dos incentivos, considerar que os incentivos eram poucos ou não. Foi por outro motivo.

Agora, permitiu na altura em que ela estava lá em prestação de serviços, por via do incentivo que foi criado, ela decidir concorrer a um concurso na Unidade de Saúde de Ilha, com intenção de ficar de forma permanente. Não se verificou, infelizmente, para nós todos, infelizmente para os jorgenses, mas continuaremos a apostar nesse modelo que já deu frutos uma vez e esperemos que dê frutos mais vezes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando se fartam vão se embora!

O Orador: Em relação às declarações que fiz no estrangeiro, Sra. Deputada, mais uma vez indo ao encontro àquilo que o Sr. Deputado Luís Maurício disse, nós temos que encontrar soluções inovadoras para a resolução dos nossos problemas no Serviço Regional de Saúde.

Aquilo que está aqui a ser feito, e é triste a forma com que a oposição pega nestes assuntos e trabalha estes assuntos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Triste é a sua figura de governante!

O Orador: ... não no objetivo de melhorar o Serviço Regional de Saúde mas para denegrir ainda mais a imagem do Serviço Regional de Saúde, é não perceber que dentro daquilo que poderá ser uma potenciação do turismo de saúde na Região, não só os açorianos poderão ficar melhor tratados, como teremos os recursos financeiros para tratar ainda melhor os açorianos na Região.

Depois é uma contradição: é o Sr. Deputado Luís Maurício a dizer encontre medidas inovadoras.

Nós encontramos medidas inovadoras.

E temos o CDS-PP por outro lado a dizer não encontre medidas inovadoras, não faça nada relativamente a esta matéria.

Preso por ter cão, preso por ter gato. Não há aqui sequer uma segunda, uma terceira alternativa para o Secretário Regional da Saúde: se é inovadora, é porque é inovadora, se não é inovadora é porque não é inovadora.

Deputado Luís Maurício (PSD): Então não há? Aquelas de que me acusaram de denegrir o Serviço Regional de Saúde!

O Orador: Temos que encontrar aqui todas as formas possíveis para melhorar o Serviço Regional de Saúde e a minha incursão nesse campo de turismo de saúde, tem a ver apenas com o facto de podermos melhorar o Serviço Regional de Saúde.

Sra. Deputada, em relação aos médicos especialistas parece-me que se esquece um pouco daquilo que é a sua formação profissional nessa área e como profissional de saúde que é, deveria saber perfeitamente que há especializações dentro das diferentes áreas médicas e que os especialistas são fundamentais naquilo que é a sua área de especialidade, mas os médicos de medicina geral e familiar são também especialistas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é que é inovador!

O Orador: Ninguém se pode esquecer nesta câmara, nem podemos dar um repto àquilo que foi um desafio lançado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires do PCP, de dar maior importância àquilo que é a prevenção, maior importância à medicina geral e familiar e depois não permitir que os médicos de medicina geral e familiar desenvolvam todas as potencialidades da sua especialidade, porque são substituídos regularmente por especialistas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso mesmo é que o senhor os vai colocar no Pico!

O Orador: Há que encontrar um equilíbrio sobre esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: Tal como disse ontem, posso voltar a dizer aqui no Plenário sobre esta matéria, nós não precisamos dos médicos especialistas de forma regular, nas diferentes ilhas sem hospital, para fazer as consultas que os próprios médicos de família podem fazer. Seguir uma diabetes, seguir uma hipertensão arterial, é do âmbito da medicina geral e familiar e os médicos especialistas de

medicina geral e familiar dentro desse âmbito devem ser potenciados, ou seja, nós não podemos é dar seguimento ao repto do Sr. Deputado Aníbal Pires, que devo já dizer-lhe Sr. Deputado, é fundamental, é de todo o debate aquilo que me parece mais importante frisar, temos que fazer um investimento claro no Serviço Regional de Saúde, nos cuidados de saúde primários, da questão da prevenção dos médicos de família.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tantos açorianos sem médico de família!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora é que chegou a essa conclusão! Agora!

O Orador: Isto tem que ser feito, mas dando capacidade aos médicos de medicina geral e familiar de desenvolverem de uma forma pluripotencial aquilo que são as suas competências.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não os conhece! Trata-os mal! Despreza-os!

O Orador: Sra. Deputada Zuraída Soares, de forma rápida porque eu próprio fiquei algo confuso, permitir também que me possa esclarecer sobre esta matéria.

Na leitura do Governo da República, obviamente nós temos um serviço de saúde independente. Na leitura do Governo Regional dos Açores sobre esta matéria, nós temos um Serviço Regional de Saúde autónomo, com uma autonomia alargada, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! O senhor é subserviente!

O Orador: ... mas que deve obviamente ter uma contextualização dentro do Serviço Nacional de Saúde, ou seja, nós não temos capacidade de ter resposta em algumas áreas e vamos precisar da capacidade do Serviço Nacional de Saúde.

É impossível, por exemplo, com aquilo que é a nossa casuística, termos um centro de cirurgia cardiotorácica na Região.

Nós não iremos conseguir ter um centro de cirurgia cardiotorácica na Região e precisamos da complementaridade do Serviço Nacional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não consegue fazer receitas na Região!

O Orador: Obviamente que temos tido aqui alguma dificuldade de relacionamento com o serviço nacional (temos tido), que felizmente, segundo percebi também da visita do Sr. Primeiro-Ministro e já me foi transmitido pelo Presidente do Governo, existem já bons indícios de nós podermos resolver algumas dessas questões que estão pendentes, mas tem que ser num espírito de complementaridade.

Os contratos programa que nós assinámos, não assinámos com o Governo da República, nem com os hospitais do Governo da República. Os contratos programa são estabelecidos entre a Secretaria, a Sudaçor, os hospitais e as unidades de saúde de ilha da Região e esses contratos programa visam o financiamento do funcionamento dessas unidades.

Estamos a falar de cerca de 90 milhões para as USI's ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Cerca de?

O Orador: Noventa milhões de euros para as USI's e cerca de cento e quarenta milhões de euros para os hospitais EPE.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, obviamente que nós queremos reforçar e iremos reforçar a atividade inspetiva, concordo consigo, seja através da IReS, nós temos que ter a capacidade de fazer a separação daquilo que é o normal e o bom funcionamento dos hospitais e aquilo que é o irregular funcionamento de profissionais de saúde, hospitais públicos, privados, centros de saúde, o que seja. Não iremos fazer qualquer tipo de seleção sobre essa matéria e por isso foi solicitado já a incorporação de mais três inspetores do corpo técnico da IReS.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, obviamente que nós temos todos que reconhecer que o Serviço Regional de Saúde, apesar de bom, apesar de dar uma boa resposta e apesar de pretender melhorar a sua resposta, tem os seus problemas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nós todos temos essa noção. Não há um único serviço de saúde mundial que não tenha problemas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não desvalorize!

O Orador: Ainda há pouco tempo nós tivemos um livro muito famoso sobre essa matéria que existe, “Errar é humano” e os erros médicos, os erros em medicina existem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Neste caso é só problemas!

O Orador: Os erros em medicina existem.

O importante é nós percebermos. Eu como médico, o Sr. Deputado Luís Maurício como médico, o Sr. Deputado Artur Lima como dentista, sabemos que nesta área da saúde os erros existem. Nós como profissionais de saúde erramos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As colonoscopias das 8 da manhã às 2 da manhã é um erro?

O Orador: É importante sobre esta matéria fazer claramente a diferenciação entre aquilo que é um erro negligente ou um erro doloso para o paciente de forma intencional e de uma forma muito clara o doente tem que ser compensado sobre esta matéria.

Agora, não é do âmbito da Assembleia Legislativa Regional, nem é do âmbito do Governo, julgar aquilo que é um bom, ou um mau procedimento médico.

A situação da Graciosa, aquilo que foi pedido sobre essa matéria, aquilo que o Governo tem que fazer é esclarecer para que todos saibamos se foi ou não bem atendido ou se os procedimentos foram ou não bem-feitos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se quiser posso dar-lhe mais casos!

O Orador: A Ordem dos Médicos irá ter toda a oportunidade de o fazer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Ordem dos Médicos não atua sobre os gestores!

O Orador: Agora, é importante também nós percebermos que existem ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se quiser posso dar-lhe outros tantos!

O Orador: Oh Sr. Deputado ...

... meios próprios para que algumas dessas situações nos sejam relatadas e sejam corrigidas.

Nós temos vindo a trabalhar no sentido de identificar essas situações, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Secretário conhece o Livro de Reclamações?

O Orador: ... corrigi-las, não só para os utentes que o senhor identifica, mas para todos os utentes do Serviço Regional de Saúde, ou seja, cada vez que identificamos um problema, cada vez que identificamos que algo não correu bem essa situação deve ser corrigida não só para aquele utente, mas para todos os outros utentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O exemplo é o que se viu a semana passada!

O Orador: Por isso é importante que essas situações nos sejam relatadas pelos meios próprios, porque eu muitas vezes sou confrontado com situações ou do diz que disse, ou de alguém que me diz que houve situação que consubstancia ou negligência ou um erro e depois nós vamos ver e não há um único relato formal sobre essa situação. É impossível respondermos sobre essa matéria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quando as pessoas dão a cara, os processos são metidos dentro da gaveta e ficam a aguardar 8 meses por resposta!

O Orador: Em relação à atividade do médico gastroenterologista tivemos, segundo o Sr. Deputado, um tempo sem ir lá especialistas. Agora vão lá especialistas, criticam, vai lá o especialista mas trabalha de mais.

Quer dizer, há aqui algum contrassenso sobre esta matéria: ou está, ou não está.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A sua competência é o exemplo. É assim que vai funcionar!

O Orador: Foi feita uma inspeção por peritos à atividade do gastroenterologista nas várias deslocações às ilhas e aquilo que a inspeção nos disse sobre essa matéria é que estava a ser bem feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Assim é que está bem feito. É das 8 da manhã às 2 da manhã!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é perseguição!

O Orador: Não somos nós que temos a capacidade de dizer que um ato médico é bem feito ou mal feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não estou a falar do ato

médico. Estou a falar das 8 da manhã às 2 da manhã!

O Orador: Há uma inspeção, a inspeção diz que fez.

Nós não podemos confrontar a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Enfermeiros, ou qualquer outra ordem sobre estas questões. Certo?

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que a inspeção não atuou no Hospital de Angra?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor não acha que fica em cheque quando se fazem colonoscopias das 8 às 2 da manhã?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

É muito rápido.

Eu só pedi a palavra para me dirigir ao Deputado Luís Maurício para lhe dizer que se eventualmente a minha intervenção foi interpretada com menos consideração, ou menos estima, ou eventualmente acusação, a qual não entra dentro da sua personalidade, do seu carácter, não só no desempenho da sua atividade política, mas como profissional, eu quero aqui pedir as minhas desculpas porque não foi com intenção que o fiz.

Eu apenas disse e admirei-me do senhor enaltecer a vontade de estar no Serviço Nacional de Saúde com a organização que ele tem, quando perante o Serviço Regional de Saúde que temos e do qual está integrado, tal como eu, nós o defendemos tal e qual como nós o queremos para a Região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não foi não! Ofendeu os profissionais de saúde!

O Orador: Foi apenas e simplesmente isso. Não tive qualquer intenção de o ofender nem de lhe faltar ao respeito.

De qualquer das maneiras eu gostaria de lembrar que coloquei aqui à câmara a seguinte questão: se estamos de acordo com o Serviço Regional de Saúde que

temos e que devemos manter e melhorar, então se sim, como manter a sua sustentabilidade?

Até agora ainda não vi de nenhuma bancada qualquer opinião sobre isso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membross do Governo:

Sr. Secretário:

Primeira pergunta: o Ex-diretor Regional de Saúde foi demitido por Vs. Exas..

Onde está? Que funções ocupa? Porquê e ao abrigo de que figura legal? Se também já tem assessor para nas suas novas funções o assessorar no cargo que está a desempenhar agora? Pergunta muito concreta.

Segunda pergunta.

Já que estamos a falar de custos e de sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, Sr. Deputado Domingos Cunha, há dinheiro para isso?

Que falta faz, se é que está nesse cargo, nomeado por si, ao abrigo de que figura legal e o que é que está a fazer e se tem ou não assessor, ao que parece, até familiar?

Deputados Luís Rendeiro e António Ventura (PSD): Mais um?

O Orador: Gostaria que me explicasse essa matéria.

Segunda pergunta: numa altura de poupança e de sustentabilidade onde se corta drasticamente, draconianamente nos doentes, por que é que se cria um Gabinete de Comunicação e Imagem no Hospital de Angra? Explique. Quem lá está e porquê?

Também era interessante saber por que é que foi arranjado um emprego de um dia para o outro para aquele senhor. Explique quem é e por que é que lá está? Os açorianos também querem saber.

São esses pormenores que é preciso explicar porque os doentes não entendem que se lhes negue o acesso ao Serviço Regional de Saúde e se ande a esbanjar a contratar camaradas, Sr. Secretário.

São duas perguntas muito objetivas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membross do Governo:

Peço a palavra para responder a algumas das interpelações que me foram feitas, nomeadamente pelo Sr. Deputado Luís Maurício.

Eu não nego Sr. Deputado que a nível nacional existiram medidas que em algumas zonas de maior população tiveram de facto alguns impactos positivos.

Eu não disse isso.

Agora, algumas dessas soluções que o senhor refere são muito difíceis de aplicar nos Açores, como sabe. Ainda ontem discutimos isso na RTP.

Agora uma coisa é certa: aquilo que tem sido feito a nível nacional, o nosso debate não é propriamente sobre isso, mas face à referência que eu fiz e à insistência que o senhor depois revelou na resposta, eu gostava de dizer-lhe que em 2012 o Governo da República desinvestiu 11% no financiamento da saúde, retirou 753 milhões; em 2013, menos 17%, menos 1709 milhões; em 2014, menos 3,8%, menos 300 milhões. Um total acumulado de 2.703 milhões nesta Legislatura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a telemedicina?

O Orador: Sr. Deputado, eu lamento dizer mas eu tenho razão: o Governo da República está a destruir o Serviço Nacional de Saúde e está nomeadamente a destruir o carácter universal no acesso ao serviço.

Por isso eu não vou aqui aprofundar o tema, porque o senhor sabe perfeitamente, se vir em certas zonas do território do continente, nomeadamente no Hospital de Évora, a gravidade dos problemas que lá existem, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Do que é que o senhor está a falar?

O Orador: Mas como lhe disse o essencial do nosso debate ...

O Hospital de Évora! O Hospital de Évora! Situações gravíssimas, como o senhor muito bem sabe e sabe porquê? Por falta de recursos humanos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pergunte à SATA quantas pessoas saem da Graciosa para ir à consulta?

Deputado José Ávila (PS): Antigamente é que era bom!

O Orador: ... por falta de financiamento da parte do Governo. Isso é da maior gravidade e infelizmente eu poderia dar muitos outros exemplos.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sobre os Açores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membross do Governo:

Começaria por responder ao repto do Sr. Deputado Domingos Cunha, queixando-se que ainda não tinha ouvido nenhum tipo de resposta, para lhe lembrar o seguinte, embora lhe vá dar respostas concretas sobre essa matéria, mas há cerca de um ano e meio todos os partidos desta Casa foram chamados pelo Presidente do Governo Regional atual, para darem o seu contributo, com as suas propostas, para garantir exatamente a sustentabilidade do nosso Sistema Regional de Saúde.

O BE respondeu a essa chamada e entregou ao Sr. Presidente um documento escrito onde tinha várias propostas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Três propostas!

A Oradora: ... umas mais simpáticas, outras menos simpáticas de uma maneira geral, mas do nosso ponto de vista coerentes e que podiam ser um contributo para garantir, como todos nós queremos, a sustentabilidade do nosso Serviço Regional de Saúde.

Para responder-lhe, Sr. Deputado, vou apenas dar o exemplo de três, uma delas era acabar com a Saudaçor. Era a primeira.

A segunda, ou a terceira, outra delas, era aplicar um orçamento de base zero em todos os serviços de saúde da nossa Região para sabermos o que é que se gasta, quando se gasta, como se gasta e não termos o jogo viciado, todos os anos à partida.

Depois, outra: diminuir o número de administrações e administradores nesta Região (de Unidade de Ilha, de Centros de Saúde, de hospitais, de tudo).

Ainda outra, que aliás hoje aqui parece que está a ser apresentada como a descoberta da pólvora que é uma aposta séria nos serviços de proximidade, nos médicos de família, na medicina de proximidade, os médicos de família para dar resposta às tais dezenas de milhares de açorianos e açorianas que não têm médicos de família. Parece que esta descoberta foi feita hoje, aqui, neste Plenário.

Indo à raiz dos problemas, esta é a questão fundamental, é uma das bases fundamentais para garantir a sustentabilidade do nosso Serviço Regional de Saúde, porque não investir aqui é, a jusante, depois investir e pagar muito mais do que aquilo que se pagaria se tivéssemos médico de família para todos os açorianos e açorianas.

Vou dar-lhe um exemplo, Sr. Secretário Regional.

Ontem, e não digo hoje porque hoje não fiz o telefonema, uma pessoa que precisasse de uma consulta médica e telefonasse da Terceira para um centro de saúde, mandavam esperar dois meses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para marcar!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é para ser atendido!

A Oradora: Para marcar.

Quem fizesse o mesmo telefonema, na ilha de S. Miguel, ontem, mandavam esperar dois meses.

Esta pessoa, qualquer que ela seja, este açoriano ou açoriana tem duas possibilidades: ou vai para a “bicha” e fica à espera dos dois meses ou se a dor apertar e ele não aguentar ou ela não aguentar, faz o quê? Vai ao privado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode!

A Oradora: Quem é que está a empurrar as pessoas para o privado?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a acessibilidade!

A Oradora: Quem é que está no meio de um discurso: “vamos agora perseguir os privados, vamos agora metê-los na ordem e agora é que vamos lutar contra todas as fraudes!”.

Quem é que está a empurrar os doentes para lá? É a Secretaria que o senhor tutela.

Mais: que doentes? Os pobres! Aqueles que não têm dinheiro para aguentar as consultas privadas.

E depois o que é que faz Sr. Secretário?

Como o custo é grande, então agora vamos diminuir os reembolsos e vamos fazer aqui tipo “atirar a moeda ao ar”, só pode fazer 3 Rx por ano.

Deputado Luís Maurício (PSD): Quais três?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É um!

A Oradora: Mas quem é que decide? A Secretaria? Quem é que decide? É o Secretário? É o tesoureiro? É o administrador do Centro?

Então, mas se eu precisar de fazer quatro?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode! Ou paga!

A Oradora: Não, não posso. Posso se tiver dinheiro Sr. Secretário.

Eu quando disse aqui há pouco, e vou repetir, que o BE defende acerrimamente o Serviço Regional de Saúde, não é pelos seus lindos olhos, é porque os limiares de pobreza da nossa Região, infelizmente, fazem com que as pessoas mais pobres, que são a maioria, só possam sobreviver se tiverem um Sistema Regional de Saúde que lhes garanta o acesso aos tratamentos e aos médicos, porque não têm dinheiro para os privados, Sr. Secretário. Não têm!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado José San-Bento responda a isto!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: É por isso que nós defendemos o Serviço Regional de Saúde.

Aquilo que o senhor está a fazer com as suas políticas, não é perseguir as fraudes; não é penalizar os médicos que agiram mal na sua atividade.

O senhor está objetivamente a penalizar os pobres, aqueles que não têm dinheiro para as consultas privadas, aqueles que não têm dinheiro para tratamentos,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... aqueles que não têm dinheiro para diagnósticos, aqueles que não têm dinheiro para nada, porque ganham o ordenado mínimo regional ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça! É a subserviência!

A Oradora: ... ou não ganham coisa nenhuma com os limiares de desemprego que nós temos na nossa Região.

Portanto, Sr. Secretário Regional da Saúde, faça um favor ao BE:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Demita-se!

A Oradora: ... não venha aqui dizer que, através da interpelação feita, e muito bem-feita, pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

... da Representação Parlamentar do PCP, “finalmente encontrou-se; na realidade a base, a raiz de tudo, eram os médicos de família”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que o senhor despreza! Eu acuso! O senhor despreza os médicos de família! Diga que é mentira!

A Oradora: Mas há quanto tempo? Há quanto tempo é que andam, Sr. Secretário Regional da Saúde, todos os partidos da tal oposição que não são precisos para nada, porque o PS é o único que tem a verdade? Há quantos anos? Quantos seus sucessores é que já disseram o mesmo e já admitiram o mesmo?

Sr. Secretário, poupe-nos! Respeite a nossa inteligência!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Respeite os doentes!

A Oradora: Não venha agora dizer aqui uma coisa como se ela fosse “a galinha dos ovos de ouro”.

Agora, o senhor não pode é ficar à espera que os médicos caem aqui de maduro, que também foi uma resposta que o Sr. Secretário deu ao BE aqui nesta Casa, que eles haviam de vir porque estavam a ser formados lá fora e depois como lá fora não tinham lugar haviam de vir para cá.

Não vêm, Sr. Secretário! Eles vão para a Europa, para outros países. Garanto-lhe.

Mais, Sr. Secretário, aqueles a quem a Região pagou, cada açoriano e açoriana pagou, milhares de euros ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda a isso!

A Oradora: ... através de bolsas, que tinham obrigação de garantir à Região que ficavam cá e muitos deles queriam ficar,...

Presidente: O seu tempo está a terminar.

A Oradora: ... sabe o que é que o senhor lhes fez?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mandou-os embora!

A Oradora: Mandou-os embora.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

A Oradora: Mandou-os para o continente. Aqueles que queriam cá ficar, e a quem os açorianos e açorianas pagaram do seu bolso e dos seus impostos para tirar o curso, o senhor mandou-os embora.

Agora fica à espera que caiam de maduro aqueles que não querem para aqui vir. Muito obrigada.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Nesta segunda intervenção para tecer algumas considerações, desde logo, relativamente à intervenção inicial do Sr. Deputado José San-Bento. Dizer-lhe que o PCP não tem nenhuma posição fechada e imobilista.

O que nós podemos ter, e efetivamente temos, é uma visão diferente da do Partido Socialista, assim como temos de qualquer outra das bancadas aqui.

Agora, imobilista e fechada, não! Aliás, como penso que ficou claramente demonstrado na intervenção que abriu esta interpelação.

Da intervenção da Deputada Ana Espínola eu queria pegar numa questão que a Sra. Deputada colocou e que tem a ver com o turismo de saúde, não tanto pelo turismo de saúde, mas pelas questões relacionadas com a saúde.

Eu acho que a Região até tem algum potencial em termos do turismo da saúde, designadamente ao nível do termalismo e daí podem resultar vantagens para melhorar a saúde dos açorianos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Onde é que isso está?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe as termas do Faial!

O Orador: Isso é outra coisa, Sr. Deputado.

Eu penso, e penso que todos nós, das bancadas da oposição e certamente da bancada do Partido Socialista, que é legítimo dizermos que a Região tem potencial em termos do turismo de saúde, designadamente no que concerne ao termalismo e que isso pode trazer alguma vantagem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi isso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores é que estão a dar cabo do termalismo nos Açores!

O Orador: Até para reforçar uma questão que eu coloquei também além, daquela tribuna, este assunto acaba por ser transversal. Um bom Serviço Regional de Saúde também potencia o turismo, porque há segmentos da população, pela questão da idade ou pelo facto de serem portadores de doenças crónicas, que quando procuram um destino turístico procuram-no tendo dois fatores em consideração: a questão da segurança e a questão da saúde. E vêm ou não vêm se nós garantirmos-lhes segurança mas também um bom Serviço Regional de Saúde. Portanto, isto pode ter efeitos positivos no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Enquanto andamos a morrer à míngua promovemos o turismo!

O Orador: Entretanto, vim agora ao debate por uma questão que me foi colocada aqui (um desafio colocado aqui) na primeira intervenção do Deputado Domingos Cunha. Aliás, a Deputada Zuraida Soares já deu aqui alguns exemplos que podem contribuir para a sustentabilidade financeira do Serviço Regional de Saúde, mas lembro à câmara que há algum tempo atrás enunciei aqui um conjunto de questões (em junho de 2013) que passava a recordar.

Em 2011, os três hospitais, os três EPEs, fizeram poupanças com pessoal, com fornecimento de serviços externos e concursos operacionais, elevadíssimas. Mas entretanto o que é que se verificou? Verificou-se perdas financeiras elevadíssimas. Por exemplo, no Hospital da Horta, essas perdas financeiras ou os custos dos encargos com a dívida, aumentaram 479%, o que equivalia a mais de 2,5 milhões de euros.

Em Angra, o aumento, relativamente ao ano anterior (e reporta-se a 2011, portanto a 2010), o aumento foi de 282,6%.

No Hospital do Divino Espírito Santo os números são semelhantes.

No caso da Soudaço, verificava-se exatamente a mesma coisa, isto é, o custo do Serviço Regional de Saúde não se prende tanto com o seu funcionamento, mas com os pesados encargos do serviço da dívida do Serviço Regional de Saúde.

Sei que já se alterou alguma coisa, mas efetivamente e para além do crónico subfinanciamento, porque o orçamento regional não afeta, não aloca à saúde o valor que devia alocar, há aqui há muitos anos um subfinanciamento. Posso reconhecer até que no último ano aumentou, designadamente nos contratos-programa com os EPEs, mas a verdade é que o grande problema e aquilo que põe em causa a sustentabilidade do Serviço Regional são os elevados encargos com a dívida, Sr. Deputado Domingos Cunha e esse assunto tem que ser resolvido com outras medidas, designadamente com algumas que já foram enunciadas por outras bancadas da oposição e em particular pela Deputada Zuraída Soares, do Bloco de Esquerda.

Portanto, a sustentabilidade passa por aí. Não é o custo do Serviço Regional de Saúde, mas são os encargos com a dívida e esses encargos com a dívida foram sendo acumulados ao longo dos anos. Porquê? Por desperdício com certeza, mas os centros de saúde e os hospitais têm feito um esforço muito grande para reduzir esses custos de funcionamento, eventualmente às vezes até com reflexos depois nos serviços que prestam.

Portanto, é isto que temos que encarar, porque queremos todos um Serviço Regional de Saúde que funcione, para nós e para quem nos visita (isto a propósito da questão do turismo).

Voltarei ao debate mais tarde.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era preferível funcionar primeiro para nós e depois para os outros!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma muito rápida para responder ao Sr. Deputado Artur Lima que já pela segunda vez nesta Casa, faltando-lhe qualquer tipo de argumento político ou argumento técnico sobre esta matéria, entra naquilo que é o debate pessoal e nas acusações infundadas e insinuosas sobre a minha atividade,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda às perguntas!

O Orador: ... porque duas vezes foi através daquilo que foi a minha atividade.

De forma muito concreta, o Sr. ex-Diretor Regional da Saúde está a trabalhar no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, num pedido de mobilidade que fez, porque gostou de viver nos Açores.

Coisa estranha!... Gostar de viver nos Açores!...

Deve ser penalizado por isso, por isso vamos meter-lhe um selo na testa e vamos recambiá-lo para o continente.

Por ter gostado de viver nos Açores pediu a sua mobilidade para o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo.

O Sr. Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha da Terceira, tendo em consideração que o Sr. Diretor Regional tinha alguma experiência na componente da acreditação, além do trabalho de enfermagem que ele está a desenvolver no Centro de Saúde, pediu-lhe também que desse uma colaboração no processo de acreditação. Eu não percebo onde é que está o mal nisto, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não percebe?

O Orador: Não percebo onde é que está o mal sobre esta matéria. Da mesma maneira que também não percebo onde é que está o mal no Gabinete de Comunicação do Hospital. Um Gabinete de Comunicação, que é um processo fundamental na acreditação de uma unidade de saúde,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é a pessoa que está lá?

O Orador: ... em que é obrigatório...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é a pessoa que está lá?

O Orador: A pessoa que lá está digo-lhe de uma forma muito clara, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga!

O Orador: Foi alguém que veio do continente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Veio, porque...

O Orador: ... que trabalhava nesta área, trabalhava num Gabinete de Comunicação de um hospital do continente, e tendo em consideração que veio para os Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porque...

Deputado José San-Bento (PS): Porque quis vir!

O Orador: ... foi aproveitado o momento para abrir o Gabinete de Comunicação do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Era uma necessidade do Hospital. É uma obrigatoriedade de qualquer processo de acreditação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deu jeito a tanta gente!

O Orador: Sr. Deputado, essa sua postura mesquinha sobre esta matéria,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é tirano!

O Orador: ... essa que tem sido a sua postura mesquinha sobre esta matéria, e digo pela terceira vez, postura mesquinha sobre esta matéria,...

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador: ... faz e tem feito com que várias pessoas, que até gostavam de trabalhar no Serviço Regional de Saúde, até gostavam de trabalhar nos Açores

(depois dessa sua postura), pura e simplesmente façam as malas e vão-se embora.

É por causa de pessoas como o senhor (por causa de pessoas como o senhor!) que muitas vezes os bons técnicos do Serviço Regional de Saúde se vão embora.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor vai fundamentar isso!

O Orador: Respondendo de uma forma muito clara à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sra. Deputada, dois meses parece-me um tempo aceitável para uma consulta não urgente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Secretário se tenho uma dor, como é que sei se é ou não é urgente?

O Orador: Sra. Deputada, provavelmente exprimiu-se mal aquando do telefonema, porque se tivesse dito a semana passada que precisava de uma consulta urgente no Centro de Saúde de Ponta Delgada, ficaram 180 consultas por dar por falta de utentes no Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então acha que devemos ir todos à urgência!

O Orador: Ou seja, o Serviço de Atendimento Complementar que tinha capacidade para 320 utentes viu metade. Ficaram médicos, no Serviço de Atendimento Complementar da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel à espera de doentes que não apareceram.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Alguns já morreram, porque não foram chamados a tempo para a consulta!

O Orador: Situações urgentes, neste momento, temos resposta no dia.

Eu não percebo, Sra. Deputada, como é que se pode dizer: o serviço está a funcionar, tem uma taxa de ocupação de 56%. Há todos os dias consultas disponíveis para os utentes.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade. O senhor não vive neste mundo!

O Orador: É verdade! É verdade! Basta lá ir...

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor visite os centros de saúde e fale com as pessoas!

O Orador: ... e verificar.

Em relação às questões levantadas pela Sra. Deputada, de penalizar os pobres.

Sra. Deputada, há que ter em consideração que quem penalizou os pobres nesta matéria foi o Governo da República.

Nós, nos Açores, por via da crise que estamos a viver, decidimos, com o esforço do Governo Regional, com o esforço do Serviço Regional de Saúde, manter o sistema de reembolsos. Obviamente foram introduzidos alguns limites, mas mantivemos o sistema de reembolsos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Até taxas moderadoras aplicaram!

O Orador: Não só mantivemos como reforçámos o valor de alguns desses atos. Um utente, neste momento, recebe praticamente quase o valor da globalidade dos exames complementares que faz.

Deputados Luís Maurício (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pode dizer isso às portas dos centros de saúde da Região, Sr. Secretário?!

O Orador: Sra. Deputada, em termos de valores analíticos, os valores analíticos são 10% abaixo daquilo que é o valor convencionado.

Os valores das ecografias estão muito próximos daquilo que é o valor convencionado.

Obviamente há limites.

Deputado Luís Maurício (PSD): E qual é o valor convencionado?

O Orador: Não temos capacidade para fazer mais como gostaríamos, mas mantemos um serviço de reembolsos, coisa que já não existe em mais lado nenhum sobre esta matéria, com uma grande vantagem, que é 100% financiado para os mais carenciados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma vez!

O Orador: Ou seja, há uma graduação social sobre aquelas medidas e 100% para aquilo que são as pessoas...

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma vez!

O Orador: ... que a Sra. Deputada identificou, e bem, que são a nossa preocupação, que são as pessoas pobres, com dificuldades de acesso. Nessas situações há 100% de reembolso.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Maurício (PSD): Uma vez!

O Orador: Por isso há preocupação social do Governo...

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma única vez!

O Orador: ... Regional sobre esta matéria.

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma única vez! Diga a verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: Só para terminar, porque foi levantada aqui uma suspeita muito clara sobre o facto do Secretário Regional da Saúde andar a mandar internos para fora.

O Secretário Regional da Saúde não manda internos para o continente. O Secretário Regional da Saúde...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não faz nada!

O Orador: ... responde aos pedidos da ACSS sobre essa matéria. Temos pedido à ACSS a abertura de todas as vagas...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas entretanto já pagaram!

O Orador: ... (todas as vagas) que temos capacidade formativa na Região.

Todas as vagas onde há capacidade formativa na Região temos pedido à ACSS. Se a ACSS – Administração Central dos Sistemas de Saúde, as abre ou não, já não é uma responsabilidade nossa.

E se os nossos serviços regionais, que têm boas condições de serviço, que têm bons médicos não têm capacidade formativa, de forma alargada em todas as áreas, também tem uma resposta muito clara, Sra. Deputada: nós não temos casuística, como sabe, em todas as áreas, para garantir a formação dos nossos internos cá.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Alguns já estão formados!

O Orador: Por isso mesmo temos formações limitadas, temos formações reduzidas nos diferentes serviços, mas o Governo Regional dos Açores tem aberto todas as vagas para os internatos que pode neste momento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pediu a palavra para?

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Para protestar, Sra. Presidente.

Presidente: Um protesto a...

A Oradora: Às últimas afirmações do Sr. Secretário.

Para lhe dizer que uma consulta que custa 80 euros e é paga do bolso...

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: ... tem um reembolso de 1 euro e meio. O senhor não tem vergonha de chamar a isso um reembolso?

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, como compreende, não tendo a sua bancada tempo, também não poderá usar figuras regimentais para continuar a participar no debate. Não lhe darei naturalmente a palavra para o protesto.

Deputado Berto Messias (PS): Já usou! A Sra. Deputada desrespeitou as regras!

Presidente: Vamos continuar. Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões que foram levantadas aqui sobre o Centro de Saúde da Graciosa, queria dizer que o que foi dito aqui até dá a ideia que o Centro de Saúde está parado.

Mas para se fazer uma boa avaliação do que se passa é preciso também conhecer os números, eu gostava de deixar na câmara alguns números para que as Sras. e os Srs. Deputados possam fazer uma avaliação do que tem sido feito naquela área.

Em 2013 a Unidade de Saúde da Graciosa fez 8000 consultas no Serviço de Atendimento Permanente, 7000 consultas em medicina geral, entre elas maternas, saúde infantil, saúde adulta e planeamento familiar.

Foram realizadas 1.462 consultas em 15 especialidades diferentes. Relembro também aqui a câmara que a deslocação de especialistas às ilhas é um património do Partido Socialista que muito nos honra.

Para além disso foram deslocados 1.762 doentes para outros hospitais, acompanhados por 1.191 familiares e 14 técnicos.

Foram realizadas 78 mil análises, 7.700 Rx, 855 eletrocardiogramas, 19.700 tratamentos de fisioterapia.

Foram feitos mais 810 exames (outros exames de diagnóstico), 1.579 consultas de medicina dentária,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sem qualidade, algumas delas, com queixas dos utentes!

O Orador: ... 557 consultas de nutrição e 295 de psicologia.

Relembro também a câmara que a medicina dentária, as consultas de nutrição e de psicologia, são também um património nosso.

A Unidade de Saúde da Ilha Graciosa promove ainda tratamentos de enfermagem ao domicílio. Aqui, chamo a atenção: promove tratamentos de enfermagem ao domicílio de segunda a sábado e presta apoio às populações em três postos de enfermagem: na Luz, na Praia e no Guadalupe.

Tem uma equipa multidisciplinar que se desloca à casa das famílias referenciadas e em colaboração com outras entidades resolvem problemas, ou ajudam a resolver problemas de saúde e também de outras situações.

Além disso tem outra equipa multidisciplinar que visita as empresas para rastrear alguns casos como a diabetes e hipertensão.

Além disso colabora no rastreio do cancro da mama, do cancro do útero, do cancro oral e também do cancro do cólon.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O cancro oral é falso!

O Orador: Não é falso, porque eu próprio fui a uma consulta há poucos dias.

A Unidade de Saúde da Ilha Graciosa está dotada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: Sr. Deputado Artur, depois até podemos falar acerca destes assuntos, mas queria dizer que a Unidade de Saúde da Ilha da Graciosa está dotada de bons profissionais que lutam todos os dias para servir bem os graciosenses.

Mas eu sei (nós sabemos!) que não está tudo bem. Isso é verdade.

Aqui, Sr. Deputado João Bruto da Costa, tenho a dizer que aceito a ideia que algumas coisas não estão bem e existem falhas no sistema. O próprio Sr. Secretário também já referiu isso.

Sei também que é preciso fazer mais. Sei também que é preciso fazer melhor.

No entanto, e eu aqui assumo isto, não quero colaborar, e recuso-me a colaborar, para a falta de confiança que se diz que está a ser instalada naquela unidade.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Não há nada pior para um político do que contribuir para que isso aconteça.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O pior é prejudicar as pessoas!

O Orador: Eu peço e ao Sr. Deputado também lhe pedia que nos ajudasse a resolver esta situação. Também é sua obrigação.

Quero dizer outra coisa:

Nem sequer posso dizer que antigamente é que estava bem, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Antigamente quando? Quando a Graciosa foi descoberta?

O Orador: ... porque também tenho uma listagem enorme de coisas que estavam mal antigamente.

Relativamente aos profissionais de saúde, eu concordo perfeitamente com o que disse aqui o Sr. Deputado Aníbal Pires há pouco, quando disse que o mais importante ativo do Serviço Regional de Saúde eram os seus profissionais. Concordo com isso.

No caso da Graciosa temos um problema. A estabilidade do quadro médico é neste momento o nosso principal desafio e também percebi que é um dos grandes desafios...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e os Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, eu não sei se posso continuar se não. Eu peço que desconte o tempo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado José Ávila continue a sua intervenção.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, eu passo os trabalhos da Assembleia a ouvir atentamente os Srs. Deputados e o máximo que eu posso exigir é que façam o mesmo comigo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa parte correu mal!

O Orador: Relativamente ao principal desafio da Graciosa, e eu percebi também pelas palavras da Sra. Deputada Ana Espínola, é a estabilidade do quadro médico. Aqui também é uma responsabilidade de todos nós tentar colaborar com uma situação destas.

Na Graciosa, acontece uma coisa que ninguém gosta, que é mudar frequentemente de médico de família. Ninguém gosta que isso aconteça.

É preciso haver uma relação entre o médico e o seu doente e isso, infelizmente não está a ser conseguido. Nos últimos tempos, isso não foi possível.

Os concursos ficam desertos, como também já aconteceu no caso de São Jorge, que foi explicado pelo Sr. Secretário.

Outros, os concorrentes acabam de uma maneira ou outra por desistir.

A nós, todos nós, cabe a responsabilidade de ajudar a resolver esta instabilidade no quadro médico.

Nesta problemática da saúde que muito nos preocupa, o mais fácil é cair na tentação de falar mal. O mais difícil é arranjar soluções.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Eu, da minha parte não vou desistir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, fiz-lhe perguntas objetivas que o senhor não respondeu.

A mim preocupa-me, Sr. Secretário, como se gasta o dinheiro no Serviço Regional de Saúde, ou como se esbanja o dinheiro no Serviço Regional de Saúde, que é o que o senhor está a fazer neste momento.

Já agora aproveito também, Sr. Deputado Domingos Cunha, para dizer ao Sr. Secretário, aproveitando uma observação sua, que desmerecer os profissionais de saúde, desmerecer os enfermeiros desta Região, alguns sem emprego, alguns a emigrar Sr. Secretário, é arranjar um emprego para um titular de um cargo político que nem é da Região. Esse é o ex-Diretor Regional da Saúde e é seu amigo, Sr. Secretário.

Eu digo-lhe aqui, olhos nos olhos.

Portanto, desconsiderar os profissionais de saúde da Região, nomeadamente os enfermeiros, foi o que o senhor acabou de fazer. O senhor passou um atestado de menoridade a todos os enfermeiros do Centro de Saúde de Angra que não eram capazes de exercer aquele cargo.

Até lhe digo mais. Esse senhor nem currículo tem para exercer o cargo para o qual o senhor o nomeou, num esquema de mobilidade, de requisição de mobilidade, para vir para cá. Depois é nomeado por si. É uma nomeação política para exercer esse cargo.

Se foi o Sr. Presidente da Unidade de Saúde de Ilha o responsável é o senhor, Sr. Secretário.

Portanto, a questão é essa: o senhor anda a cortar nos direitos dos açorianos, anda a cortar nos reembolsos para cargos para os amigos, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É olhos nos olhos que eu lhe digo.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Não invento! Não falo por trás! É factual. Contra factos não há argumentos! Ou, neste caso, há argumentos Sr. Secretário. Isso custa-lhe a ouvir mas é a verdade.

Quanto ao outro caso do Gabinete de Comunicação e Imagem ser fundamental para a certificação do hospital, já é há muitos anos, Sr. Secretário. Há muitos anos que é necessário.

A pergunta é: por que é que nunca foi criado? Ou por outra, por que é que só foi criado agora, Sr. Secretário?

Ainda não respondeu quem é e por que é que veio para cá. Mas vai responder! Vai responder por que é que veio para cá, Sr. Secretário!

Por que é que o senhor teve necessidade de vir para os Açores?!

Responda para os açorianos saberem.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Será que isso interessa aos açorianos?

O Orador: É mais uma manobra de cargos políticos, Sr. Secretário Regional.

O senhor vai ter que responder e é aqui que o senhor responde.

Agora, Sr. Secretário, uma coisa o senhor vai dizer: o senhor vai provar e vai dizer-me aqui, olhos nos olhos, quais são os casos que por minha culpa se foram embora para o continente e abandonaram o Serviço Regional de Saúde.

O senhor acusou! O senhor fez uma acusação!

Portanto, o senhor vai fundamentá-la, porque eu acuso e fundamento.

Agora vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Secretário: o senhor vai fundamentar quais os casos e por que é que eu sou o principal problema do Serviço Regional de Saúde, como o senhor acabou aqui de dizer.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está sempre doente!

O Orador: Isso é de uma cobardia da sua parte, absolutamente extraordinária e não é há falta de argumentos, Sr. Secretário. Não é há falta de argumentos, Sr. Secretário, porque os argumentos vão vir e muitos, Sr. Secretário.

Agora vou dizer-lhe uma coisa: o senhor vai fundamentar exatamente o que o senhor acabou de dizer.

Eu compreendo o seu desespero, porque a sua até negligência e irresponsabilidade... Porque o último responsável por isto tudo não é o médico A, o médico B ou o médico C.

É que o senhor quando lhe interessa faz sindicâncias persecutórias, como no caso da gastroenterologia, mas quando não lhe interessa e quando são camaradas socialistas, o senhor não persegue, não investiga e não deixa a IReS atuar.

É uma acusação que fica aqui! Responda!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para um protesto. Tem a palavra, Sr. Secretário por três minutos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Protesto?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Protesto sobre?!

(*) Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um protesto, sim, por aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse relativamente à minha pessoa, de estar aqui na Secretaria Regional da Saúde a tentar encontrar cargos para os amigos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a prova!

O Orador: Merece um protesto e não é a prova sobre essa matéria, Sr. Deputado.

Existem inúmeros profissionais que vêm do continente para a Região Autónoma dos Açores em regime de mobilidade.

Se formos fazer um levantamento, com certeza não encontrará um caso único.

Existem “n” situações de profissionais, ou por via de alterações familiares,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pois é!

O Orador: ... como está a querer aqui insinuar, ou por via de uma decisão pessoal sobre essa matéria, que pedem mobilidade do Serviço Nacional de Saúde para o Serviço Regional de Saúde.

Todos nós sabemos que as questões de mobilidade são bem mais fáceis de resolver e de enquadrar que as questões de concurso público.

Mas não vai sem resposta, Sr. Deputado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Há umas situações mais fáceis que outras!

O Orador: Sobre esse aspeto, de uma forma muito clara, foram já este ano contratados para os diferentes serviços da Região 150 enfermeiros.

Não acredito, Sr. Deputado, que qualquer um desses enfermeiros se sinta mais ou menos enfermeiro que os outros enfermeiros (que não é também caso único) que vieram em regime de mobilidade para a Região.

Por isso, Sr. Deputado é completamente falso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que é falso?

O Orador: ... (como o senhor diz, é falso) que eu esteja na Secretaria Regional da Saúde a tentar encontrar cargos para os amigos. É falso!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sobre as outras questões que o Sr. Deputado levantou vou dar-lhe a mesma resposta que o Sr. Deputado dá sobre essa matéria.

Presidente: Sr. Secretário, alerta que não está a intervir. Está apenas no âmbito de um protesto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu ainda não percebi o protesto!

O Orador: Não. O protesto é por aquilo que disse e que eu já respondi que é falso. É falso.

Não estou na Secretaria Regional da Saúde para encontrar cargos para os amigos.

Em relação às outras questões, Sr. Deputado, só para terminar, Sra. Presidente, se me permite, vou dar a mesma resposta que o senhor dá, que é, deixamos aqui as dúvidas no ar, deixamos insinuações sobre os políticos e depois logo vemos, um dia mais tarde, como é que se resolve.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tem direito a um contraprotesto. Dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Com a mesma latitude, Sra. Presidente (muito obrigado) que o Sr. Secretário usou.

Vou dizer-lhe o seguinte, Sr. Secretário:

Isso é constatar um facto. Tão simplesmente quanto isso.

O senhor ora nomeado para esse cargo de certificação da qualidade, ou lá o que isso é, é pura e simplesmente o ex-Diretor Regional da Saúde (ponto!). Isto é uma verdade e um facto indesmentível.

Que foi nomeado por si, é facto indesmentível

Que não pertence ao quadro do Centro de Saúde de Angra, é um facto indesmentível.

Mais. Até desalojou os colegas que lá estavam no gabinete e foi arranjado um gabinete próprio para o senhor. É um facto indesmentível, Sr. Secretário.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): É lamentável!

O Orador: Eu compreendo que isto não seja agradável para si, mas é a verdade.

Quem quer tomar medidas drásticas como o senhor toma ... Já lá vamos a seguir.

Motivo tinha eu para protestar, Sr. Secretário, porque o senhor fez uma acusação e não a fundamentou, mas vai fundamentá-la ainda hoje. O senhor não a fundamentou!

Digo-lhe mais, Sr. Secretário. Suspeitas não podem ficar no ar quando se trata disso.

Quanto ao processo do Hospital de Angra, do gabinete, o senhor escusa-se à resposta. Quem é o senhor que lá está?

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Por que é que não responde?

Presidente: Sr. Deputado, faço-lhe a mesma advertência...

O Orador: Sra. Presidente...

Presidente: Vamos limitar-nos ao protesto.

O Orador: ... é dentro do protesto do Sr. Secretário.

Portanto, o senhor vai ter que me dizer quem é.

E mais, Sr. Secretário. Não podem ficar dúvidas no ar. Quando se tomam medidas que impedem o acesso dos açorianos, que lhes cortam nos reembolsos, que lhes cortam em tudo, não pode ficar no ar que se está a favorecer cargos políticos, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Pergunto-lhe mais uma coisa:

É ou não verdade que também... Esta não é uma insinuação. Eu não fiz insinuações. Eu fiz-lhe perguntas e o senhor como não tinha resposta resolveu armar-se em vítima.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

Mas o seu papel de vítima, Sr. Secretário, já não serve aqui.

Vou dizer-lhe mais uma coisa, Sr. Secretário.

Parece-me que chegados a esta altura, a este momento, o Serviço Regional de Saúde só tem uma saída, Sr. Secretário, é a sua, para resolver isto e para se fazer um trabalho que seja construtivo e a bem da saúde dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de fazermos o intervalo para o almoço eu pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes para a tarde.

Secretário: O Governo Regional tem 3 minutos e 38 segundos;

O Partido Socialista tem 2 minutos e 11 segundos;

O PCP tem 2 minutos e 12 segundos;

O PSD tem 7 minutos e 38 segundos;

O CDS-PP tem 4 minutos e 2 segundos;

O Bloco de Esquerda terminou o seu tempo;

E o PPM 10 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos. Regressamos às 15:00H.

Eram 13 horas e 02 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Valdemiro Vasconcelos reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Vamos continuar o debate no âmbito da interpelação requerida pelo PCP. Estava inscrito, e está inscrito se assim ainda o pretender, o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Queria fazer umas últimas considerações no âmbito e no contexto deste debate e relativamente a algumas referências que o Sr. Secretário da Saúde fez relativamente à minha intervenção inicial.

Naturalmente Sr. Secretário que não somos só nós os preocupados com a acessibilidade e reconheço que os senhores também o são e, portanto, estão a fazer aquilo que entendem ser o melhor no vosso juízo para ultrapassar esta questão.

A diferença que há entre nós é que os senhores consideram que a acessibilidade melhorou, que a acessibilidade aos cuidados de saúde nomeadamente aos cuidados de saúde primários se resolve com a vinda de novos médicos e nós

achamos que para que isso se possa concretizar levará tempo demais e os açorianos não podem esperar por isso.

Daí que tenhamos proposto novas formas de organização como as unidades de saúde familiares que já aqui falei e aqui está desde logo um primeiro contributo para a sustentabilidade e para o desafio que o Sr. Deputado Domingos Cunha aqui lançou, porque na verdade ter uma população melhor coberta em termos de cuidados primários, será uma população que necessariamente menos vezes recorrerá aos hospitais, que acarretará menos custos para o Serviço Regional de Saúde e as unidades de saúde familiares permitem melhor acesso, melhor desempenho, permitem melhor vigilância da saúde materna ou infantil, houve uma diminuição do custo em medicamentos consumidos nessas unidades de saúde, uma diminuição de custos com os meios complementares de diagnóstico, uma diminuição de custos em cerca de 30% com os medicamentos, uma taxa de utilização de consultas superior a 76% e, portanto, isso são dados que no nosso entender são mais do que suficientes para defender este conceito.

Portanto, queria vincar bem essa diferença.

Os senhores acham que a acessibilidade se atinge pela vinda de novos médicos. Nós achamos que isso não é suficiente e que pretendemos que a resolução desse problema se faça à custa de novas formas de organização.

Oh Sr. Secretário, permita-me que lhe diga com toda a consideração pessoal que tenho por si: não é verdade que fiquem consultas complementares ou de lista aberta por utilizar. As pessoas levam meses à espera para marcar uma consulta. Continuam a não ter acesso aos cuidados primários de saúde.

Peço desculpa por dizer-lhe isso: o senhor não vive nesta realidade. A Região que o senhor conhece não é a minha, muito provavelmente,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque a realidade é de meses e meses de espera.

Uma segunda contribuição para a sustentabilidade necessariamente é fazer deslocar os médicos especialistas aos centros de saúde, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... coisa que os senhores com a legislação que implementaram acabaram por bloquear à custa de uma dita imoralidade ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... da atribuição de 125 € por dia de deslocação.

Oh Sr. Secretário, e os 3.520 € que o senhor paga por semana aos especialistas deslocados ao Hospital da Horta para assegurar o serviço?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É uma imoralidade ou não é uma imoralidade, Sr. Secretário?

É verdade ou mentira aquilo que estou a dizer?

Não é!

Naturalmente é o preço justo que a sua administração e o senhor encontraram para satisfazer uma necessidade básica relativamente ao funcionamento do Hospital da Horta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Concordo! Mas não posso é concordar que 125 € de deslocação diária a um especialista para evitar (cá está Sr. Deputado Domingos Cunha) a vinda de muitos doentes de outras ilhas aos hospitais de referência, seja uma imoralidade, Sr. Secretário.

3.520 € por semana! 14 mil euros por mês! 125 € por dia para deslocar um especialista ao centro de saúde! A diferença é brutal!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dois pesos e duas medidas!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Cada um vê os números que lhe interessa!

O Orador: Aqui está uma contribuição para a defesa da sustentabilidade, Sr. Secretário, como também se defende (eu defendo também) que é preciso, enfim, acelerar o processo de instalação da própria radioterapia nos Açores que o senhor anda há tanto tempo à espera de quê, com os doentes a continuarem a deslocar-se a Lisboa, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A denúncia é pública!

O Orador: ... com níveis de sofrimento que todos nós conhecemos numa área muito sensível.

Para quando a radioterapia, Sr. Secretário?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o mau funcionamento, dizia o senhor, dos centros de saúde e das situações que o senhor apelidou de “pontuais” que muitas das vezes não lhe chegam, oh Sr. Secretário, os doentes não apresentam queixas, nem os serviços apresentam queixas, mas quando as apresentam levam sete meses para responder. Foi o que aconteceu com os cuidados intensivos de Angra!

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário Regional, espero bem que a esses exemplos de sustentabilidade a que acrescentaria a telemedicina, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que estamos ainda à espera que ela seja de uma forma generalizada implementada na Região em relação nós concordamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não existe!

O Orador: Existe no Hospital da Horta, mas já existe há 10 anos no Hospital de Ponta Delgada consultas de cardiologia pediátrica, ...

Deputado José San-Bento (PS): Está ouvindo, Sr. Deputado Artur Lima?

O Orador: ... portanto, aquilo que foi apresentado no Hospital da Horta foi uma extensão daquilo que era a prática no Hospital de Ponta Delgada e que é há 10 anos.

Deputado André Bradford (PS): Uma boa medida!

O Orador: É preciso estender essa prática a todo o arquipélago, ligar os nossos centros de saúde entre si e aos hospitais.

Para quando a telemedicina?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é a brincar!

O Orador: Aqui está um contributo válido para a sustentabilidade, Sr. Secretário.

Como também aqui está outro contributo: a informatização do Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: A criação do processo clínico eletrónico, não é?

Como o Sr. Deputado Domingos Cunha afirmava, ao fim de 6 milhões 661 mil euros não tivemos resultados. Foi pena, mas era uma boa medida para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa, queria informar a câmara que estão na galeria alunos, acompanhados dos seus professores, do 6.º G da Escola Básica 1/2 António José D'Ávila, que no âmbito da disciplina de cidadania decidiram vir assistir aos nossos trabalhos, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Vamos então continuar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

Ainda bem que faço a minha intervenção depois de falarmos ou depois de felicitar uma turma que está aqui no âmbito da disciplina de cidadania, porque é mesmo uma questão de cidadania que me leva a intervir novamente.

Deputado Rogério Veiros (PS): Logo o senhor!

O Orador: É que enquanto eu fazia a minha primeira intervenção sobre este assunto, sobre esta interpelação ao Governo, ouvi os Deputados do PS, e se calhar o Governo é da mesma opinião, de que estas denúncias dos casos que têm sido trazidos a público não só pelos utentes, ...

Deputado José Ávila (PS): Quanto tempo é que falta?

O Orador: ... mas também por nosso intermédio e por intermédio dos Deputados, é denegrir o Serviço Regional de Saúde.

Penso que estão muito enganados aqueles que pensam que trazer a público as denúncias do que se está a passar é denegrir alguma coisa. É pelo menos contribuir para a cura da doença de que padece o Serviço Regional de Saúde.

Mas queria dizer também ao Sr. Deputado José Ávila, que o Sr. Deputado José Ávila trouxe aqui muita estatística, muitos números, ...

Deputados José San-Bento e Lúcio Rodrigues (PS): Que o incomodam!

O Orador: ... muito bons, números muito interessantes. É pena que fosse necessário aparecer um caso dramático e verdadeiramente desumano na comunicação social para os Deputados eleitos pela ilha Graciosa do Partido Socialista reconhecerem que nem tudo está bem.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): O senhor é mentiroso!

O Orador: É uma pena que seja assim.

Queria também dizer que quanto ao problema ...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

... da estabilidade do quadro médico na ilha Graciosa, Sr. Secretário, questione por que é que os médicos se vão embora.

Deputado José Ávila (PS): Isso é que é bom! Isso é que era importante sabermos!

O Orador: Comece por aí. Questione por que é que os médicos se vão embora e também queria pedir-lhe que me respondesse à questão: o senhor acha mesmo que levar um médico das oito da manhã às duas da manhã a fazer colonoscopias na Graciosa, é isso que é aceitável para a deslocação de especialistas?

Deputado José Ávila (PS): Já está a ultrapassar o tempo, Sra. Presidente. Outra vez a mesma coisa!

O Orador: O senhor não me venha dizer que eu ao dizer isto estou a criticar a ida do especialista.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Estou a criticar é o facto de se acumularem 3,5 % da população à espera de uma colonoscopia para depois as fazer todas, tipo, por atacado. Não é assim que se faz a prestação de cuidados de saúde ...

Deputado Miguel Costa (PS): 10 minutos de tolerância!

O Orador: ... e não é assim que as pessoas acham isso aceitável.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente, vou mesmo terminar.

Sr. Secretário, responda-me lá: quem é que é a Administração da Unidade de Saúde na ilha Graciosa?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

(Aparte inaudível)

Sim, sim! Preciso!

Outra vez?!

Só posso pedir uma vez!

E fica a minha inscrição feita já a seguir.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 15 horas e 35 minutos.

Eram 15 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 39 minutos.

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vou aqui ler uma carta que é dirigida aos Deputados e aos Membros do Governo.

Retirei, como é óbvio, as passagens de índole pessoal, mas este testemunho (as passagens que são de índole pessoal), esta senhora professora quis escrever um testemunho e quis que todos o escutássemos.

Acho que este testemunho deve ser ouvido por todos. Em primeiro lugar pelo Governo, mas também pelos Deputados, cada um de acordo com as suas responsabilidades.

Quero fazer-lhe esse testemunho daqui, ler uma parte da mensagem que ela pretende transmitir, tendo, como já vos disse, retirado as questões que têm um conteúdo mais pessoal.

Começa assim:

“Ex. mos Srs. Membros do XI Governo Regional dos Açores e Ex. mos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:

Em primeiro lugar, lamento profundamente que a minha condição física não me permita dirigir-me a cada um de vós para que pudessem enfrentar “olhos nos olhos” a indignação pela falta de determinação que revelam ao descuidar matérias verdadeiramente importantes para os açorianos e açorianas: a mísera participação a doentes e acompanhantes deslocados; os direitos de assistência à família em doença prolongada e o ainda não existente centro de radioterapia nos Açores.

Tal como centenas de açorianos e açorianas eu tenho cancro, (...). Após a cirurgia, que será realizada no próximo dia 27 de outubro, poderei ser mais uma

a constar da lista de pessoas encaminhadas para o continente português, devido à inexistência de um centro de radioterapia nos Açores, para um tratamento difícil e cujas consequências debilitadoras a nível físico e psicológico são conhecidas e reconhecidas por todos vós.

Recordo-vos que a 15 de novembro de 2010, data em que foi assinado o contrato para a conceção, construção e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores, Carlos César, na altura Presidente do Governo Regional dos Açores, afirmou que o futuro Centro de Radioterapia dos Açores seria um “empreendimento, que marcará, sem dúvida, uma evolução enorme na capacidade instalada nos Açores de oferta de cuidados de saúde.” Relembro-vos que a 11 de abril de 2013 o Secretário Regional da Saúde dos Açores, Luís Cabral, reafirmou a construção do centro de radioterapia na nossa Região dizendo que “tudo está definido para que o projeto possa arrancar dentro de um curto prazo de tempo”. (...)

Ao contrário de vossas excelências, a maioria dos açorianos e açorianas não está versada na arte do viajar cá e lá e não possui o vosso arcabouço (...).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado José San-Bento isto é para si!

O Orador: A maioria dos açorianos e açorianas, por terem estado acorrentados pelo elevado custo das passagens aéreas, vê o continente português como algo desconhecido e como uma realidade tremendamente diferente da nossa. (...)

Pela voz de uma simples cidadã que neste momento luta pela vida e enfrenta a dura batalha contra o cancro espero que vossas excelências entendam a gravidade de terem delongado as vossas promessas e iludido quem vive e trabalha nesta terra.

Assim, passarei a relatar-vos um exemplo concreto, o da minha própria situação, e espero que escutando o meu pensar e o meu sentir entendam o desalento de quem espera e desespera por um centro de radioterapia nos Açores, por um apoio digno aos doentes que ainda têm de ser deslocados e por uma adaptação legislativa que permita aos que padecem terem o acompanhamento familiar que tanto necessitam. (...)

Mais grave ainda, meus senhores e minhas senhoras, é a comparticipação diária que vossas excelências estabeleceram com doentes oncológicos deslocados para o continente português.

A comparticipação diária atribuída a cada paciente açoriano deslocado no continente, para financiar o seu alojamento e alimentação, apresentando o devido recibo de alojamento, corresponde à mísera quantia de 25 euros e 46 cêntimos. Um ultraje!

Pagando alojamento digam-me vossas excelências quanto dinheiro deve sobrar para que um doente deslocado se alimente?

Por vossa responsabilidade um utente com uma doença cancerígena tem de sobreviver num meio estranho, pagando uma diária de alojamento, com 25 €. Ou seja, o utente com cancro é por vós encaminhado para uma abstinência alimentar forçada.

Não espero que vossas excelências possam entender o quão aflitiva é esta situação porque se tivessem de passar pela mesma enfermidade o vosso rendimento mensal permitir-vos-ia a sorte de não terem de pensar neste pormenor: o que é que come um doente oncológico quando deslocado para uma terra diferente? Sobrará dinheiro para uma refeição?

É triste... mas vossas excelências dão-nos uma miserável esmola que nem chega para uma alimentação mínima. Para além de doentes oncológicos desejam ver-nos anémicos? Ou é vosso intento que a fome nos defina para deixarmos de ser mais um encargo no orçamento que gerem?

Ex.mos senhores e senhoras, o “cancro dos açorianos”, sobretudo o dos pobres e remediados, encontra nas vossas falhas sérios obstáculos que fazem esta batalha parecer um pesadelo.

Sabem vossas excelências que um tratamento de radioterapia demora em média seis semanas?

Sabem vossas excelências que o acompanhante do paciente apenas tem direito a um reembolso de 65% do vencimento nos primeiros quinze dias?

Sabem vossas excelências que a omissão legislativa relativa a este acompanhamento leva os pacientes com cancro ao desamparo financeiro?

Falando-vos na primeira pessoa digo-vos que, quando me está a ser colocada a hipótese de seis semanas de radioterapia, as minhas forças e a minha coragem são literalmente “atropeladas” por saber que quem me poderá acompanhar perderá o seu vencimento. Vencimento este tão necessário para manter o equilíbrio do meu lar. (...)

Sinto-me traída pelas vossas promessas, atrasos e omissões! (...)

Que a minha voz desperte a vossa consciência cívica e que abracem esta causa porque nós precisamos e merecemos não ter de passar pela amargura do “cancro açoriano”.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pedi a palavra só para prestar alguns esclarecimentos relativos à apreciação que o Sr. Secretário fez sobre a minha intervenção, relativamente à novidade do anúncio à comunicação social sobre a substituição de médicos especialistas por médicos de família e daqueles serem consultores dos médicos de família.

O Sr. Secretário só falou dos médicos de família poderem seguir os doentes hipertensos e diabéticos, o que não me causa qualquer espanto.

O que me incomoda é que o Sr. Secretário pela formação académica que tem sabe que existem inúmeras especialidades médicas e que não podem ser substituídas por médicos de família e que o senhor tenha tentado passar a ideia de que um médico de família possa ter abrangências em áreas como a cardiologia e a pneumologia.

Em relação aos médicos de família das ilhas sem hospital não disse que os incentivos não traziam médicos à Região. O que eu disse é que não têm tido capacidade para os manter na Região e isso o senhor também concordou comigo, bem como o Deputado José Ávila.

Quanto ao turismo de saúde até podemos considerar que seja uma medida inovadora. O que gostaria que me explicasse, não a mim, mas aos açorianos que não têm médico de família, que desesperam por uma consulta de especialidade

ou por uma cirurgia, como é que o vai fazer. Explique-nos como vai tratar turistas estrangeiros quando não consegue tratar eficazmente os açorianos.

E já agora continuo à espera que me responda se aceita ser anestesiado e operado por um médico de família.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o Governo não responde!

Presidente: Sr. Secretário, para se inscrever?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Para uma interpelação.

Para pedir para distribuir a esta câmara um documento de duas folhas que tem os números do atendimento do serviço de atendimento complementar na Unidade de Saúde de ilha de São Miguel na sua primeira semana de funcionamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E esclarecimentos nada?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Depois de entregue à Mesa, será distribuído.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, então dou a palavra ...

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, sob pena de sair daqui abaixo da credibilidade mínima que qualquer pessoa deve ter e muito mais um governante, agradeço-lhe que fundamente a acusação que me fez.

O senhor acusou-me aqui (acusou-me aqui) de, por minha causa, profissionais de saúde terem abandonado os Açores.

Agradeço que diga quem, quando e como, sob pena da sua seriedade ficar seriamente afetada daqui para o futuro e credibilidade, Sr. Secretário.

É a pergunta que tenho para lhe fazer e no mínimo acho que o senhor deve esclarecer.

E mais, Sr. Secretário! Já agora que não me respondeu às perguntas que lhe fiz sobre o Centro de Saúde de Angra e sobre as duas pessoas que foram para lá nomeadas ainda não me respondeu, Sr. Secretário.

E acho mais!

Após a intervenção que aqui foi feita, as intervenções que foram feitas, quer pelo Sr. Deputado Bruto da Costa, quer pela Deputada Zuraida, quer pelo Deputado Luís Maurício, por todos nós, o senhor continua a ser um ser insensível, sem o mínimo de sensibilidade para o sofrimento dos açorianos, Sr. Secretário.

E vou dar-lhe mais um caso a juntar a esses todos.

Ainda hoje de manhã uma mãe me telefonou e disse-me o seguinte: “Sou pobre, só tenho para deixar ao meu filho a fala, a capacidade dele falar. Começou a falar tinha mais de três anos, estava a fazer progressos. Acabo de interromper a terapia da fala porque não tenho 54€ por semana para tratar o meu filho. Era a herança que lhe podia dar.”

Isso não o afeta, Sr. Secretário?

Quando a senhora já fez todas as tentativas no hospital, no centro de saúde, na escola, por todo o lado, uma mãe desesperada e não consegue resposta para o problema do seu filho, porque o senhor, Sr. Secretário, lhe cortou o reembolso; porque o senhor, Sr. Secretário, cortou o direito a essa criança de vir a ser feliz, Sr. Secretário. Foi uma atitude sua, Sr. Secretário.

Termino reiterando, exigindo, um pedido de esclarecimento: qual foi ou quais foram os profissionais de saúde que abandonaram a Região por minha causa?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foram aqui transmitidos alguns testemunhos daquilo que os açorianos pensam. Alguns deles do Partido Socialista, que votam no Partido Socialista, mas que

têm em relação a esta questão da governação como noutras livre arbítrio de pensar de forma livre, de criticar quando é o caso de criticar e de elogiar quando é o caso de elogiar e quando se justifica esse elogio, mas na área da saúde o que nós vemos é um crescente número de pessoas que se encontram em situações de desespero e que falam, inclusivamente cada vez mais escrevem e querem ser ouvidos em relação às queixas, em relação às situações dramáticas que vivem (em que vivem).

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Nós temos o dever de os ouvir e o Governo Regional tem o dever também de ouvir e de agir de acordo com os meios que tem, estabelecendo outras prioridades, porque eu não percebo como é que se abrem agências de comunicação quando temos problemas desta índole ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e é nesse contexto que alguém está preocupado com a publicidade, a propaganda e a comunicação?

Têm de estar preocupados é em resolver as questões dos açorianos e não percebo como é que ex-governantes são colocados em cargos que não existiam de índole administrativa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E que são criados à medida!

O Orador: ... e que são criados de forma propositada e não há resposta do ponto de vista efetivo às necessidades que as pessoas sentem.

Há aqui um conjunto de prioridades que estão mal estabelecidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em primeiro lugar têm que estar os doentes, em segundo lugar os doentes, sempre os doentes, sempre os açorianos que estão a ter dificuldades e é essa resposta que nós temos de dar. O que está a acontecer é que o nosso sistema de saúde está a ser desmantelado e as pessoas estão desesperadas e numa situação absolutamente caótica e de necessidade permanente e isto não pode continuar. Isto só se resolve, Sr. Secretário, com a sua demissão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado Sra. Presidente.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tecer as últimas considerações sobre esse debate e começaria precisamente por felicitar o PCP pela sua iniciativa. Reiterar também a nossa disponibilidade para reexaminar algumas das sugestões que o senhor aqui apresentou e registar também que o PCP criticou o Governo, mas não se eximiu de apresentar propostas e alternativas e isso é uma diferença em relação a outros partidos da oposição que nós salientamos.

Nós somos uma maioria exigente, mas dialogante e continuaremos a ter essa postura.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tem-se notado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está a ver-se! Vê-se Sr. Deputado José San-Bento!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós temos, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o dever de ouvir – claro que sim! –, temos o dever de ouvir, não temos é o direito de explorar o desespero das pessoas.

Isso é que é uma grande diferença e o PS não faz esse tipo de manipulações nem com a pobreza, nem com o desespero de ninguém.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninguém explora!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O pior é quando fingem que não ouvem!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas se atitude do PCP merece um registo positivo, já a atitude do CDS só não pautou pela completa ausência ao debate e pela falta de

comparência ao debate pelas duas intervenções pertinentes da Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que ficaram sem resposta!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenha vergonha na cara!

O Orador: Da parte do líder do CDS-PP o senhor infelizmente, Sr. Deputado, quer fazer aqui um dramazinho. O senhor numa matéria da maior importância substitui a política pela politiquice.

Eu esperava muito mais de si (esperava muito mais de si) neste debate.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Respeite as pessoas!

O Orador: Este foi um debate em que salientou preocupações muito claras e, Sr. Deputado Luís Maurício, gostei das suas intervenções e acho que houve aqui passos em relação ao reconhecimento de problemas, ...

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... que sinceramente penso que nos aproximam.

Quero por isso dizer que a falta de cobertura de médicos de família é um problema, as questões das listas de espera são um problema, o senhor tem uma opinião sobre organização de alguns serviços (também tinha falado nisso na minha primeira intervenção), mas Sr. Deputado eu reitero aqui a nossa posição: sem mais médicos de medicina familiar e sem mais anestesistas, nós não vamos conseguir vencer estes desafios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso. O senhor não sabe o que está dizendo!

O Orador: O Governo tem trabalhado muito bem no curto prazo tentando minorar esses efeitos de estrangimentos nacionais e alguns até internacionais ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e por outro lado, também ao mesmo tempo, criando medidas de fundo que permitam a prazo resolver definitivamente esses problemas.

Portanto, terminaria, Sra. Presidente (peço desculpa), com uma mensagem de otimismo e de confiança e, num debate que se pediu a cabeça do Sr. Secretário

Regional da Saúde, o Grupo Parlamentar do PS manifesta o orgulho por apoiar este Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Do Governo, não é do Secretário!

O Orador: Nós manifestamos o apoio ao Governo, o apoio à reforma que o Governo tem implementado e a solidariedade ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ele dizia o mesmo do Secretário Fagundes Duarte e tinha razão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra, mas muito pouco tempo.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós somos uma democracia representativa.

Nós estamos aqui porque representamos a população dos Açores, porque representamos todos os açorianos. Cada um de nós representa a vontade coletiva do povo dos Açores.

Nós não somos uma Casa blindada às queixas dos açorianos e ao seu sentimento em relação à saúde como a outros setores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era o que faltava!

O Orador: Nós não somos uma Casa blindada às questões que os açorianos nos colocam.

Aqui têm que entrar nestas portas, nestas paredes, neste hemiciclo, aquele que é o sentimento, aquelas que são as preocupações dos açorianos, aquelas que são as suas necessidades,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As denúncias!

O Orador: ... aquelas que são as suas denúncias em relação a estas situações.

Esta é a Casa da Autonomia...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Da minha parte farei aqui chegar, nesta democracia representativa, as preocupações, os textos, os projetos dos açorianos. Isto não é explorar o sentimento das pessoas, é dar-lhes voz. É para isso que nós aqui estamos.

Agora, o senhor e o Governo Regional (e termino, Sra. Presidente) decidiram não os ouvir, por isso é que senhor tem um discurso otimista que não tem nada a ver com a realidade. Por isso é que o Sr. Deputado José San-Bento prefere fechar os seus ouvidos às queixas das pessoas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e às situações dramáticas em que elas vivem, mas não é essa a opção do PPM.

Por muito que lhe custe nós vamos aqui trazer as questões e as preocupações das pessoas, porque este Parlamento é essencial numa democracia representativa.

Todos (todos!) temos voz nos Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Todos os casos que aqui trouxe, todas as denúncias que aqui trouxe, foram as pessoas que me pediram para as trazer aqui!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra, mas também tem muito pouco tempo.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Efetivamente muito pouco tempo, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Saúde, registo que este silêncio cobarde de não me responder nem fundamentar a acusação é realmente grave para um governante.

O senhor acusou um deputado que está aqui no exercício das suas funções, de expulsar gente do Serviço Regional de Saúde. Não o fundamentou, porque não o pode fundamentar e isto é uma acusação grave, é uma falsidade grave que o

senhor aqui proferiu, que eu rejeito totalmente na totalidade e que a cobardia não lhe permite fundamentar.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é presidente de um partido. Isso não lhe fica bem!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, há uma linha abaixo da qual intervém o Deputado José San-Bento na bancada onde está sentado.

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Essa linha, Sr. Deputado, é a sua atitude de vir aqui com a sobrançeria, que não sei onde a foi buscar, de vir a Marcelo Rebelo de Sousa classificar as intervenções de cada deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Isto é um debate político!

O Orador: O senhor vem clarificar. O Sr. Deputado A tem nota B, nota 5, nota 10!

Sr. Deputado, fica-lhe muito mal e o senhor devia era ter respondido àquilo que não respondeu e ter mais respeito pelos Açores e pelos doentes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições. Pergunto ao Sr. Secretário Regional se pretende encerrar o debate.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Foi com alguma expectativa que eu, pessoalmente, e o Governo Regional, iniciei esta interpelação, pois o tema era propício para que esta câmara debatesse de uma forma ampla e alargada o futuro do Serviço Regional de Saúde. Pelo menos foi esse o título que o Partido Comunista pôs na sua interpelação.

Teria da nossa parte toda a razão de existir e todo o motivo, podermos aqui, de uma forma alargada, discutir aquilo que está a ser feito no Serviço Regional de Saúde.

No entanto, o debate acabou por resvalar para a identificação de problemas atuais do Serviço Regional de Saúde, para alguns ataques pessoais que em nada dignificaram aquilo que me parece ser o bom nome desta Casa.

Aquilo que era o cerne do debate, aquilo que era proposto pelo Partido Comunista para este debate foi esquecido.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Serviço Regional de Saúde tem problemas. Nós já o dissemos por diversas vezes e eu disse-o hoje, aqui nesta Casa, aquando deste debate.

O Serviço Regional de Saúde, como todos os serviços regionais de saúde, têm os seus problemas, que têm que ser trabalhados diariamente para que evoluam no sentido de termos um melhor serviço de saúde, uma melhor resposta aos açorianos e uma resposta mais humana, mais próxima, uma resposta mais adequada, como o caso que referiu.

Devo dizer que em relação a todos os casos que foram levantados, a Secretaria Regional da Saúde, a partir do momento que tem conhecimento deles, acompanha-os de uma forma próxima, com os utentes que fazem chegar os casos, de forma a que possam ser resolvidos.

O próprio Grupo Parlamentar do PS muitas vezes, por alguns relatos que vai tendo nas diferentes ilhas por onde tem a sua representação, faz chegar à Secretaria Regional da Saúde as suas preocupações...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se nota nada!

O Orador: ... relativamente a alguns utentes.

Dos Grupos Parlamentares da oposição, até hoje, que me lembro, nunca me foi relatado qualquer um dos casos que aqui são expostos publicamente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Secretário, leia os Livros de Reclamações! Não lhe entregam os requerimentos que apresentamos nesta Casa?!

O Orador: ... ou são expostos a nível da comunicação social.

Era importante, partindo do princípio que todos os elementos desta Casa pretendem que os utentes açorianos efetivamente tenham os seus problemas

resolvidos, que estes problemas sejam tratados com quem de direito ou que a quem de direito seja dado conhecimento para que possamos atuar.

O Serviço Regional de Saúde está numa fase de mudança. O Serviço Regional de Saúde está numa fase de viragem.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que abrevie, se faz favor.

O Orador: O Serviço Regional de Saúde está a evoluir.

O Serviço Regional de Saúde tem futuro.

É nesse futuro do Serviço Regional de Saúde que este Governo apoiado pelo Grupo Parlamentar do PS está a trabalhar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para encerrar a interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação da Representação Parlamentar do PCP possibilitou a todas as bancadas da oposição e à bancada do Partido Socialista expressarem as suas preocupações, a sua visão do funcionamento do Serviço Regional de Saúde e também as propostas que cada uma das bancadas tem.

Cada bancada adotou legitimamente a sua estratégia de intervenção neste debate promovido pela interpelação.

No encerramento do debate eu gostaria de dizer que julgo que será possível, ou é possível, encontrar aqui muitas preocupações comuns e naturalmente também soluções diferenciadas para as mesmas preocupações.

A Representação Parlamentar do PCP procurou, reconhecendo desde logo que não tem só por si a solução para resolver os problemas, as insuficiências e ineficiências do Serviço Regional de Saúde, mas pretendeu dar um contributo para este debate.

Registo a disponibilidade, quer da bancada do Governo, expressa pela voz do Sr. Secretário Regional da Saúde, quer da bancada do Partido Socialista, para acolher alguns dos nossos pequenos contributos.

Nesta interpelação procurámos fazer, como disse, não só o diagnóstico dos genes das insuficiências e ineficiências do Serviço Regional de Saúde. A nossa abordagem não se limitou apenas a fazer o diagnóstico.

Anunciámos algumas propostas que naturalmente não vou agora aqui repetir...

Presidente: Sr. Deputado, alerta que o seu tempo está a terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... mas não posso deixar de resumir as nossas propostas da seguinte forma:

A Representação Parlamentar do PCP propõe uma PPP. Não uma malfadada PPP, que tantos recursos financeiros públicos sugam aos bolsos dos açorianos e dos portugueses.

A PPP que propomos significa (e assim resumo a proposta, ou as propostas, da Representação Parlamentar do PCP): Prevenção, Planificação e Participação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos este ponto da nossa Agenda. Conforme ficou decidido pela Conferência de Líderes...

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para um intervalo regimental de 30 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas e 35 minutos.

Eram 16 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 40 minutos.

Entramos no ponto 4 da nossa Agenda, que tal como foi decidido pela Conferência de Líderes, seria debatido na parte da tarde da quarta-feira.

Refere-se à sessão de perguntas ao Governo Regional sobre o “**Funcionamento do sistema educativo regional**”, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Rege esta matéria os artigos 180.º e 181.º do nosso Regimento.

A Conferência de Líderes também decidiu que o tempo global para esta sessão de perguntas seria três horas e para cada objeto, que foi oportunamente distribuído por todos, cada Grupo e Representação Parlamentar teria direito a fazer uma pergunta.

Relativamente ao n.º 4 do 181.º, também como tem sido habitual nesta figura regimental, o entendimento da Mesa é de que apenas o proponente tem direito a réplica.

Cada pergunta tem o tempo máximo de três minutos; o Governo Regional dispõe de cinco para a resposta, apenas na réplica, na resposta à réplica é que também dispõe de três minutos, sendo, como disse no início, que o tempo global para esta figura regimental são as três horas.

Vamos então iniciar a sessão de perguntas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Objeto da pergunta: **ação social escolar.**

Sr. Secretário da Educação e Cultura:

A RTP-Açores noticiou no dia 6 de outubro que cerca de 70% dos alunos das escolas da Ilha de S. Miguel, beneficiam de apoio social escolar, uma percentagem que aumentou este ano letivo e que reflete as dificuldades económicas das famílias.

As informações recolhidas pela Antena 1-Açores, junto das escolas básicas da ilha, revelam que as famílias deparam-se com crescentes dificuldades económicas e que têm uma necessidade premente de aceder ao apoio social escolar.

A Antena 1 avançou ainda, com a informação que na Ilha de S. Miguel existem quatro escolas em que praticamente todos os alunos têm apoio social escolar.

Tudo isto revela a situação social dramática a que está submetida uma parte muito significativa da população açoriana.

Lembre-se que para a atribuição dos benefícios do sistema da ação social escolar o rendimento líquido *per capita* tem de ser inferior a 318€.

Foi notícia também, no dia 15 de outubro de 2014, que, um mês depois do arranque do ano letivo, a Escola Básica Integrada dos Ginetes, em S. Miguel, não tem dinheiro para apoiar a aquisição de material escolar.

De acordo com a notícia que estou a referir, o Conselho Executivo disse que nada podia fazer, na medida em que a Secretaria Regional da Educação não libertava qualquer reforço de verba.

Perante uma notícia deste tipo a Diretora Regional da Educação, Fabíola Cardoso, disse que as escolas têm de definir prioridades e que o Governo Regional não pode dar tudo a todos.

Faltou dizer que nesta situação não se trata de uma prioridade, mas de um direito absoluto das famílias a receberem um apoio que a lei lhes atribui e que não é admissível que estes apoios não estejam disponíveis no início do ano letivo.

Pergunta: a que se devem os atrasos referenciados? Quantos alunos beneficiam dos apoios da ação social escolar? Que montante global atinge os apoios previstos, no âmbito do atual ano letivo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Apenas uma referência também para quem nos acompanha em casa, que esta primeira ronda de perguntas insere-se no objeto **ação social escolar**.

Para a resposta dispõe de cinco minutos, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não pode haver nos Açores, não pode haver fora dos Açores, em qualquer região tida por civilizada, repito, não pode haver ninguém que fique excluído da frequência escolar por falta de meios. Não pode haver ninguém que fique

excluído da frequência escolar por falta de meios, até porque essa frequência escolar é, como todos nós sabemos, obrigatória até ao 12.º ano.

Nos Açores, estou em crer, que efetivamente ninguém fica excluído da frequência escolar por insuficiência de meios.

Quererá isto dizer que a nossa ação social escolar é ótima? Possivelmente, não.

Todavia também há um ditado popular, segundo o qual “o ótimo é inimigo do bom”.

A nossa ação social escolar é boa porque garante efetivamente a frequência a todos dos que dela carecem.

A nossa ação escolar é boa, responde aos problemas do nosso tempo porque cada ano que vem passando a ação social escolar vai apoiando mais estudantes, independentemente das conclusões que daqui os Srs. Deputados, queiram eventualmente extrair.

Em 2010/2011, apoiávamos 24.778 estudantes;

Em 2011/2012, apoiávamos 24.668 estudantes;

Em 2012/2013, apoiávamos 25.446 estudantes;

Em 2013/2014, apoiávamos 26.116 estudantes.

Neste ano letivo de 2014/2015, de acordo com os dados ainda provisórios que, efetivamente, disponho, estamos a apoiar 26.615 estudantes.

Podemos falar também em números relativos, quer dizer que em 2010/2011, beneficiavam da ação social escolar quase 59% dos estudantes; quer dizer que em 2011/2012, beneficiavam da ação social escolar um pouco mais de 58% dos estudantes; quer isto dizer que em 2012/2013, beneficiavam da ação social escolar pouco mais de 60% de estudantes; quer dizer que em 2013/2014, beneficiavam da ação social escolar 62,5% de estudantes e quer dizer que em 2014/2015, repito, com dados ainda provisórios beneficiam da ação social escolar, 65% dos nossos estudantes.

Presidente: Sr. Secretário, alerta apenas que o seu tempo está a terminar. Agradeço que seja breve.

O Orador: Diria apenas que a distribuição não é idêntica por todas as escolas, varia muito, entre, por exemplo, os 30% de alunos apoiados na Antero de

Quental em Ponta Delgada e os mais de 90, por exemplo, apoiados em Ponta Garça.

Isto tudo decorre de quê? Decorre da degradação de uma situação económica e financeira determinada por uma crise internacional e pelas opções nacionais que se assumiram, opções que ficam muito próximas das políticas implementadas na década de 80 do séc. XX, por Thatcher, por Reagan, que produziram o quê? Reformismo, talvez; sofrimento, imenso.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se quer usar do direito a réplica?

Tem a palavra Sr. Deputado. Três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Educação e Cultura:

Respondeu de forma muito concreta em relação ao número de alunos que beneficiam dos apoios da ação social escolar.

Ficámos com um bom desenho da evolução destes números e estes números apontam para um crescimento extraordinário do número de alunos que progressivamente são abrangidos por este sistema de apoio social.

Isso tem a ver de facto com uma situação económica que se tem vindo a degradar e que aqui nos Açores, ao contrário do que foi afirmado pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, é da responsabilidade, em primeiro lugar, do Governo Regional, porque para isso é que existe um Governo Regional, que tem que assumir os seus méritos, mas também tem que assumir as políticas e os números que não correram bem e neste caso a responsabilidade do Governo Regional, evidentemente contextualizada numa crise nacional e internacional.

Mas há algumas perguntas que ficaram por responder, algumas vertentes da pergunta que ficaram por responder e que são duas: a primeira é a que é que se deveu os atrasos referenciados na Escola Básica e Integrada dos Ginetes?

Em segundo lugar, que montante global atinge os apoios previstos para o atual ano letivo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional para responder dispõe agora apenas de três minutos.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que os números que eu aqui evidenciei demonstram um acréscimo de estudantes que são apoiados pela ação social escolar.

As interpretações, Sr. Deputado, podem ser muitas, mas uma das interpretações, também ela justa, creio que também ela correta, diz respeito ao seguinte: este acréscimo de apoios demonstra a capacidade que nós evidenciamos para responder a todas as dificuldades.

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): Muito bem!

O Orador: Estranho seria que as dificuldades aumentassem e que os nossos apoios fossem sendo reduzidos.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: Quanto à Escola dos Ginetes, não foi por esquecimento, não foi por não querer responder, foi simplesmente por falta de tempo.

Na Escola dos Ginetes não se passa nada de diferente daquilo que acontece nas demais escolas.

Na Escola dos Ginetes ocorreu uma mera questão processual que nós já identificamos, que nós entendemos e já procedemos ao reforço para que as coisas funcionassem em plenitude.

Aliás, digo-lhe, Sr. Deputado que só neste primeiro trimestre e o trimestre ainda vai a meio, a Secretaria Regional da Educação e Cultura já transferiu para as suas unidades orgânicas, para apoio à aquisição de material escolar e à doação de material escolar aos estudantes 345.922€.

O Orador: Não sei se disponho de mais tempo?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O apoio global!

(*Pausa*)

O Orador: Ainda posso.

De resto em termos globais, nós gastámos com a ação social escolar em 2014, ou melhor temos previsto gastar em 2014, 11.278.500€.

Muito obrigado.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições para este objeto?

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a falar de ação social escolar e como já disse o Sr. Secretário tem sido um esforço em que o Governo dos Açores se tem empenhado em não haver cortes substantivos nem que ponham em risco todo o apoio social escolar que é prestado aos nossos alunos. É importante que nós tenhamos uma visão do conjunto, já que o Sr. Secretário, quando se referiu na primeira resposta ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, disse que muitas das razões que estão no aumento prendem-se com a crise, com a austeridade, com as medidas de austeridade e o Sr. Deputado Paulo Estêvão refutou.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode fazer isso!

A Oradora: Posso fazer para enquadrar, se a Sra. Presidente me permite.

Queria só dizer que em termos de despesa da ação social escolar no continente, entre 2009 e 2011, são os dados disponíveis, houve um corte no público na ordem dos 50% a menos.

Portanto, houve cortes na ação social escolar de 50%, no público, no ensino não superior, enquanto no privado os cortes foram apenas de menos 17%. Uma diferença significativa.

Na Região nós temos andado, o Sr. Secretário falou nos 11 milhões, 278 de 2013 e 2014, mas podíamos ver na altura de 2011, que é ao que eu me estava a referir ao corte, e os mesmos rondam na mesma os 11 milhões 398.

Portanto, a variação não é significativa se comparada ao que no continente acontece, então se quisermos com as medidas de austeridade e com o que lá está, numa redução de 50% na ação social escolar, ou seja, uma metade, enquanto que o ensino privado sofreu apenas uma redução que não chegou a 20%.

Vê-se bem a ideologia, vê-se bem a diferença, a marca de um Governo Socialista, na Região, com a ação social escolar interessante.

A minha pergunta era: neste âmbito, Sr. Secretário, e como a oposição tem feito gala em dizer e bem, faço parte de um Governo remodelado, mas assumo de corpo inteiro a sua herança, nós sabemos que há de estar em curso uma alteração à ação social escolar.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Isso são os pensos!

A Oradora: Pergunto-lhe se o senhor vai dar continuidade a esta alteração social escolar trazendo a esta Casa um diploma neste sentido?

Muito obrigada.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional para responder tem cinco minutos.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Dra. Catarina Furtado, Sra. Deputada, trouxe aqui alguns números que complementaram aquilo que eu tinha dito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Suponho que tenham combinado isso para ver se dá certo!

O Orador: Todavia eu permitia-me acrescentar mais alguns, para que não fiquem quaisquer dúvidas ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ela ainda tem mais tempo!

O Orador: ... sobre o facto de nos Açores não ter havido uma redução de apoios à ação social escolar minimamente semelhante ao que ocorreu no todo nacional.

Efetivamente em 2011, com a ação social escolar, gastámos 11 milhões, 398 mil e 85 euros; em 2012, 11 milhões, 25 mil e 900 euros; em 2013, 11 milhões, 487 mil e 506 euros; em 2014, 11 milhões, 278 mil e 500 euros.

Quer isto dizer que neste espaço de quatro, cinco anos não houve redução de meios para a ação social escolar nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foram mais as necessidades!

O Orador: Para a ação social escolar nos Açores não faltará apoios, como nos Açores também não faltarão meios para eventualmente pagar salários sempre que necessário.

Perguntou-me a Sra. Deputada por um diploma da ação social escolar.

Efetivamente, de alguns anos a esta parte, nos últimos dois anos sensivelmente, tem-se vindo a trabalhar no sentido da apresentação a esta câmara de um novo Decreto Legislativo Regional sobre ação social escolar.

Creio que estaremos em condições de aqui o apresentarmos dentro de poucos meses.

Trata-se de um diploma que tem fundamentalmente duas virtudes: é um diploma que vai uniformizar, que vai juntar muita legislação que se encontra dispersa acerca de apoios sociais, e mais, na conjuntura em que esta alteração legislativa é feita, naturalmente, que teremos a oportunidade de ponderar globalmente toda a problemática da ação social numa conjuntura que efetivamente é, como se sabe, do ponto de vista social e do ponto de vista económico, relativamente adversa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se há característica que se possa apontar às políticas educativas que se prosseguem nas nossas ilhas, há mais de uma década e meia, certamente que encontraremos um denominador comum, na errância e na improvisação.

Se a errância pode ser um juízo de valor feito pelo PSD, já a improvisação será partilhada, se não por todos, pelo menos por partidos da oposição e pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que muito bem a ela se referiu dizendo que o que se tem feito nos Açores tem sido uma política de pensos rápidos.

Essa errância e improvisação tem-se verificado também neste domínio específico da ação social escolar.

Vejamos então:

Em março de 2012, a então Secretária Regional de Educação e Formação, a hoje Sra. Deputada Cláudia Cardoso, apresentou um diploma que pretendia “reforçar os apoios atribuídos e alargar o número dos beneficiários”, estou a citar as declarações da então Sra. Secretária Regional na Comissão de Assuntos Sociais.

Segundo ela o novo diploma iria permitir aumentar a transparência e alargar o número de beneficiários, nomeadamente no caso das famílias monoparentais.

Dizia o Gabinete de Imprensa do Governo Regional, nesse mês de março de 2012, que eram 24 mil os alunos beneficiários da ação social escolar, num universo de 42.000, “sendo que a Governante – estou a citar – estima que o número de beneficiários passe para cerca de 31.000”, ou seja, que passasse sensivelmente dos 57% para 73% do universo dos nossos alunos.

Passado apenas um ano, de março de 2012 para fevereiro de 2013, aconteceram duas coisas: a primeira, o Governo Regional não manteve o diploma e em segundo lugar fez com que entrasse o novo Secretário Regional ...

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa de interrompe-lo mas é que já só tem mais 30 segundos e tem que fazer a pergunta.

O Orador: Vou já acabar.

... e então o Secretário Regional Fagundes Duarte disse que o Governo Regional ia apresentar novas regras e que provavelmente alguns alunos não necessitavam da ação social escolar, tanto que havia alunos a mais com a ação social escolar.

Podia dar, tenho aqui dados, daquilo que a ação social escolar ... certamente por falta de tempo não vou referir, vou apenas dizer que na Escola de Rabo de

Peixe são 92% os alunos que beneficiam desta ação, mas isto é o resultado das políticas, da dramática situação social que nós temos ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já passou 30 segundos!

Presidente: Tem de fazer a pergunta Sr. Deputado.

O Orador: Vou fazer a pergunta.

A pergunta é a seguinte: o Sr. Secretário Regional já anunciou que vai avançar com o novo diploma, que ainda está em preparação mas já lhe identifica as virtudes. É uma coisa notável, Sr. Secretário e eu registo.

Diz que não vai faltar meios. Pudera, Sr. Secretário Regional...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E o tempo?! O senhor já acabou o seu tempo!

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa, mas tem que fazer a pergunta de uma forma direta e objetiva porque já ultrapassou em larga escala o seu tempo.

O Orador: ... um Governo que tem dois milhões, vírgula nove, por uma Casa, dita da autonomia, tinha mais que ver se não tivesse para fazer face às necessidades da ação social escolar.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E a pergunta?

O Orador: A pergunta é então esta: este diploma vai alargar os benefícios ou vai reduzi-los?

A Sra. Deputada Cláudia Cardoso quando era Secretária disse que era para aumentar...

Presidente: Sr. Deputado, já fez a pergunta.

O Orador: ... o Sr. Secretário Fagundes Duarte disse que era para reduzir.

Presidente: Sr. Deputado mas para fazer essa pergunta tão breve, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com alguma margem sua!

Presidente: ... dei-lhe bastante margem para o enquadramento, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional para responder tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado, para fazer efetivamente uma pergunta telegráfica, enfim, fez a volta ao hemiciclo por diversas vezes.

Deputado Berto Messias (PS): Por fora!

Deputado Joaquim Machado (PSD): E vou voltar a dar!

O Orador: Por fora, exatamente!

Teria sido efetivamente escusado, mas já que fez a volta ao hemiciclo ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Dê a volta ao contrário para ver se eu percebo!

O Orador: ... eu registo que afinal esta minha referência a pensos, mezinhas e remédios foi muito popular, sobretudo entre a oposição.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Finalmente alguma verdade desse lado!

O Orador: Muito bem! Só que ela não significa, ela não vai de encontro à vossa interpretação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não! Sei que já arranjou uma interpretação diferente!

O Orador: Nós estamos apostados efetivamente em promover uma política de sucesso escolar mas não é uma política da ação escolar que resulte de uma rutura absoluta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sei que há uns “pensos rápidos para a cura”!

O Orador: Sabe porquê? Porque há um amigo meu que escreveu e escreveu bem que todas as ruturas por mais radicais que sejam estão sempre grávidas e sabe porquê Sr. Deputado? Estão sempre grávidas de continuidade. Também aqui sucederá exatamente a mesma coisa.

Muitos destes pensos, muitas destas mezinhas, muitos destes remédios têm contribuído e têm contribuído substancialmente para a melhoria do paciente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi o que lhe obrigaram a dizer depois disso!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor tinha que dar a volta!

O Orador: De resto sobre as virtudes ou não de um diploma, embora estejamos no domínio da política, embora no domínio da política seja legítimo, seja justo,

proclamar as vitórias próprias, eu não vou obviamente adjetivar neste momento nesta Assembleia se o documento que está em preparação é bom ou é ótimo, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já devia ter feito!

O Orador: ... claro que abaixo disso eu não admito outra classificação, mas a seu tempo e esse tempo não demorará certamente muito, o Sr. Deputado Joaquim Machado, os Deputados de todos os partidos, quer os da oposição, quer os da bancada do Governo, terão a possibilidade de se pronunciar sobre as bondades ou as maldades do documento.

Todavia, uma coisa é certa. Houve duas coisas que eu disse e que repito, o documento vai introduzir ordem ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ora aí está! Então é porque há desordem!

O Orador: ... num universo legislativo que carece de alguma ordenação.

O documento estará certamente atento aos sinais do tempo. Se o documento está atento ou vai estar atento aos sinais do tempo, creio que uma grande parte da resposta já está antecipada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a dar a volta. Já está na segunda volta!

O Orador: Acha que eu corri mais do que o senhor?

Talvez.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não era preciso dar tanta volta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, percebemos e acaba de o dizer claramente, que vai fazer uma alteração que tem em vista de facto uma reorganização, mas também disse e crê-se que a atividade política também tem uma coisa que se chama projeção, e previsão de futuro, que é fundamental na criação de um novo documento, seja ele qual for.

Assim sendo, e na tentativa de darmos respostas aos tempos modernos, aos tempos atuais e às tendências atuais na Região Açores e que também se tem verificado no País, a minha questão é muito simples: então vamos ter o mesmo montante atribuído por critérios diferentes ou as suas previsões apontam para que haja um agravamento nos próximos anos da condição social das famílias e para o agravamento das dificuldades das famílias?

É essa questão concreta que gostaria que respondesse para tentarmos perceber se o que o Governo nos vai apresentar é uma forma de reduzir os onze milhões ou é uma forma de atingir mais alunos e ajudar mais alunos nas suas dificuldades, naquelas dificuldades que hoje em dia já são difíceis de sustentar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional para responder tem cinco minutos.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Doutor, perdoe-me, professor, somos Colegas, Félix Rodrigues, Sr. Deputado, ao fazer a sua pergunta que aliás foi sucinta, clara, assertiva, falou em dois aspetos fundamentais: falou em reorganização e falou em projeção.

Creio que uma qualquer lei, seja da ação social escolar, ou seja correlacionada com qualquer outra matéria, tem de obedecer sempre a estes dois desideratos: de ponderar aquilo que existe e eventualmente propor uma reorganização, e neste caso concreto, já o afirmei que o faremos, porque temos necessidade de o fazer, e simultaneamente uma qualquer lei visa atingir objetivos duradouros, visa resolver problemas. Claro que não há leis para a vida toda, mas, enfim leis com horizontes relativamente vastos, ou relativamente latos.

O objetivo é precisamente este.

Há uma coisa que eu entretanto não lhe posso dizer, e o que não lhe posso dizer é se no Plano e Orçamento do próximo ano, do outro, do outro e assim consecutivamente, se vai haver mais, se vai haver menos, se o acréscimo é de X ou se o decréscimo é de Y.

Agora, posso dizer-lhe uma coisa: nós defendemos uma escola pública que não pode ser uma escola mínima.

Nós estaremos em contraciclo com uma tendência geral, não vou atribuí-la a ninguém em especial, nós não estamos a alinhar com uma tendência geral de escola mínima, quanto mais barata melhor. Não!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Nós queremos uma escola pública que efetivamente tenha capacidade de dar respostas aos cidadãos deste tempo e o que temos neste momento é de criar um diploma, é de criar um articulado, depois os montantes que vão ser afetos a essa matéria, que é matéria de ação social escolar hão-se ser alocados anualmente.

Agora repito aquilo que disse no princípio: nos Açores jamais faltou dinheiro, jamais houve a ameaça de faltar dinheiro para vencimentos, nos Açores jamais faltará dinheiro para os apoios básicos ao nível da educação, porque também como disse, quando se iniciou este debate, não pode qualquer cidadão dos Açores ficar arredado do ensino por questões de natureza económica e financeira.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Educação e Cultura, tentarei não dar a volta ao hemiciclo e ir diretamente para a Escola BI da Ribeira Grande. Isso permite-lhe descansar menos um bocadinho nesta maratona, mas estamos na Escola BI da Ribeira Grande.

Eu tenho na minha mão uma folha de uma aluna do 5.º ano, 2.º escalão e de acordo com o 2.º escalão em que esta aluna está, isto corresponde já partindo do salário regional de 530,25€, este 2.º escalão corresponde a um rendimento *per capita*, na sua família, que varia entre 132,56€ e 185,59€.

É bom fixar este número 185,59€, porque é o máximo do rendimento *per capita* na família, a que esta aluna poderá ter para estar aqui neste 2.º escalão.

Ora, de setembro a junho que é um ano letivo, esta aluna por ser do 2.º escalão teve um subsídio de 178,24€.

Foi assim que esta aluna iniciou o ano letivo.

Dez meses depois, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, quando acabou o ano letivo a escola tinha consigo 137,28€, quer dizer que esta aluna gastou ao longo de dez meses, 40,96€, uma aluna de um agregado familiar que *per capita* só pode ganhar no máximo 185,59€, pouco mais Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, do que o dinheiro que esta aluna tinha na escola para gastar quando entrou.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há muitas situações destas!

A Oradora: A minha questão é a seguinte: para um governante que afirmou, há poucos minutos atrás, e que eu e o BE subscrevemos “este Governo Regional” (eu diria nenhum Governo decente) defende uma escola pública e não uma escola mínima”, disse o Sr. Secretário. Eu subscrevo as suas palavras. Mas isto que eu acabei de dizer, Sr. Secretário Regional, isto é a escola mínima. Isto não é uma escola pública.

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Isto é a escola mínima que o Sr. Secretário Regional diz que o seu Governo e o senhor não defendem.

Uma aluna que gasta em dez meses apenas 40€, e depois se virem o que é que ela gasta, é absolutamente irrisório. Nada daquilo que é importante para a escola está aqui porque a escola não paga.

Ainda voltaremos novamente a esta aluna e a este caso concreto. Isto não é mínimo. Isto é miserável, Sr. Secretário Regional!

Obrigada.

Presidente: Agradeço que termine Sra. Deputada.

Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional para responder tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Zuraida Soares, traz aqui um caso concreto e em relação aos casos concretos há uma coisa, nós não podemos fugir deles. Não há jogo de cintura que permita, enfim, passar ao lado.

É de crer que casos concretos como esse possam eventualmente ter acontecido.

Creio, entretanto, que esses casos concretos, e desse tomarei a devida nota, são árvores, efetivamente, que eu espero não constituírem uma floresta.

Claro que há aqui um montante ao qual a aluna teria direito, não quer dizer que os alunos tenham a obrigação, enfim, de gastar os montantes todos a que têm direito, se acharem que efetivamente não é necessário. Reconheço que 40€ é pouco, mas também entenderá a Sra. Deputada que eu, sobretudo neste local, não queria adiantar muito mais, porque também não quero entrar, enfim, entre aspas, em litígio, com um Conselho Executivo de uma escola que pode ter agido da melhor forma e na melhor das intenções.

Claro que a gestão destes fundos da ação social escolar, aí depende em primeiro lugar de mim. Eu sou o treinador. Quando a equipa jogar mal eu tenho que ser avisado, mas há mais gente a participar neste processo, concretamente os conselhos administrativos das unidades orgânicas, nos quais eu mantenho, para já, plena confiança, porque este é o primeiro caso que eu conheço de uma formação tão crua.

Por isso peço desculpa por não poder adiantar muito mais e como disse tomei nota da sua afirmação.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Obrigada!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para terminarmos as perguntas sobre este primeiro objeto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, eu não vou dar nenhuma volta ao hemiciclo e V. Exa. não vai ter necessidade de se deslocar muito para responder à pergunta que lhe vou colocar porque ela é muito objetiva.

Lembrar, e para fazer o enquadramento, que quer os transportes, quer as refeições são também objeto do apoio da ação social escolar e é sobre o fornecimento de refeições que eu queria colocar-lhe aqui algumas questões.

Como sabemos há uns anos atrás todas as refeições eram confeccionadas e servidas por funcionários do quadro da escola (cozinheiros, ajudantes de cozinheiro, etc., etc.) e devidamente enquadradas e apoiadas por auxiliares de educação, até porque aquele ato que sendo uma necessidade é também um ato formativo e portanto era devidamente acompanhado.

Percebemos que este modelo foi invertido e entretanto contrataram-se empresas privadas para o fornecimento de refeições.

Não vou tecer nenhum juízo sobre a qualidade, quer das refeições, quer daquilo que se perdeu em termos de ato educativo por esta alteração. Não vou fazer isso.

A pergunta é a seguinte: quantos postos de trabalho na administração pública se perderam com esta opção? Qual é o valor que está alocado para a contratação deste serviço a empresas privadas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Aníbal Pires volta a colocar aqui uma questão concreta que se prende com a ação social escolar, aliás é curioso que começou por falar em transportes e em refeições.

Aliás, se me permite eu daria aqui um passo atrás e ainda em referência à questão que foi colocada pela Sra. Deputada Zuraida Soares eu diria o seguinte: acredito em toda a informação que me foi veiculada sobre a aluna da EBI da

Ribeira Grande, agora uma coisa é certa, essa aluna teve pelo menos direito a transporte e a refeições durante o ano.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pois! Só faltava isso! Deixou 137 euros!

O Orador: Exatamente! Exatamente. Só faltava isso!

Mas não foi referido.

Deputada Zuraída Soares (BE): Deixou 137 euros!

O Orador: O Sr. Deputado Aníbal Pires coloca aqui uma outra questão e esta questão tem a ver com o público e o privado. Tem.

O Sr. Deputado tem a sua opção. Se me perguntar qual é a minha, não me perguntou, mas eu se calhar posso responder.

Eu, em princípio, estou próximo dessa visão. Na prática nem tanto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ui! Isso é muito mau!

O Orador: Talvez sinais do tempo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quando conhecer um bocadinho melhor as escolas vai dar-me razão!

O Orador: Agora, Sr. Deputado, por mais que eu me tenha tentado preparar para este debate vai compreender que eu não lhe posso responder às questões que formulou.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu sei, Sr. Secretário!

O Orador: Quantos funcionários saíram por via da substituição das refeições feitas nas escolas pelas refeições fornecidas? Dir-lhe-ei entretanto uma coisa: Sr. Deputado não terá saído ninguém. A questão poderá ser posta é ao contrário. Poderiam eventualmente entrar alguns que não entraram, mas se não entraram pela via pública, entraram pela particular, ou seja, pela via dos privados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nada disso! E saíram! E o Sr. Vice-Presidente sabe que saíram!

O Orador: Isso terá conhecido certamente.

Claro que o acerto de contas, ...

(Apartes inaudíveis entre os deputados das diversas bancadas).

O Orador: Estou a gostar de ouvir. Se querem continuar podem prosseguir.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Secretário!

O Orador: Ah, obrigado.

Quanto ao acerto de contas obviamente que não o posso fazer neste momento, embora se diga que os funcionários que saem ganham eventualmente mais que os privados que entram. São das tais coisas que nós ouvimos dizer, mas não tenho dados para isso, por mais que me tivesse preparado para este debate.

Obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu faço um requerimento. Pode ir preparando a resposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Terminámos assim as perguntas referentes ao primeiro objeto.

O segundo objeto refere-se a: **Resultados escolares obtidos pelos alunos açorianos.**

Para iniciar, Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta figura regimental que nós estamos a utilizar é uma figura que eu gosto particularmente. É uma figura que podemos considerar pouco espetacular, é uma figura que não permite afirmações muito descontextualizadas, mas é uma figura tremendamente informativa porque permite obter em tempo útil uma resposta objetiva por parte do Governo Regional.

Eu devo dizer que em relação a algumas das perguntas que eu aqui fiz tive uma resposta por parte do Secretário Regional, que o Sr. Secretário Regional não deu em requerimentos que já foram entregues e que ainda não foram respondidos.

Portanto, eu considero que há um conjunto de informação muito importante que aqui é disponibilizado, mas é evidente também que há que respeitar esta figura regimental, sobretudo não tentando introduzir por portas travessas, e tentando fazer desta sessão de perguntas aquilo que ela não é, que é um debate entre bancadas, o que significa que as Representações e os Grupos Parlamentares

devem realizar e não devem fazer referências a intervenções doutros Grupos Parlamentares e outras Representações Parlamentares.

Deputado André Bradford (PS): Porquê?

O Orador: Portanto, eu vou obviamente cumprir escrupulosamente o Regimento como faço sempre.

Deputado André Bradford (PS): Ah, sim!

O Orador: E é evidente que eu considero que é isso que dignifica esta figura regimental, que eu só não utilizo mais vezes porque só posso...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas quem é que não cumpre o Regimento?

O Orador: Não é para si, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então aponte!

Presidente: Não entrem em diálogo, por favor.

O Orador: ... e eu considero que isso é importante.

Eu não ouvi a sua pergunta, diga lá.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não pode haver diálogo entre as bancadas!

Presidente: Sr. Deputado não podem entrar em diálogo. O seu tempo está a terminar, tem que fazer a pergunta.

O Orador: Portanto, Sra. Presidente a pergunta é esta: ...

(Aparte inaudível)

O Orador: É verdade. É verdade, a Sra. Deputada já me fez cair em contradição.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Olhe o diálogo!

O Orador: Objeto da pergunta: resultados escolares obtidos pelos alunos açorianos.

Temos um enorme desafio para superar na área da educação. Arrancar as nossas escolas e os nossos alunos dos últimos lugares das listas de classificações obtidas nas provas e exames nacionais.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Fim de citação!

O Orador: Eu não aceito para os alunos açorianos um rótulo destes. Eu não aceito esta fatalidade.

O próprio Presidente do Governo Regional, aqui sentado, reconheceu no âmbito do discurso que realizou, no âmbito da discussão ...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: ... do Plano e Orçamento para 2014 a importância dessa questão.

Disse o Presidente, enfaticamente: “é por isso que ganha tanta urgência a questão relativa ao insucesso escolar. O Governo não está nem pode estar satisfeito com os resultados que têm sido tornados públicos no que respeita às escolas dos Açores”. Palavras suas, Sr. Presidente.

“Temos a consciência que nesta matéria está muito mais em causa do que apenas uns resultados menos satisfatórios num ano ou noutro. Estamos a falar do futuro dos Açores, estamos a falar de qualificação, da preparação daqueles que no futuro tomarão nas suas mãos os destinos da nossa terra e da nossa gente”.

Presidente: Pergunta, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já à pergunta Sra. Presidente.

Tenho que abreviar.

O Sr. Presidente disse muito mais.

Temos um Governo Regional preocupado ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Já não disse isso!

O Orador: ... e que reconhece o enorme descalabro dos resultados obtidos...

Isso sou eu já que digo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ah!

O Orador: ... mas temos igualmente um Governo sem resultados e sem estratégia ao fim de dezoito anos.

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: Também sou eu que o digo.

Pergunta: (Sra. Presidente peço-lhe alguma tolerância, na minha próxima intervenção não irei utilizar tanto tempo) ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Duas contradições!

Presidente: Temos que cumprir escrupulosamente o Regimento, Sr. Deputado, portanto agradeço que faça a pergunta.

O Orador: ... importa conhecer, é isso que lhe solicito, qual é a sua estratégia, o seu plano de ação no sentido de melhorar a curto prazo, conforme solicita o Presidente do Governo Regional, os resultados escolares dos nossos alunos em comparação com os obtidos no resto do país e no âmbito internacional?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sr. Secretário Regional, tem a palavra. Cinco minutos.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu antes de formular a pergunta que o Governo estava preocupado.

O Sr. Presidente do Governo reagiu e bem. Não. O Governo já trocou a preocupação pela ocupação. Isso é que é efetivamente fundamental.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Em matéria de resultados escolares convém recordar uma coisa: não há muito tempo atrás sobretudo na perspetiva histórica, os Açores partiram de um patamar muito baixo.

Os Açores partiram do patamar mais baixo dentro do nosso País.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Todo o país partiu!

O Orador: Nós demos passos de gigante.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E chegaram ao mesmo patamar!

O Orador: Nós demos passos de gigante!

Nós temos a missão de fazer em poucos anos aquilo que os outros fizeram em muitos mais anos.

A dificuldade é ainda maior porque nós temos que fazer em poucos anos aquilo que os outros fizeram em muitos mais anos...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Isso não é verdade!

O Orador: ... com uma agravante, que não é agravante nenhuma, com uma realidade, a realidade de que os outros também não estão parados.

Por isso temos de correr, temos de correr cada vez mais depressa, mas também é normal que no fim de cada reforma fique por vezes uma pontinha de frustração se vemos ainda os outros à nossa frente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O que é que os senhores fizeram nos últimos 20 anos? Já olhou para trás!

O Orador: Agora, uma coisa também é certa: eles estão cada vez menos à nossa frente, mas ainda à nossa frente e o facto de estarem cada vez menos à nossa frente, o facto de estarem ainda à nossa frente, para nós constitui um estímulo, nada mais do que um estímulo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quem são os outros? A República?

O Orador: Efetivamente, em matéria de resultados os Açores registam índices de sucesso grandes ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A OCDE que o diga!

O Orador: ... e está nas estatísticas alguns pontos atrás quer da Madeira, quer do continente.

Por isso estamos apostados na promoção do sucesso escolar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sai um penso!

O Orador: Aliás, houve uma pessoa na imprensa que me disse que eu tinha a obsessão do insucesso, que devia ter a paixão da educação.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quando os socialistas se apaixonam os resultados são invisíveis!

O Orador: Eu já disse outro dia no Pico que paixão da educação não ia ter porque podia ser acusado de plágio e às tantas também teria de sair como alguém saiu recentemente.

Eu tenho efetivamente a obsessão do sucesso e esse sucesso há de ser obtido, talvez não com a celeridade que todos nós queremos, mas há de ser obtido como investindo, investindo cada vez mais, investindo nos sítios certos, investindo em primeiro lugar no pré-escolar, no 1.º ciclo, porquê? Porque é aí

que não podemos deixar que haja atrasos que sejam irreparáveis, porque se ganharmos uma criança até aos 10, 12 anos, ganhá-la-emos para sempre.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Claro que não esqueceremos também a ponta final, o 3.º ciclo, o secundário, onde numa escola cada vez mais heterogénea se torna necessário o quê? Diversificar soluções, diversificar soluções que correspondam às diferentes expectativas dos alunos e soluções que não possam ser vistas jamais como soluções de primeira ou soluções de segunda, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor não tem sucesso escolar naquela bancada, quanto mais!...

O Orador: ... soluções todas elas igualmente dignas e que contribuam para que cada vez mais os nossos alunos cheguem ao fim da escolaridade obrigatória com o 12.º ano feito.

Essa é uma das garantias que nós vamos ter e depois não haverá, por exemplo abandono escolar precoce porque eles transitarão para níveis superiores de ensino.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão voltará a fazer uma pergunta.

Tem a palavra Sr. Deputado para a réplica.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário eu há pouco disse-lhe que me respondeu objetivamente.

A verdade é que eu perguntei-lhe questões objetivas e o Sr. Secretário forneceu-me os dados que eu lhe solicitei. Forneceu a esta câmara.

A verdade é que em relação à pergunta que eu lhe coloquei não me respondeu nada, não teve um discurso objetivo.

O que eu estava à espera é que me dissesse qual é a sua estratégia e a sua estratégia Sr. Secretário é investir nos sítios certos. Eu pergunto-lhe, o que é que é isso?

Deputado André Bradford (PS): Já disse!

O Orador: Quais são os sítios certos? Quais são os sítios certos?

Não são com certeza aqueles que foram seguidos nos últimos dezoito anos.

Diz o Sr. Secretário que nós partimos de resultados muito baixos. É verdade! É verdade!

O país todo com exceção de Lisboa e de alguns núcleos de província mais desenvolvidos também partiram de resultados muito mais baixos. Todo o País partiu de resultados muito mais baixos do que aqueles que eram obtidos há cem anos atrás por Países como a Alemanha, ou a Suécia ou a Dinamarca.

Mas todo o País partiu desses resultados, mas o que aconteceu e isso é que é grave, que mostra que as nossas políticas não estão a funcionar, é que nós continuamos a ter resultados muito baixos e inclusivamente nos últimos anos fomos superados pela Madeira, que tradicionalmente tínhamos melhores resultados que a Região Autónoma da Madeira e fomos superados por algumas Regiões do interior do País em que nós também tínhamos resultados melhores do que eles.

Por isso, Sr. Secretário, nós fomos superados por outras Regiões do interior do País, fomos superados pela Região Autónoma da Madeira o que só mostra que as políticas que estão a ser seguidas na Região há muitos anos, há 18 anos pelos governos socialistas são absolutamente ineficazes.

A pergunta que eu lhe deixo, Sr. Secretário, é que seja objetivo e que me explique qual é a sua estratégia e que não tenha um discurso sem conteúdo em relação a esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a perder a compostura!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para responder à réplica, dispõe de três minutos.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu creio que fui suficientemente objetivo na resposta que dei ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Ele não entendeu assim, eu aceito e vou tentar expressar-me um pouco melhor.
Nós nos últimos anos temos feito no sistema educativo regional uma aproximação a níveis de maior excelência.

Estamos satisfeitos? Não estamos.

Estamos insatisfeitos? Estamos.

Queremos ir mais além. Queremos acompanhar a Madeira ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Madeira! Quem havia de dizer!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fomos ultrapassados!

O Orador: ... queremos acompanhar o continente, queremos inclusivamente suplantá-los. Queremos!

E vamos fazê-lo como? Vamos igualar a Madeira, o continente.

Vamos tentar superá-los como? Lançando mão de projetos que já utilizámos, de projetos que deram bons frutos.

Quer que eu lhe dê exemplos? Vou dar.

O FÉNIX, o crédito horário, o acompanhamento aos professores do 1.º ciclo, o EPIS que foi experimentado de forma pioneira, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vai lá!

O Orador: ... pela primeira vez na Madalena, o ano passado e que agora foi generalizado a muitas escolas de S. Miguel e da Terceira.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Inclusivamente, este ano, demos oportunidade de os alunos repetentes em fim de ciclo, em vez de voltarem a frequentar cidadania, pudessem aproveitar esse tempo na debelação de dificuldades que efetivamente patenteiam.

A par disso estamos interessados, estamos a implementar um programa integrado de promoção do sucesso escolar em que estamos a ouvir pessoas e instituições, de dentro e de fora do arquipélago, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que é mais importante no sistema educativo? É a colocação de professores!

O Orador: ... da Universidade dos Açores e de outras universidades e entre os nomes que já foram ouvidos sobre esta nossa problemática, entre os nomes que

já foram ouvidos nesta tentativa de nos ajudar, posso por exemplo referir, António Sampaio da Nóvoa, Roberto Carneiro, António Câmara, Ana Maria Bettencourt. Está aqui um leque de gente muito diversificada do ponto de vista político e ideológico mas igualmente competente.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Eles não vão vir fazer as coisas por nós, mas nós temos de procurar as ajudas mais indicadas.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o objeto é resultados escolares obtidos pelos alunos açorianos e pelas alunas açorianas, também, e eu continuo com a mesma aluna da EBI da Ribeira Grande.

Pergunto-lhe como é que uma aluna que está inserida num agregado familiar que no máximo *per capita* auferê cerca de 185€, isto deve ser um agregado familiar que seguramente não compra livros, não compra enciclopédias, não compra computadores, não compra discos, não faz viagens educativas, não faz coisa nenhuma. Luta pela sobrevivência e de certeza que ao fim de dez dias do mês já não tem para comer.

Dizia o Sr. Secretário ainda agora, e bem, que a escola fornece-lhe os transportes e a alimentação. Bom, fornece os transportes e a alimentação, quanto à alimentação se calhar há dias que não fornece. Há férias, há interrupções letivas e nessas interrupções letivas, Sr. Secretário, há muitos alunos e alunas desta Região que continuam sem resposta.

Aliás basta ver que 62% dos alunos são beneficiários da ação social escolar da nossa Região, quando falamos em refeições na época de férias são 700 (700/800). Diz tudo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): A culpa é do Governo?

A Oradora: Sim. Dadas pelo Governo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas a culpa é do Governo?

A Oradora: Não, não. Oh Sr. Presidente eu não estou a falar de culpa ...

Presidente: Sra. Deputada agradecia que se centrasse na pergunta em causa.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas estou eu!

A Oradora: Não. Mas eu não estou. Estou à procura de respostas.

Eu acho que o sentido do debate é este. Não é encontrar as culpas. Isso é um problema judaico cristão que agora não está aqui em discussão.

Presidente: Sra. Deputada ...

A Oradora: Nós estamos é na base de que uma escola pública não pode ser uma escola mínima. É esta a base de que eu pessoalmente estou a partir para este debate.

Por isso este exemplo vai servir-me para todas as perguntas, como o Sr. Secretário Regional já percebeu.

Pergunto-lhe é qual é o sucesso escolar expectável de uma criança que está inserida num agregado familiar como este que acabei de descrever, que gasta 40€, em dez meses, dentro da escola pública, que não pode ser uma escola mínima. Eu pergunto-lhe, qual é o sucesso expectável?

Depois, se nós multiplicarmos este caso, que é um caso, mas se o multiplicarmos por dezenas de milhares de casos na nossa Região, começamos a perceber os níveis de insucesso escolar que infelizmente ainda temos para resolver.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, para responder tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tal como a Deputada Zuraida Soares eu também procuro respostas, porque só descobrindo respostas nós podemos construir soluções.

A aluna da Ribeira Grande debater-se-á, certamente, com problemas quotidianos de monta que lhe dificultam o sucesso escolar. Disso não tenho dúvidas!

Mas eu queria resolver aqui uma questão, não é uma questão menor, antes de ir portanto aos outros aspetos mais relacionados com o insucesso e com a escola, que é a questão das férias e da alimentação.

Eu estou há pouco tempo neste Governo, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Mas esse Governo tem passado!

O Orador: ... aceito o passado deste Governo e tenho por certo que a questão das refeições dos estudantes carenciados, em férias, está solucionada e não está solucionada do lado da Secretaria Regional da Educação e Cultura, está solucionada do lado da Secretaria Regional da Solidariedade Social porque, entenderá certamente a Sra. Deputada, nas férias as cantinas escolares precisam de férias. Precisam de férias para limpeza, para desinfestação, etc. e daí o nosso recurso à Solidariedade Social. Pronto, encerro esta questão.

A outra questão é mais complexa.

Realmente, eu, nesta obsessão, entre aspas, pelo sucesso ou pelo insucesso escolar tenho a tendência de olhar sempre para quatro fatores: professores, instalações, famílias/sociedade e orgânica do sistema.

Já falei com muita gente e ninguém me acrescentou mais nenhum fator para ser considerado.

O drama é que cada um de *per si*, eles todos no conjunto, ainda não me estão a dar as soluções que eu quero, nem as respostas que efetivamente eu quero.

Em matéria de professores estamos relativamente conversados porque hoje, felizmente, no arquipélago, de uma ponta à outra, de Santa Maria até ao Corvo, temos escolas cheias de professores habilitados que são naturalmente professores competentes nos quais eu confio.

Em matéria de instalações excetuando uma meia dúzia de escolas que estão ainda envolvidas em processos de reformulação ou de construção de instalações, nós temos nos Açores instalações que roçam a excelência.

Aliás, quando em Lisboa tive oportunidade de falar com o Prof. António Câmara, ele disse-me que tinha vindo aos Açores fazer uma Conferência à Escola Secundária Manuel de Arriaga na Horta, e que ao entrar lá pensava estar a entrar numa escola da Suécia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não tem é os mesmos resultados!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os resultados são da Etiópia!

O Orador: Relativamente à orgânica do sistema se calhar havia matéria de discussão. Julgo que o melhor areópago será este, mas não é este neste momento. Mas de qualquer maneira reconheço que em matéria de orgânica de sistema as nossas semelhanças com a Madeira e com o continente são muitas mais do que as diferenças, por isso também não será a orgânica do sistema a explicar tudo.

Resta o resto. Resta a família, resta a sociedade.

Eu sei que as escolas, que os professores (e sei até de casa porque também tenho uma professora que é a minha mulher) que as escolas e os professores explicam muito o insucesso e o insucesso de certas franjas de estudantes, pela família, pelas origens, pelos constrangimentos sociais.

Obviamente que temos uma sociedade com problemas, com focos de miséria, com alguma violência, com problemas de toxicodependência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: Agora, há uma coisa que me intriga e há uma coisa que eu não aceito: eu não aceito que a sociedade açoriana enfrente neste momento uma conjuntura de degradação social superior ao que acontece na Madeira e no continente, bem pelo contrário, pelo menos é essa a minha convicção.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O tempo está a terminar.

O Orador: Mas passemos à frente.

Tenho entretanto um grande problema. Entre os especialistas que estou a encontrar há uma certa clivagem: há uns que me recordam que eu sou fundamentalmente Secretário da Educação, e que me devo meter nas escolas com os professores, com os estudantes e eventualmente com os pais, claro ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não faça isso!

O Orador: ... e há outros que me recordam porque eu não posso fechar-me nas quatro paredes da escola e que tenho dentro do Governo Regional que dialogar com os meus colegas de outras áreas sociais e procurar soluções de conjunto.

Nós estamos, enfim, numa fase de aproximação àquilo que oxalá venha um dia a ser uma solução para bem também desta aluna da Ribeira Grande.

Deputada Zuraida Soares (BE): E dialogue com a oposição!

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses): Fá-lo-ei!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem agora a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, fico muito satisfeito porque pretende resolver o problema do insucesso nos Açores, não por manipulação genética e isto a mim deixa-me bastante descansado.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses): Não percebi, Sr. Deputado!

O Orador: Também não pretende resolver ...

Por manipulação genética, porque alguém queria fazer essa transformação, ou por uma outra visão de quarto de cama, que os alunos que tinham quartos de cama para poder estudar tinham obrigação de ter sucesso. Era de facto algo muito difícil de entender neste contexto do insucesso escolar açoriano.

De facto o insucesso escolar é multifatorial, como o senhor refere, e há fatores fundamentais para tentarmos resolver e melhorarmos o sucesso na Região Autónoma dos Açores.

Eu sou professor e já ensinei todos os níveis de ensino. Como pai tive que ensinar desde a primeira classe até à quarta e assim sucessivamente. Portanto já passei por todos os níveis de ensino e digo-lhe uma coisa: ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não devia fazer isso. Isso é um papel que cabe aos professores!

O Orador: ... não vejo nunca alunos com dificuldades. O que vejo são pessoas à minha frente que têm que ser olhadas com acuidade e para os problemas.

O nosso problema, provavelmente, de insucesso é a tentativa de medianização de todos os indivíduos. É não olharmos para os alunos açorianos como pessoas que eles são, mas como alguém que está ali, à nossa frente, e que vai ter que aprender algo que o docente vai dizer num preciso instante e que se o aluno não apreender vai ser infeliz para o resto da sua vida.

Ora, é essa a questão que leva a que muitos alunos possam vir a ter insucesso no futuro.

No fundo para a gente correr mais depressa é preciso que nos queiram acompanhar nesta corrida. Por isso é preciso saber qual é o veículo, Sr. Secretário e o veículo passa, forçosamente, no meu entender, por uma leitura correta da realidade social mas passa também por uma motivação da classe docente.

Ora, o docente é fundamental no sucesso dos alunos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem! Há é que descongelar as progressões!

O Orador: A pergunta é: quais são as estratégias da Secretaria da Educação para motivar os docentes? Porque é por esta via que se melhoram os resultados dos nossos alunos na Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem

O Orador: É por esta via que há uma interação com os pais na nossa Região e que os resultados melhorarão drasticamente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para responder tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estou com o Deputado Félix Rodrigues quando diz que tem de haver um caminho para a melhoria do sucesso nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: Estou, obviamente, com ele também quando deixou implícito de que a responsabilidade da descoberta desse caminho pertence em primeiro lugar ao Governo dos Açores, ao seu Secretário Regional da Educação e Cultura que multiplicará os diálogos que entender e que por isso um dia há de ser julgado. Ponto final.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Que sirva de exemplo à sua bancada!

O Orador: O Sr. Deputado Félix Rodrigues diz que já foi professor de praticamente todos os níveis, ou de todos os níveis e que faz um esforço, que eu acho que é louvável, de ver à sua frente alunos e não alunos sem dificuldades e alunos com dificuldades.

Aliás, uma das tarefas que nós temos de ganhar nos Açores, é a tarefa de identificação correta das dificuldades porque, quiçá, estamos a etiquetar alguns alunos de forma menos correta.

Temos neste momento uma equipa da Direção Regional da Educação no campo que já visitou 19 escolas e cujo objetivo é precisamente esse: identificar dificuldades, hierarquizar dificuldades para não ficar tudo uniformizado no campo das dificuldades, todos iguais. Há dificuldades efetivamente muito diferentes.

Agora, em matéria de sucesso ninguém faz nada sozinho.

Portanto, o Secretário não faz nada sozinho, o Governo não faz nada sozinho, as coisas têm que ser feitas naturalmente em rede.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Neste caso é o Governo que não tem feito!

O Orador: É fundamentalmente para obter sucesso é preciso trazer para o nosso lado dois grupos, um dos quais foi identificado por si, o grupo dos professores. E creio, que se quiser ser justo comigo, e quererá certamente, há já sinais que foram dados no sentido de trazer a classe docente para o nosso lado.

A classe docente tem fundamentalmente que centrar-se no que é principal.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é o que aquela bancada dizia!

O Orador: Foi por via disso que iniciámos uma tarefa de desburocratização da atividade docente, libertando os docentes de algumas tarefas que no nosso entendimento se traduziam em ocupação de tempo sem evidente utilidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Impostas pelo Governo do PS sentados nesta bancada!

O Orador: De resto temos de trazer também para o nosso lado as famílias. Mais, temos de ensinar as famílias a exigir mais da escola, mas a exigir mais da escola como entidade coletiva.

Eu quero pais na escola, mas quero pais que aprendam cada vez mais a estar na escola.

Deputada Zuraida Soares (BE): E mães!

O Orador: E mães! Obviamente. Pais e mães. Mães e pais, que não cheguem à escola movidos pelo desejo de êxito dos seus educandos.

Julgo que se ganharmos estas duas batalhas, a batalha de trazer os professores para o nosso lado, porque se não são os únicos são os principais parceiros do Governo no combate ao insucesso escolar, se os trouxermos para o nosso lado e conseguirmos um diálogo mais intenso com as famílias está meio caminho feito, penso eu.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem agora a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As políticas educativas promovidas pelos governos socialistas ao longo dos últimos anos, caracterizam-se pelo grande crescimento na qualificação das nossas crianças e dos nossos jovens.

A grande renovação do nosso parque escolar é a estabilização do nosso quadro de docentes. Aliás, ao contrário doutros sítios em que a rentabilização de recursos humanos é algo sempre presente, nos Açores conseguimos ter um professor apenas numa escola, ao contrário da República, onde um professor

serve entre 75 a 95 escolas, o que é efetivamente uma forma de rentabilização de recursos humanos.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): O senhor não sabe de onde é que ele está falando, mas já está dizendo “muito bem”!

O Orador: Esses são exemplos de que nos Açores, o sucesso dos nossos alunos, é sem dúvida alguma o nosso grande desafio. Um desafio que os governos do PS têm mantido a ocupação de desenvolver estratégias no sentido de, como já foi dito aqui pelo Sr. Secretário e até por alguns Deputados da oposição, que a responsabilidade do Governo Regional é efetivamente apoiar quem precisa.

E os resultados aqui também são importantes e são efetivamente um desafio que devemos ter sempre presente.

Nós queremos que os alunos açorianos, aqueles que frequentam as nossas escolas, façam cá o seu percurso escolar, que construam cá a sua vida, que tenham cá os seus filhos e construam aqui o seu futuro.

Nós não queremos que os nossos alunos, a certa altura da sua vida, tenham que emigrar ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas é o que está a acontecer!

O Orador: ... e tenham de alguma forma de se despedir com amor dos Açores.

(Risos da Deputada Catarina Moniz Furtado)

Nós queremos que eles fiquem cá e nesse sentido queria perguntar ao Sr. Secretário, em relação ao projeto FÉNIX, quais são as expetativas e se efetivamente já existem resultados que nos possam elucidar sobre a implementação deste projeto?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para responder tem a palavra. Dispõe de cinco minutos.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Lúcio Rodrigues colocou aqui várias questões: uma pergunta de forma concreta; vários comentários pelo meio, que até mereciam algum desenvolvimento.

Uma alusão ao início do ano escolar. Exatamente.

Eu estou com muito gosto nesta Assembleia porque esta é efetivamente a Casa da autonomia nos Açores ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Ah! Não é a outra! É esta!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Ó Lúcio o que foste fazer!

O Orador: Mas há muitas casas da autonomia nos Açores! Mas há muitas casas da autonomia nos Açores!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Virou o disco rapidamente!

O Orador: E pode haver cada vez mais.

Eu estou muito satisfeito por estar nesta Casa da autonomia dos Açores a responder a uma série de perguntas formuladas pelos Srs. Deputados.

Mas tendo em consideração o início do ano letivo eu tinha ficado muito mais satisfeito se antes de promoverem esta sessão de perguntas, estes Deputados que aqui estão tivessem organizado uma festa em benefício e em reconhecimento pelo começo do ano letivo nos Açores que nada teve a ver com a hecatombe nacional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): A Ministra Maria de Lurdes também começou com a festa, mas acabou mal, Sr. Secretário!

O Orador: Teria sido mais justo e eu continuaria aqui a responder às perguntas com a mesma boa vontade com que estou a responder hoje.

De resto, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues reportou-se também nos considerandos antes da pergunta final, à questão da emigração, da emigração dos mais jovens.

Efetivamente é uma fatalidade, é uma fatalidade no tempo que corre porque a emigração de hoje nada tem a ver com a emigração de outrora.

O outrora, num regime que eu abstenho-me de classificar ou de qualificar, a emigração até era entendida como uma solução financeira por via das remessas dos emigrantes.

Hoje, isso já não acontece. Os emigrantes que partem não mandam absolutamente nada, sobretudo quando são estes emigrantes jovens, qualificados.

Nós temos nas nossas escolas de continuar a qualificar jovens, temos nas nossas escolas de continuar a dizer aos jovens que vale a pena estudar, mas vale a pena estudar para continuar cá dentro.

Finalmente, a pergunta: o programa FÉNIX.

O programa FÉNIX vem sendo experimentado nos Açores há algum tempo. Este ano letivo ele teve uma grande expansão, há mais projetos. Os indicadores que nós temos, embora não sejam quantitativamente muito fáceis de aqui expressar, são indicadores positivos.

Esta experiência com o FÉNIX vai continuar porque na última minha deslocação a Lisboa estive com o quartel-general do FÉNIX e com o quartel-general do EPIS, curiosamente numa mesma reunião na Universidade Católica.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): E eles devem ter dito como é que eles funcionam!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, a questão do sucesso escolar, dos resultados escolares, eu vou fazer a abordagem pelas questões do sucesso, até porque gosto de o fazer sempre pela forma positiva, aliás enquanto docente sempre encarei esta questão desta forma.

A questão do sucesso escolar não se resolve administrativamente.

Infelizmente, um seu antecessor com um longo consulado à frente da educação na Região Autónoma dos Açores, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O grande responsável!

O Orador: ... procurou resolver os problemas do sucesso escolar de forma administrativa, criando ofertas alternativas de dignidade diferente para os alunos do ensino básico.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Finalmente V. Exa. está bem!

O Orador: Sr. Deputado, tem estado distraído.

Essa oferta alternativa faria algum sentido se fosse meramente transitória de modo a que os alunos que apresentassem algumas dificuldades de integração, de aprendizagem, de pré requisitos, no conhecimento, pudessem ser ultrapassados para depois serem integrados no currículo regular.

Mas a verdade, Sr. Secretário Regional, é que esse seu antecessor, responsável por estas medidas, perpetuou estas vias alternativas e elas tornaram-se não uma exceção, não uma medida transitória, mas em regra e veja-se o número de alunos do 2.º e 3.º ciclos que estão integrados nessas vias alternativas, sejam elas profissionalizantes ou não.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! É a partir das 6 horas!

Presidente: Sr. Deputado tem que avançar com a pergunta. Está a terminar o seu tempo.

O Orador: Sra. Presidente vai ter paciência, mas vai ter que me descontar ...

Eu vou já acabar. Eu vou já fazer a pergunta.

Deputada Zuraida Soares (BE): A Sra. Presidente vai ter que ter paciência ou vai já acabar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem de ter paciência, tem é de cumprir o Regimento!

Presidente: O Sr. Deputado vai já fazer a pergunta.

O Orador: Sr. Secretário, a questão é a seguinte: essas vias alternativas têm dignidade diferente e são estigmatizantes.

Mais, são reprodutoras das desigualdades sociais ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não diga isso!

O Orador: ... e acabam por levar os alunos, pô-los à margem da sociedade porque elas têm dignidade diferente.

A pergunta é: está V. Exa. disponível, e pareceu-me até que na resposta que deu às questões que a Deputada Zuraida Soares lhe colocou que sim, para alterar este modelo que não só é perverso no que concerne à análise dos resultados obtidos pelos alunos açorianos, como estigmatiza e marginaliza os alunos açorianos reproduzindo desigualdades sociais?

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito frontalmente o Deputado Aníbal Pires perguntou-me se eu estaria disponível para algo, algo que ele apresentou.

Disponível estou, oxalá que com êxito, até porque talvez por culpa de ser historiador tenho uma memória longa, também já tenho uma idade longa, 55 anos, quase 56...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também a idade já pesa!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A minha é mais longa, Sr. Secretário. Não se preocupe!

O Orador: É verdade.

... e a memória que eu tenho é a memória dos velhos liceus e das velhas escolas industriais ou técnicas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bons técnicos!

O Orador: ... que aliás prestaram um serviço insubstituível.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é por aí, Sr. Secretário!

O Orador: Eu sei.

Mas cuidado, admitiram a existência de uma estigmatização que também é inadmissível, porquê?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aí já concordo!

O Orador: Eu tive a felicidade de não fazer a Guerra Colonial, por quatro ou cinco anos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu fui só por um ano!

O Orador: ... mas aqueles que tinham mais quatro ou cinco anos do que eu e faziam a Guerra Colonial, a questão era muito simples: os que tinham o curso das escolas técnicas entravam no curso de sargento, os que tinham o curso de liceu entravam no curso de oficiais.

O problema está fundamentalmente aí.

Sr. Deputado, não está em causa a grande importância das escolas técnicas e a falta que elas fizeram depois de serem extintas. Isso é outra questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é corretíssimo!

O Orador: Exatamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é corretíssimo! Como era a licenciatura e o bacharelato!

O Orador: Nem mais.

Por isso, neste momento com a escola que nós temos, e nós temos uma escola cada vez mais heterogénea, nós temos uma escola que é herdeira da homogeneidade ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas não é isso! Não é homogénea!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires isto não é um debate nem um diálogo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os apartes são regimentais.

Presidente: Isso não é um aparte, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um aparte longo!

Presidente: Sr. Secretário Regional, pode continuar.

O Orador: Nós temos uma escola que é herdeira da homogeneidade. É a velha escola napoleónica e que não perdeu naturalmente os seus tiques e que está, enfim, habituada a um determinado procedimento.

Hoje em dia em matéria de corpo estudantil as escolas não são homogéneas, as escolas são heterogéneas. Exatamente por serem heterogéneas é que é preciso abrir mais vias, é preciso multiplicar as vias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, Sr. Secretário! Vou explicar-lhe isso na altura própria!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado é preciso multiplicar as vias com uma preocupação apenas, com a preocupação de que essas vias não sejam consideradas vias menores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso!

O Orador: Com a preocupação de que essas vias sejam consideradas sempre vias de idêntica dignidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que se quer!

O Orador: Que sejam consideradas vias de idêntica dignidade, que são apenas implementadas para atrair aqueles muitos e muitos estudantes que não se adequam ao velho ensino de tipo liceal.

Mas essas vias alternativas carecem de uma outra coisa, carecem de permitir a mobilidade, porque é sempre possível, ou deve ser sempre possível, fazer com que um estudante que enverede por uma dessas vias volte à via tradicional e que os que estão na via tradicional possam ir para as vias alternativas. Assim é que as coisas efetivamente se fazem.

Sr. Deputado, para terminar nós carecemos de mais vias, nós carecemos de uma diversificação de saídas no fim do ensino secundário por uma razão: porque o nosso ensino tem fundamentalmente de criar profissionais, excepcionalmente cientistas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): No fim do ensino secundário. Estamos de acordo, mas é só lá!

O Orador: Profissionais, excepcionalmente cientistas e a nossa escola ainda agarrada a velhos protótipos insiste muito na criação de cientistas e esquece-se dos profissionais, mas já João de Barros na Primeira República dizia isto: criar profissionais, eventualmente cientistas e por outro lado paralelamente a tudo isto, criar cidadãos que deem pleno uso à democracia para que ela não se transforme numa junção de atos de natureza quase litúrgica.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para terminar esta ronda de perguntas dou a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD tem vindo frequentemente a alertar para o insucesso escolar, para os resultados escolares dos alunos açorianos, sobretudo quando confrontados com provas de âmbito nacional e para a posição conflagradora das escolas dos Açores no *ranking* das escolas do todo nacional.

Temos sido acusados de alarmistas, quer pelo Partido Socialista, quer pelo Governo, que considera que isto é um exagero que a educação está no bom caminho e que os *rankings* valem o que valem, ou seja não valem nada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Para nós não é assim porque são os *rankings* que nos permitem comparar os resultados dos alunos açorianos com os resultados dos alunos de outras escolas do País.

Parece-nos que é importante que os nossos alunos, o mundo global em que vivemos, estejam dotados dos conhecimentos e das competências necessárias para competir em pé de igualdade com alunos de outras escolas do País e até de outros países.

Muito bem, as escolas e os professores têm-se desdobrado na elaboração de projetos na definição de estratégias de combate ao insucesso escolar, mas o insucesso escolar persiste e persiste porque é um reflexo do insucesso, do experimentalismo e da errância das políticas educativas do PS, ao longo dos anos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isso compromete o futuro dos açorianos.

Permita-me Sr. Secretário que o contrarie e até que o corrija.

Há pouco o senhor referiu que os açorianos tinham partido de um patamar muito baixo e tinham tido a necessidade de recuperar.

Tenho aqui uns dados que revelam que nas provas de português do 4.º ano, a média em 2007 foi de 65%; em 2013 foi de 41%, quando a média nacional foi de 48,7%.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Um passo gigante!

A Oradora: Em matemática também no 4.º ano a média em 2010 era de 63,5%; em 2012 de 46,6%. No todo nacional era de 56,9%.

Também podemos ver o insucesso escolar em 2012, podíamos comparar até nas várias regiões e por ciclo, mas para abreviar vamos comparar a taxa de retenção e desistência no ensino básico...

Presidente: Sra. Deputada, faltam-lhe 30 segundos, tem de formular a pergunta.

A Oradora: ... entre o todo nacional e a Região Autónoma dos Açores: no todo nacional era de 9,9%, nos Açores 16,5%.

Ora, Sr. Secretário, o senhor quando tomou posse da pasta que agora assume rapidamente apercebeu-se dessa situação, deu-nos razão e admitiu mesmo que o problema do insucesso escolar era uma chaga que tinha vindo a ser combatida com pensos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Permita-me que lhe diga que na altura não me pareceu nada que tivesse sido um elogio aos Governos anteriores que o senhor agora tanto defende. Nem a mim nem ao resto dos açorinos nos pareceu isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

A Oradora: Anunciou um plano de promoção de sucesso escolar com o qual nos congratulamos, porque a assunção do problema já é meio caminho para a sua solução.

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que formule a pergunta.

A Oradora: Sr. Secretário, todos sabemos que os governos mudam, os secretários também e cada um quer deixar a sua marca (eu já termino é só para enquadrar) ...

Presidente: Eu já lhe dei tolerância, Sra. Deputada, como a todos, aliás.

A Oradora: ... e o seu cunho pessoal. É legítimo.

Mas não podemos esquecer o que já existia antes e, portanto, importa saber os resultados para podermos evoluir nas medidas a aplicar.

Por isso pergunto-lhe Sr. Secretário (esta pergunta englobava duas mas a uma o senhor já respondeu ao Deputado Lúcio Rodrigues), se possui algum estudo relativamente aos programas Oportunidade, aos chamados OP, e se sim quais as conclusões desse estudo?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O Deputado Joaquim Machado está quase despedido!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há verdades às vezes para todos os gostos. É verdade!

Deputado Bruno Belo (PSD): A verdade é uma só!

O Orador: Claro que a educação está no bom caminho, se fizermos uma análise histórica, com o alargamento da escolaridade, com o alargamento da feminização, com a formação de mais professores, com a construção de mais e mais escolas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem que o senhor disse que havia verdades para todos os gostos!

O Orador: É certo que os Açores evidenciam comportamentos em matéria de resultados escolares que nós queremos inverter, mas escuso-me de repetir aqui coisas que já disse e que demonstram inequivocamente que estamos efetivamente num caminho de aproximação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não estamos!

O Orador: Num caminho de aproximação que ainda nos deixa atrás, num caminho de aproximação que entretanto é um estímulo para que avancemos mais e mais.

Em matéria de errâncias era bom, Sra. Deputada, que nós não jogássemos aqui qualquer campeonato porque eu não sei quem é que ficaria a ganhar, se fizéssemos aqui um campeonato global e tenho muitas dúvidas que ficasse satisfeita com o resultado final.

Que o insucesso escolar é uma chaga? É!

Que é um flagelo? É!

Que eu assumi isso? Assumi!

Que eu sou solidário com aquilo que herdei? Também sou!

Vê contradição nisto. Pois, tem todo o direito de ver!

Eu, na minha consciência, não tenho a cabeça em ebulição, não me sinto minimamente incomodado.

Se eu quero deixar a minha marca na Secretaria Regional da Educação e Cultura? Gostava!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Neste caso deixou um penso!

O Orador: Gostava, sobretudo se ela fosse positiva, mas sou pouco apressado nesses capítulos.

Aliás, pelo facto de ser historiador costumo dizer que a melhor juíza é sempre a história. Tem entretanto um grande defeito, esse defeito é que julga a prazo, julga por vezes a longo prazo. É talvez uma razão para sermos mais pacientes com os atrasos que quotidianamente se verificam no domínio da justiça.

Quanto à questão que me coloca. O programa Oportunidade é um programa que cumpriu genericamente a sua função como uma infinidade de outros que nós temos implementado no sistema educativo regional.

Não tenho, efetivamente, aqui números para lhe dar, nem se foram mais 99 de alunos transitados, nem se recuperaram 10 ou 12. Isso poderá ficar eventualmente para um requerimento que a Sra. Deputada queira fazer à minha Secretaria e que eu vou tentar que a gente responda dentro de tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos avançar para o objeto 3 desta sessão de perguntas: **abandono escolar e trabalho infantil.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que não é possível, não é desejável fazer festas quando sucede a normalidade.

O início do ano letivo decorrer com normalidade é algo que já sucedeu ao longo da nossa Região ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Lá fora também já ocorreu, outrora!

O Orador: ... tem a ver com a nossa pequena dimensão...

Deputado André Bradford (PS): Não é por fazermos as coisas como devem ser!

Deputado Rogério Veiros (PS): Como será na Espanha?!

Deputado André Bradford (PS): Ou na Austrália!

O Orador: ... e também tem a ver sobretudo com o não se ter introduzido alterações muito significativas do ponto de vista do concurso docente, ou seja, o concurso docente continuar a ser centralizado.

Portanto, é tão simples como isso.

Facto, aliás, que o PS quer alterar, como se pode constatar através do seu programa eleitoral.

Mas, a questão é esta: o anterior Secretário Regional da Educação referiu nesta mesma câmara que os serviços que então tutelava constataram o desaparecimento no âmbito do sistema educativo açoriano de 853 alunos.

Informou, que na sequência dessa descoberta tinha solicitado um estudo a este respeito no sentido de averiguar as causas e também as medidas de resposta apropriadas.

Já noutra âmbito a RTP emitiu recentemente uma reportagem que designou como “Os meninos do mar”, com um teor inaceitavelmente paternalista, tendo inclusivamente legendado quem estava a expressar-se na língua portuguesa, naturalmente com o falar característico da sua terra.

Não vejo isto suceder em relação a outras zonas do País que também possuem falares característicos muito desviados da norma padrão de Lisboa.

Eu não aceito estas atitudes em relação aos falares das diversas ilhas dos Açores.

Para mim confere uma ofensa e um desrespeito.

Mas devo dizer que no contexto em que realizo esta intervenção, relevam-se sobretudo as denúncias públicas feitas de cara destapada em relação à existência de trabalho infantil, algo que implica o abandono da escola ou a sua frequência de uma forma irregular e descontínua.

É um flagelo inaceitável que nenhuma sociedade civilizada pode aceitar ou tolerar.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que formule a pergunta.

O Orador: É por isso que lhe pergunto o que concluiu o estudo em relação aos tais 853 alunos desaparecidos e também neste contexto, sabendo que existe uma óbvia relação entre os dois fenómenos, o que mandou fazer ou averiguar o Secretário da Educação quando foi confrontado com um relato de que existem crianças a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico que faltam intermitentemente às aulas devido ao facto de terem passado as madrugadas a trabalhar?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que não vale a pena fazer uma festa quando não acontece nada de anormal pela positiva.

Estou completamente de acordo consigo, aliás foi precisamente isso que referi numa entrevista que concedi à comunicação social.

Todavia se a festa se não justificava pelo carácter absoluto, já talvez fosse justificável pelo lado relativo, pelo lado da comparação e foi isso que eu quis evidenciar.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Quer dizer que a festa é sobre o mal dos outros!

O Orador: Mais, quero deixar uma coisa bem clara: não quero nenhuma festa para mim, não quero nenhuma festa para a Diretora Regional da Educação. Gostaria de ter uma festa para o corpo técnico da Direção Regional da Educação que num ano em que ninguém acreditava, inclusivamente muitos dirigentes sindicais, que fosse capaz de implementar e de completar uma série quase infindável de procedimentos concursais, o fez a tempo. Esses é que efetivamente merecem palmas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: De resto estou também de acordo com o Deputado Paulo Estêvão quando ele se insurge contra o desrespeito pelos açorianos, contra o desrespeito por alguma miséria humana e sobretudo quando isso passa em órgãos de comunicação social de grande expressão.

Vamos entretanto à questão central: a questão central é a questão do abandono escolar.

Bem, Sr. Deputado, o abandono escolar entendido como uma saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, se não é inexistente, é pelo menos residual.

Podem não abundar as estatísticas mas aquelas que existem chegam.

Em 2013 calcula-se que esse abandono escolar terá andado em redor de 0,5%.

Mais, as unidades orgânicas, as escolas do sistema educativo regional estão muito despertas para esta realidade. Se algum caso acontece, o procedimento é sempre o mesmo: o diretor de turma alerta; o conselho executivo toma nota; as equipas multidisciplinares de apoio socioeducativo intervêm e estas diligências rapidamente se traduzem no retorno daqueles que abandonam o domínio das escolas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em que mundo é isso?

O Orador: Em matéria de trabalho infantil uma coisa é certa: se os alunos estão na escola, dificilmente estarão ao mesmo tempo a trabalhar porque é impossível, obviamente, estar em dois sítios numa mesma altura.

Fora do horário escolar se há crianças, se há jovens forçados ao exercício do trabalho, pelo menos nestes três meses e meio que levo como Secretário Regional da Educação e Cultura, é algo que a escola desconhece. É denúncia que nós efetivamente ainda não tivemos.

Mas também asseguro-lhe uma coisa: se essa denúncia acontecer nós faremos o alerta, nós faremos a notificação dos serviços competentes e aqui creio que o papel determinante é desempenhado pelas comissões de proteção de crianças e jovens com as quais nós temos um relacionamento muito, muito estreito.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 19 horas.

(Eram 18 horas e 38 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com a sessão de perguntas.

(Eram 19 horas e 08 minutos)

Estamos no objeto 3: **abandono escolar e trabalho infantil.**

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para a réplica.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Disse o Sr. Secretário que a colocação dos professores, o arranque do ano letivo correu bem.

O que eu lhe disse há pouco foi que tem corrido sempre bem, porque o concurso é um concurso centralizado.

A sua antecessora no cargo que aqui está, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, também realizou dois arranques do ano letivo com normalidade. Isso deve-se à experiência da equipa que está há muitos anos a realizar as colocações e os concursos. Isso é absolutamente normal.

Agora, o que eu lhe quero perguntar é o seguinte: mas faça e aplique aquilo que está no programa eleitoral do PS, que é passar para as escolas 50% das colocações e depois diga-me o que é que acontece.

Altere o concurso centralizado e aplique o programa do PS que contempla...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Seja sério! Isso não está no Programa do Governo!

O Orador: Está no programa do PS.

... 50% das colocações a nível de escola e depois diga-me como é que correu. Aí sim.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não está no Programa do Governo!

O Orador: Está!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não está!

O Orador: Está! Está!

A segunda questão que eu considero que é muito importante é que o Sr. Secretário responda à minha questão.

Afinal onde é que param os 853 alunos de que o Governo falava aqui há uns meses, que estava a realizar um estudo e estava a tentar saber como é que eles se evaporaram do sistema educativo? Onde é que eles estão, estes 853 alunos? É essa resposta que eu lhe solicito, que lhe fiz da primeira vez e o Sr. Secretário não me respondeu.

E a segunda questão ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas não é só uma questão?

O Orador: ... e termino Sra. Presidente, é a seguinte: o senhor disse-me (também não respondeu à questão) assim: bom, não me chegou nenhuma denúncia sobre o trabalho infantil e sobre as crianças, de acordo com aquilo que passou na reportagem durante quatro ou cinco dias na RTP Açores e que foi vista por milhões de portugueses e açorianos.

A denúncia está lá! Eu posso dar-lhe a gravação do programa. Há uma denúncia do conjunto dos jornalistas, de algumas das pessoas e das próprias crianças, que descrevem que levam as madrugadas todas a trabalhar e muitas vezes faltam à escola durante vários dias ou então vão quase a dormir, obviamente, depois de terem levado a manhã toda a trabalhar.

Diz-me o Sr. Secretário: preciso de uma denúncia!

A denúncia foi feita! Cinco milhões ou seis milhões de portugueses viram essa denúncia, observaram essas imagens e essa denúncia é pública.

O que eu peço é que o Sr. Secretário Regional em relação a esta matéria aja, porque mais público do que isto não existe.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado. Obrigada.

Sr. Secretário Regional para responder a esta réplica dispõe de três minutos. Tem a palavra Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Diz o Sr. Deputado Paulo Estêvão que o ano letivo arrancou nos Açores com normalidade como tem habitualmente ocorrido. Ainda bem e faremos todos os possíveis para que este procedimento de normalidade se prolongue nos anos que aí vêm.

Mas garanto mais: este procedimento de normalidade é um facto pela simples razão de fazermos todos os anos os concursos da mesma maneira; este regime de normalidade verifica-se exatamente porque a Secretaria Regional da Educação e Cultura tem o tal corpo técnico competente que o Sr. Deputado aqui reconheceu e relembro que neste ano de 2014 esse corpo técnico foi confrontado com concursos diversos: um concurso extraordinário que se prolongará por mais dois anos e que foi uma novidade e o concurso normal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Centralizado!

O Orador: Claro que não vou adiantar factos concretos porque se estou em negociações com forças sindicais é à mesa das negociações que algumas das questões têm que ser postas antes de mais, mas, por exemplo, para os concursos normais, na sequência dos muitos que tenho ouvido, quer a título individual, quer a título coletivo, tenho algumas ideias que se podem traduzir nalgumas alterações.

Se isso acontecer estou também crente que os concursos continuarão a fazer-se com normalidade, com calma e que os anos letivos do futuro abrirão da mesma forma.

Fala-me o Sr. Deputado de um estudo para encontrar estudantes.

Bem, quando eu cheguei à Secretaria Regional no passado mês de julho esse estudo não estava encomendado e eu não encomendarei um tal estudo. Aliás, na sequência dos muitos contatos que tenho desenvolvido garanto-lhe uma coisa: se eu mandasse encomendar todos os estudos que os diversos especialistas e entendidos me propõem ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O seu antecessor disse que ia fazer! Mentiu aos açorianos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com o aplauso do PS!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário é especialista em desmentir os seus antecessores!

O Orador: ... eu tinha no mínimo o Sr. Presidente a apertar-me os calos por razões financeiras.

Eu tenho de fazer as minhas opções e no momento certo encomendarei os estudos que muito bem entender para responder, quer a esta problemática que aqui está a ser colocada, quer a muitas outras.

Eu creio que a problemática que está aqui a ser colocada é a problemática do abandono escolar precoce, se bem imagino.

Presidente: Sr. Secretário agradeço que termine, o seu tempo está mesmo a terminar.

O Orador: De resto quanto ao trabalho infantil, reafirmo, de certa forma, aquilo que se disse.

Se a denúncia decorre da passagem de uma reportagem na comunicação social, na RTP-Açores eu tenho conhecimento, dela tomarei nota e também estou convencido que neste momento as entidades que em primeira instância devem agir neste capítulo estarão já de sobreaviso e já o fizeram.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Já o fizeram!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quanto mais não seja para mostrar o insucesso da secretária anterior!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, a questão do abandono escolar precoce não pode ser algo em que cada um fica com a sua opinião. Precisa de dados objetivos.

Não podemos estar aqui a classificar de residual um fenómeno quando não o conhecemos, como o senhor faz.

O senhor classificou que provavelmente o abandono escolar nos Açores é algo de residual.

Ora, este abandono escolar como todos nós sabemos deve-se a vários fatores socioeconómicos e culturais. Também.

Isso quer dizer que são fatores que nos levam a pensar ou que induzem que podem não ser residuais porque dependem da pobreza, de fenómenos de exclusão social, de falta de perspetivas de futuro, de baixa cultura e atinge determinadas franjas da população.

Mas vamos para o INE.

O INE diz que as estatísticas e a taxa de abandono escolar precoce é um problema que se sente mais nos rapazes do que nas raparigas, ou seja, aponta para a questão de género e salienta que as realidades regionais são extremamente preocupantes. Quem o diz é o INE.

Ora, no sistema educativo regional, ainda diz o INE, mais de 45% dos rapazes e cerca de 28% das raparigas desistem de estudar sem concluir o ensino secundário.

Perante esses dados há necessidade de sermos objetivos e identificar devidamente as causas do abandono escolar precoce.

Para isso é preciso perceber quais são os fatores que mais contribuem para esse abandono escolar precoce.

Portanto, se há uma alegada evaporação de 853 alunos do sistema educativo regional e se há esses dados do INE que dizem que efetivamente nas regiões insulares este fenómeno é mais crítico, eu acho que não podemos passar por cima desta realidade sem atuar objetivamente.

É evidente que o senhor tem direito a todas as suas opções: opções de fazer estudos ou de não fazer estudos, mas uma tomada de decisão objetiva e que permita ter resultados concretos no combate a um flagelo implica uma opção metodológica e uma ação concreta.

A minha pergunta é: qual é efetivamente essa opção para o Secretário Regional da Educação e Cultura?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Félix Rodrigues, eu posso ter-me expressado mal, admito.

Mas se me expressei mal quero corrigir-me neste momento.

Eu quando disse que o abandono escolar era, se não insistente, pelo menos residual, eu estava a reportar-me exclusivamente ao abandono escolar tradicional, ou seja, à saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória de gente nova.

Eu não estava a reportar-me ao dito abandono escolar precoce que abrange uma franja de jovens, sensivelmente entre os 18 e os 24 anos porque se estivesse a reportar-me a essa franja de jovens eu já não diria a mesma coisa. Efetivamente o abandono escolar precoce esse não é nem inexistente, nem residual, esse é preocupante.

É preocupante porque para 2013 nós temos uma taxa de 35, 8% de jovens que efetivamente tendo entre 18 e 24 anos não prosseguem estudos, o que seria normal, nem obtêm uma inserção profissional e às vezes curiosamente por não serem detentores da formação mais conveniente.

Aí sim, temos um problema grave, um problema que tem de ser encarado de frente e um problema, como aliás o Sr. Deputado sabe, que está entre os objetivos ditos fundamentais da estratégia vinte/vinte, que pugna pela erradicação do abandono escolar precoce e pela redução substancial do insucesso escolar.

Agora, na ponta final da sua questão o Sr. Deputado coloca um problema premente: o que é que se vai fazer? Qual é a estratégia? Qual é o combate?

Bem, o combate ao abandono escolar precoce, creio que se deve fazer, não direi que só se pode fazer, mas creio que se deve fazer de duas maneiras, aliás duas maneiras que estão adotadas, dois modelos que carecem de aprofundamento.

Por um lado, o abandono escolar precoce diminui, combate-se se nós também soubermos combater o insucesso escolar. Uma coisa está intimamente correlacionada com a outra. Combatendo o insucesso escolar todos terão uma

escolaridade obrigatória cumprida. Tendo uma escolaridade obrigatória cumprida há mais possibilidade de transitarem para níveis de ensino superior, há mais possibilidade, enfim, de não abandonarem precocemente os estudos e como nós sabemos a melhor defesa do jovem cidadão na sociedade do futuro é a formação, independentemente de um curso superior já não ser hoje aquilo que era há décadas atrás, independentemente de uma Universidade como nós sabemos já não ser hoje como há décadas atrás.

Ela hoje é fundamentalmente um centro de formação e de investigação. No passado também o era, mas no passado também era uma garantia de direta inserção profissional, coisa que já não pode ser, mas é preciso passar a mensagem aos estudantes de que vale a pena estudar. É preciso passar a mensagem de que, quiçá, não são os licenciados, os mestres e os doutores a maioria dos desempregados. Passar a informação de que, ao fim e ao cabo, isso é que é verdade, os trabalhos, os empregos melhor remunerados são os empregos mais qualificados.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário o seu tempo está a terminar. Agradecia que terminasse.

O Orador: Terminou já.

De resto, para combater o abandono escolar precoce é preciso uma outra coisa: implementar mais programas de ingresso dos jovens no mundo do trabalho, uma iniciativa que não compete, ou não compete exclusivamente à Secretaria Regional da Educação e Cultura, mas uma iniciativa que vem tendo soluções, que vem sendo experimentada e com sucesso no âmbito do Governo em articulação entre várias das nossas secretarias regionais.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, voltemos à nossa aluna da Ribeira Grande e se pensarmos bem ninguém estranhará que uma aluna, uma criança dentro de um contexto familiar como este e com os apoios que foram referenciados, tem uma perspetiva de futuro que se enquadrará presumivelmente e expectavelmente naquela falta de qualificação que o Sr. Secretário referiu que é “uma pescadinha de rabo na boca”: não há qualificação, o emprego é mau; o emprego é mau, temos estes agregados familiares que auferem estas misérias *per capita*. Portanto, é um ciclo vicioso.

Eu fiquei sinceramente preocupada, não ocupada mas preocupada, quando ouvi o Sr. Secretário Regional dizer, quando se falou aqui em questões de abandono escolar, que precisa de denúncias. Isso preocupou-me porque eu acho que não são precisas denúncias, não é preciso um programa de televisão que fala dos meninos da rua. Basta olhar para a realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Basta ir à rua!

A Oradora: Basta olhar para a realidade. Ninguém espera que agora haja uma correria para junto da Secretaria Regional da Educação e Cultura ...

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que foi dito!

A Oradora: ... para denunciar estas situações, de abandono ou de trabalho infantil.

Deputado André Bradford (PS): Não é a mesma coisa!

A Oradora: Não, não é a mesma coisa. A obrigação é dos órgãos de Governo, neste caso a Secretaria estar atenta, fiscalizar e não estar sentada à espera que as pessoas vão fazer-lhe denúncias.

Preocupou-me porque, mal ou bem, foi assim que eu entendi a intervenção do Sr. Secretário quando disse “apresente-me denúncias”.

Eu achei que não era preciso apresentar denúncias. A realidade diária é uma denúncia em si própria e basta estar atento a ela.

Depois disse também o Sr. Secretário que o abandono escolar se combate simultaneamente com o insucesso escolar, se bem percebi, porque estão os dois relacionados (o abandono e o insucesso).

Portanto parte-se do princípio que combatendo o insucesso está-se simultaneamente a combater o abandono. Faz sentido. E que outra maneira era, se bem entendi, criar formações que preparassem os jovens para o mundo do trabalho, digamos assim, de uma forma mais a curto/médio prazo e não a longo prazo.

Mal comparado. Permita-me: as antigas escolas comerciais e industriais que de alguma maneira davam uma formação para a vida prática para o trabalho, mas não para a intelectualidade no sentido puro e duro como era o caso das universidades e dos liceus, também preparavam para essa carreira.

O que eu lhe pergunto, Sr. Secretário Regional é que se no contexto da nossa Região não lhe parece que isto é pouco?

Ou seja, não há outras estratégias de combate ao abandono escolar para além destas duas que o Sr. Secretário Regional referiu diárias, quotidianas, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... fazer as crianças gostarem da escola e não estarem lá por obrigação, fazer com que elas se sintam lá dentro alimentadas e não a desmaiar com fome?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine Sra. Deputada.

A Oradora: Fazer com que as crianças não sejam estigmatizadas porque há uns que têm uns livros e outras têm outros livros e as que têm os outros livros são as pobrezinhas?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! É verdade!

A Oradora: Podíamos continuar, mas a Sra. Presidente não me deixa, porque eu terminei o tempo.

Pergunto-lhe novamente: não haverá outra maneira de forma imediata, já, hoje, de começar a combater este abandono com medidas como estas que eu acabei de referenciar e o Sr. Secretário Regional na sua douda sabedoria saberá com certeza imaginar outras semelhantes a estas e igualmente produtivas?

Obrigada Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra para responder.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, eu penso que quando falei em denúncias estava exclusivamente a reportar-me a trabalho infantil ...

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Vai dar no mesmo!

O Orador: ... porque isso é uma atividade, obviamente, que é praticada fora da escola e da qual a escola pode não ter conhecimento.

Eu, quando falei em denúncias posso ter-me equivocado, admito, o tempo vai avançando, mas eu queria reportar-me ao trabalho infantil porque esse sim é realizado fora do contexto escolar e a escola pode não ter conhecimento do que, efetivamente, se passa.

De resto, se se trata de abandono escolar normal, a escola tem os mecanismos suficientes para acorrer aos problemas e os mecanismos suficientes passam um pouco por aquilo que eu disse há pouco.

Geralmente o diretor de turma é uma peça fundamental; se o diretor de turma é uma peça fundamental as coisas só podem ter consequências se forem levadas ao conhecimento do conselho executivo, e sê-lo-ão certamente e o conselho executivo tem que se valer nestes casos das equipas multidisciplinares de apoio sócio educativo que tem gente do conselho executivo, que tem psicólogos, que tem técnicos de serviço social, tem técnicos da área da saúde, pais ...

Deputada Zuraída Soares (*BE*): O Sr. Secretário está mesmo a falar das nossas escolas?

O Orador: Como?

Deputada Zuraída Soares (*BE*): O Sr. Secretário Regional está a falar mesmo das nossas escolas?

O Orador: Eu estou mesmo a falar das nossas escolas.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Em teoria!

O Orador: Estou talvez aqui a incorrer num erro, em vez de falar no plural devia estar a falar no singular (um membro do conselho executivo, um psicólogo, um técnico de serviço social). Se estivesse a falar no plural, efetivamente aí não. Pronto. Tudo bem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O terapeuta da fala!

O Orador: Fica o esclarecimento feito.

Relativamente à formação para o mundo do trabalho eu creio que as coisas ficaram relativamente claras há pouco.

Eu julgo que é dever da escola de hoje (seja nos Açores, seja no continente, seja inclusivamente no estrangeiro), formar: primeiro, profissionais, aliás na Europa quanto mais evoluídos são os Países, maior é a percentagem de estudantes em cursos vocacionais, em cursos profissionalizantes, em cursos que formam para o mundo do trabalho.

É dever da escola formar profissionais, formar eventualmente cientistas, porque nós não podemos criar uma sociedade só de cientistas, como também não podemos criar uma sociedade só de empreendedores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso era um desastre!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gostei dessa!

O Orador: ... em virtude deste chavão que hoje domina, domina e domina tudo e todos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A sociedade civil é um caos!

O Orador: A escola para além de formar profissionais, de formar eventualmente cientistas, tem de formar cidadãos, cidadãos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Cidadãos! Cientistas é um descalabro! Livre-nos Nossa Senhora!

O Orador: De resto, quanto à questão das estratégias eu concedo aqui numa coisa:

Tem toda a razão em ter colocado o dedo nos estudantes porque estamos a falar aqui de sistema de ensino há muito tempo e se calhar temos desvalorizado o centro do sistema de ensino. O centro do sistema de ensino é o estudante.

Eu há pouco trouxe aqui para a discussão os professores que considerei que se não eram os únicos eram os principais aliados do Governo no combate ao insucesso. Chamei para aqui os pais que acho que têm de vir mais à escola; têm de aprender mais a exigir da escola e têm de ir mais à escola não apenas para zelar pelos interesses dos respetivos educandos. Se calhar neste debate central sobre o sistema educativo os atores principais talvez tenham passado um pouco despercebidos.

As perguntas podem ter levado a isso, admito que também haja culpa minha, mas se há, penitencio-me porque nós só estamos a discutir aqui estas temáticas por uma razão, pelos estudantes. Se não for por eles não vale a pena. Vamos embora fazer outras coisas!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário era efetivamente a esse abandono escolar que todos nós nos referíamos, porque é esse que nos preocupa, que nos inquieta, porque condiciona a vida profissional e social dos nossos jovens e põe em causa o futuro dos açorianos e dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Preocupa-nos a nós e pelos vistos também preocupava o seu antecessor, porque a verdade é que ele afirmou no início do ano letivo 2013/2014 que iria encomendar um estudo à Universidade dos Açores para saber as razões da diminuição dos alunos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Afinal mentiu!

A Oradora: Isto não é mentira, porque está aqui no *Diário dos Açores*, na sua edição de 11 de setembro. Foi notícia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Se o senhor não o encontrou isso explica uma outra coisa, é que o PSD enviou um requerimento à Secretaria da Educação há cinco meses e uma

semana e nunca obteve resposta.

Portanto, se calhar é porque o estudo não existia mesmo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, penso que esta situação também preocupa o Governo que contemplou o combate ao abandono escolar no Plano de 2014 com uma verba de 100 mil euros, um conceito estipulado pela União Europeia para fazer face a esta situação e para combater o abandono escolar.

Teria mais questões para colocar-lhe, mas já enviei também um requerimento à sua Secretaria com outras questões. Vou colocar-lhe apenas uma: o que foi feito com esses 100 mil euros que foram contemplados no Orçamento para fazer face a esta situação? Como é que essa verba foi aplicada e quais os resultados?

Obrigada.

Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para a resposta dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Longe de mim pôr em causa que se tenha projetado a realização de um estudo.

Longe de mim! Não o disse aqui!

Tive conhecimento disso, tive, todavia não foi lançado até julho...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por que razão? Tem que perguntar ao Sr. Presidente do Governo e ao Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... e eu decidi que não estava em altura de o fazer porque estou efetivamente a ouvir muitos parceiros, muitas instituições e como disse aqui há pouco, se eu neste momento mandasse fazer todos os estudos que me propõem ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não lhe propuseram! Era do seu antecessor!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi uma promessa do Sr. Presidente do Governo Regional!

O Orador: ... eu ficava com um regaço de estudos no colo e não sei se os resultados seriam os melhores.

Independentemente do estudo não ter sido encomendado, julgo que aquilo que já foi dito aqui prova a saciedade que eu estou preocupado com esta temática referente ao abandono escolar precoce.

Pergunta-me a Sra. Deputada Judite Parreira o que foi feito aos 100 mil euros do Plano e Orçamento de 2014 para combate ao insucesso escolar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O mesmo que foi feito ao resto!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo também não sabe!

O Orador: Posso dizer à Sra. Deputada que neste momento para esta ação não são 100 mil euros. Esta verba foi reforçada. São 378.300.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais grave!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): As escolas nem sabiam que existia!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é para as escolas saberem!

O Orador: Para quê? Para adjudicar uma plataforma de gestão escolar que é um instrumento importantíssimo na tomada de decisões nas escolas e efetivamente para se ter um efetivo controlo sobre o movimento dos estudantes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é para o futuro! E o passado?

O Orador: Não é passado, não é para o futuro. É passado e é futuro.

Só que por razões processuais, e não só, este procedimento está a ser repetido porque não incluía todos os alunos e nós queremos que ele inclua também os alunos do profissional, do particular, do corporativo e do solidário.

Portanto, não temos 100 mil euros, temos mais do que isso.

De resto dos 100 mil euros dessa rubrica foram retirados fundos. Para quê?

Para pagar o acompanhamento pedagógico a docentes do 1.º ciclo que acompanham nas escolas os seus colegas docentes ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas isso já era uma despesa da secretaria!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma habilidadezinha!

O Orador: ... no sentido de favorecer o sucesso escolar, porque o sucesso escolar está na base do combate ao abandono escolar precoce.

Foi também daqui que se retirou dinheiro, a partir de setembro passado, para implementar os mediadores EPIS em oito escolas da Terceira e de S. Miguel, a acrescer à experiência pioneira que, como eu referi, já ocorria na Madalena desde o ano passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal os 100 mil euros foram duplicados!

O Orador: Julgo portanto que estão dados esclarecimentos que eu considero suficientes para justificar, quer a inscrição da verba, quer os gastos que a partir dela se fizeram.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que é preciso recentrar de alguma forma o objeto que estamos a abordar, o abandono escolar precoce de educação e formação, porque de outro não se tem falado aqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o trabalho infantil!

A Oradora: Eu de facto (e o Sr. Secretário já nos deu números e aliás deu números mais animadores em tão pouco tempo e provavelmente são os números EUROSTAT porque eram os mesmos há uns tempos atrás) tenho batido muito nessa tecla, porque eu acho que é importante fazer essa distinção.

A taxa de abandono precoce de educação e formação é preocupante. De facto estamos todos empenhados em melhorá-la, mas isso não quer dizer que não tenhamos bem a noção do que é que esse termo, do que é que essa taxa envolve. Essa taxa, para além dos 18 aos 24 anos, envolve e implica formação até um período de três semanas antes em que o inquérito ao emprego é feito.

Nós temos que ter a noção de que números estamos a falar, porque muito bem e dizia o Sr. Secretário, creio eu, há pouco, que é residual de facto a taxa de abandono como nós a tratávamos antes desta adoção de terminologia da OCDE.

É verdade que nos temos que preocupar com esta, corretamente; é para lá que temos que caminhar, estamos inseridos numa comunidade europeia de 28 países, é com eles que temos que lidar, é com eles que temos que competir.

Mas a verdade não podemos ignorar, é que há que distinguir dois números, que não têm nada a ver com os números que havia antigamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Antigamente não existiam!

A Oradora: Eu já nem vou buscar antigamente há vinte anos. Eu vou pedir ao Sr. Secretário...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Antigamente há 10 anos!

A Oradora: Exatamente! Antigamente há 10 anos. Exatamente! Veja lá Sr. Deputado, estamos de acordo.

... é exatamente esse período que eu gostava que o Sr. Secretário dissesse porque deve ter os dados...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Joaquim Machado)

A Oradora: Oh Sr. Deputado, até eu tenho os dados. O senhor se calhar ... inscreva-se!

Ora bem, eu pedia ao Sr. Secretário que nos desse uma evolução como é que esta taxa de abandono precoce de educação e formação progrediu ou como é que evoluiu nos últimos dez anos.

Pergunto-lhe mais uma coisa associada a essa, que é: normalmente comparamo-la com o continente e com a Madeira, mas pergunto-lhe se o Sr. Secretário acha que deve ser comparada com o continente no seu todo ou se bem, que é uma visão que eu partilho mais, como dizia um dirigente sindical numa recente entrevista à rádio, que quando fazemos essas comparações, quer de resultados obtidos pelos nossos alunos, quer de taxas de abandono precoce de educação e formação, não podemos fazê-las com qualquer Região. Temos que fazê-las com regiões que tenham padrões similares à nossa, quer do ponto de vista sócio económico ou geográfico.

Pergunto se o Sr. Secretário considera que isso são fatores importantes e que o facto, mesmo em relação à Madeira,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para umas coisas serve, para outras não serve!

A Oradora: ... como o senhor há pouco bem dizia que gostaria, e trabalharemos todos neste sentido, de ultrapassar os números alcançados pela Madeira e pelo continente...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada

A Oradora: Termina já Sra. Presidente. Obrigada.

... porque na realidade a Madeira é uma realidade insular muito distinta da realidade insular dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao ponto que isto chegou! O PS a elogiar a Madeira!

A Oradora: Exatamente!

Sabermos se a geografia e a dispersão geográfica, e o ponto de partida que da Madeira também me parece, era muito diferente.

Eu ficaria satisfeita se desse a evolução desta década.

Obrigada, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Secretário, ao que o obrigam!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já está incomodado!

O Orador: O combate ao abandono escolar precoce é um objetivo central; é um objetivo central nosso; é um objetivo central da Europa; é um objetivo que como disse há pouco tempo atrás, está inscrito na denominada Estratégia 2020 que aposta na sua erradicação.

É um objetivo difícil de cumprir, mas os objetivos difíceis de cumprir também entusiasмам.

Em matéria de abandono escolar precoce a nossa evolução também é uma evolução que demanda registo.

Demanda registo particularmente na última década.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Piorou!

O Orador: Podemos ter aqui a comparação entre por exemplo os números de 2003 e os números de 2013, quer para os Açores, quer para o continente.

Em 2003, nos Açores, a taxa de abandono escolar precoce era de 57%; em 2013, a taxa de abandono escolar precoce para os Açores caiu para 35%.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Acha pouco?

O Orador: Temos aqui uma diminuição de 22% em 10 anos.

Parece-me ser um dos bons indicativos do nosso sistema educativo regional.

Claro que de uma forma simplista se compararmos estes números com aquilo que se passa no continente podem surgir dúvidas e reticências.

No continente, na mesma altura, nós tivemos em 2003 uma taxa de abandono escolar precoce de 41%; em 2013 uma taxa de abandono escolar precoce de 19%. Também aqui menos 22%.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Estamos iguais!

O Orador: Dir-me-ão estamos iguais, ficámos iguais.

Pode não ser verdade, porque efetivamente tem de ser aqui considerada a realidade, a especificidade, a nossa especificidade. Era preciso eventualmente esta redução da taxa de abandono escolar precoce nos Açores com idênticas taxas ocorridas em regiões continentais, que foram lembradas na comunicação social, como foi dito recentemente, era conveniente fundamentalmente comparar esta redução do abandono escolar precoce não entre os Açores e o continente no seu todo, talvez mais entre os Açores e regiões continentais com maior similitude com a nossa.

Por isso creio que o percurso não é um percurso negativo. O percurso é o percurso a que já aludi há algum tempo atrás. Nós partimos efetivamente de um patamar baixo, os outros estavam muito à nossa frente, nós estamos a encurtar distâncias e temos de caminhar sempre mais depressa do que os outros para que

estejamos cada vez mais próximos deles, para que os igualemos e para que na medida do possível suplantemos aqueles que possíveis forem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para este objeto não há mais inscrições.

Peço aos Líderes e à Sra. Secretária Regional Adjunta o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos terminar os nossos trabalhos por hoje. O tempo restante para a sessão de perguntas será retomado amanhã à 15 horas.

Temos ainda 20 minutos de perguntas para fazer ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Uma boa noite a todos e até amanhã às 10.

Eram 19 horas e 55 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

(*) Texto não revisto pelo Orador

P'la redatora: Noélia Escobar